

ORG. JOSÉ ALBERTO TOSTES



PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO NA AMAZÔNIA

REDE AMAZÔNIA DE PESQUISA EM
ARQUITETURA E URBANISMO



José Alberto Tostes
(Organizador)

PESQUISA EM
ARQUITETURA E URBANISMO
NA AMAZÔNIA

MACAPÁ-AP
UNIFAP
2019

Copyright © 2019, Autores

Reitor: Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira

Vice-Reitora: Prof.ª Dr.ª Simone de Almeida Delphim Leal

Pró-Reitor de Administração: Msc. Seloniel Barroso dos Reis

Pró-Reitora de Planejamento: Msc. Luciana Santos Ayres da Silva

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Cleidiane Facundes Monteiro Nascimento

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof.ª Dr.ª Elda Gomes Araújo

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.ª Dr.ª Amanda Alves Fecury

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Dr. João Batista Gomes de Oliveira

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá

Antonio Sabino da Silva Neto

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá

Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Antonio Sabino da Silva Neto, Ana Flávia de Albuquerque, Ana Rita Pinheiro Barcessat, Cláudia Maria Arantes de Assis Saar, Daize Fernanda Wagner, Danielle Costa Guimarães, Elizabeth Machado Barbosa, Elza Caroline Alves Muller, Janielle da Silva Melo da Cunha, João Paulo da Conceição Alves, João Wilson Savino de Carvalho, Jose Walter Cárdenas Sotil, Norma Iracema de Barros Ferreira, Pâmela Nunes Sá, Rodrigo Reis Lastra Cid, Romualdo Rodrigues Palhano, Rosivaldo Gomes, Tiago Luedy Silva e Tiago Silva da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T716p
Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo na Amazônia / José Alberto Tostes (organizador). – Macapá : UNIFAP , 2019.
II.: 200 p.
ISBN: 978-85-547 6-072-4
1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Arquitetura. 3. Urbanismo. I. José Alberto Tostes. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.
CDD 720

Imagem da capa: José Alberto Tostes

Fotografias: Imagem LASA Cruzeiro do Sul/1966

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Alice Agnes Weiser

Diagramação: Fernando Castro Amoras

Revisão: José Alberto Tostes



Editora da Universidade Federal do Amapá
www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br
Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade,
Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419



Editora afiliada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem permissão dos organizadores. É permitida a reprodução parcial dos textos desta obra desde que seja citada a fonte. As imagens, ilustrações, opiniões, ideias e textos emitidos nesta obra são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores dos capítulos.

APRESENTAÇÃO

São vários os fatores que envolvem a formação de redes interuniversitárias. No caso da Amazônia, além das redes não serem uma “novidade”, o fator fundamental é a necessidade. É uma condição para o soerguimento da educação superior na área de Arquitetura e Urbanismo na Amazônia, como forma de participação acadêmico-científica nacional e sustentação de massa crítica, que o intercâmbio se desenvolva e a cooperação efetivamente ocorra.

Consolidar uma comunidade científica onde a participação da Amazônia seja competente, atuante e resultado de um processo exogenia-endogenia permanente, depende do reforço da qualidade do pessoal e da condição sob a qual a liberdade acadêmica é exercida. Uma noção fundamental para este processo de consolidação consiste em compreender as instituições universitárias como portadoras de pertinência social, como aquele elemento-chave para dar “sentido” e respostas aos desafios institucionais que impõem um novo paradigma de desenvolvimento econômico e social, bem como a participação da sociedade na dinâmica das instituições locais.

A noção de pertinência social exige, no caso da Amazônia brasileira, como uma condição que lhe é intrínseca o conhecimento especializado, mediado pelas demandas sociais. Isto significa entre outras coisas analisar o perfil institucional das universidades da Amazônia e o processo de produção do conhecimento: encaminhar-se para uma pertinência científica. Duas vertentes podem ser identificadas para o estímulo à formação de redes, no viés da cooperação interuniversitária: aquela que corresponde a uma dinâmica essencialmente governamental e aquela que envolve a dimensão regional.

A proposta da Rede Amazônia de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo atualmente é a prática em menor escala das aprendizagens pelas instituições universitárias da Amazônia que não estavam despertas (ou sequer existiam) quando tais experiências ganharam fôlego e de-

senho próprio. O tamanho e histórico das instituições participantes não as reduz em importância, mas distingue aquelas que desejam uma identidade cooperadora “para fora” mais efetivo. Em conjunto com a cooperação das instituições internacionais deverão ser agregados outros repertórios importantes para avançar na análise do patrimônio na Amazônia, bem como os temas contemporâneos atuais.

A tendência da interação entre pesquisadores volta-se ao ambiente interno das universidades ou entre as instituições interestaduais. Em uma conjuntura de recursos cada vez mais escassos isto não se daria de uma forma diferente; é necessário definir prioridade e investir nelas. Se observarmos a dinâmica de interação dos grupos de pesquisa, baseando-nos nos dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, notou-se que muitos grupos de pesquisa tendem a interagir “para dentro” e, provavelmente, através de experiências de iniciação científica ou limitadas a projetos “sem custos”. Grandes e boas ideias, porém, necessitam de visibilidade e o recurso financeiro tem que ir para onde se obtenha resultados sociais e econômicos visíveis. Mas outro fator também está presente: a dimensão territorial e os custos para o deslocamento interno e no país como um todo. A viabilidade financeira para projetos na Amazônia envolve somas nada tímidas em termos operacionais. Isto, em si mesmo, coloca as redes em risco.

A formação de uma rede de pesquisa não se viabiliza necessariamente a partir da existência das condições telemáticas. Dependem de uma grande mobilização política e, principalmente, que os pesquisadores estejam interessados no debate amazônico e sejam capazes de pensar este debate. O lugar amazônico se reveste da amazoneidade das atividades que possam ser produzidas e resultantes das atividades de pesquisa e geração de conhecimento.

A Rede traz elementos importantes sobre esta visão: a primeira, de que o tempo e o esforço das instituições por qualificação devem corresponder a crescente especialização de suas ações institucionais; a segunda, de que é necessário que a pertinência científica ocorra no seio dessas instituições e que a pesquisa e os pesquisadores se mobilizem

em razão de uma relação social consequente; e a terceira, de que não as instituições emergentes que estão dispostas a consolidar-se e necessitam ser cooperadoras para que isto se dê.

A origem da Rede Amazônia de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo teve o seu começo no processo de cooperação entre a Universidade Federal do Amapá e as instituições portuguesas a partir meados de 2006. Após a assinatura dos convênios institucionais com as Universidades de Lisboa e Coimbra. Após mais de dez anos de diversos trabalhos que resultaram em múltiplas ações entre ambas as instituições, vislumbrou-se em outubro de 2016, em reunião na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, a realização de dois encontros institucionais, o primeiro seria realizado no Brasil, e o segundo encontro na cidade de Lisboa, ambos no ano de 2017.

Em fevereiro de 2017, foi realizado o I Encontro Institucional na cidade de Macapá, tendo como sede a Universidade Federal do Amapá. Na oportunidade, foram realizadas várias reuniões oficiais para discutir o processo de cooperação integrada, entre elas, a inclusão das demais universidades da região. Durante esse evento ficou firmado o compromisso de divulgação e as metas preliminares acordadas entre ambas as instituições. Após esse primeiro encontro institucional, foi dado conhecimento aos colegas pesquisadores da região amazônica no II Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia, realizado na cidade de Palmas, em março de 2017, a criação do Grupo de Pesquisa da Rede Amazônia Luso-brasileira de pesquisa, que posteriormente passou a ser denominada de Rede Amazônia de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo registrado junto ao CNPq.

Como parte do processo de formação da Rede, foi realizado na cidade de Belém, na Universidade Federal do Pará, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo o encontro dos pesquisadores das universidades da Amazônia. Na oportunidade, vários assuntos foram discutidos com a finalidade de definir as metas e estratégias que foram apresentadas em março de 2018, no III Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia realizado na cidade de Belém.

Entre as principais metas da rede de pesquisa está em reduzir a imensa disparidade inter-regional em todos os níveis. No caso da região, os indicadores não favorecem o fortalecimento da pesquisa, os índices de publicação em periódicos especializados são reduzidos e colocam as universidades em um “abismo” científico em relação as demais regiões do Brasil.

Na área de Arquitetura e Urbanismo a situação é ainda mais grave, por conta da existência de apenas 01 programa de Pós-graduação na área de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal do Pará. Cada universidade da região age como pode e de acordo com os limites definidos por restrições orçamentárias. Os recursos investidos para pesquisa são tímidos e apenas pontuais estimulados mais pelos esforços dos pesquisadores que acessam os recursos através de editais do que propriamente por uma ação articulada e integrada.

A pesquisa em Arquitetura e Urbanismo na região é reduzida, pois se considerarmos o fato que nos últimos anos, tem ocorrido tentativas de formar novos doutores, principalmente nos estados do Amapá, Amazonas e Maranhão. Os estados do Pará e do Tocantins possuem estatisticamente o maior número de professores titulados, porém, só no Pará tem um programa de pós-graduação na área de Arquitetura e Urbanismo. Os estados do Acre e de Rondônia não possuem cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo em universidades públicas, somente instituições privadas.

Para corroborar com esse cenário é facilmente visualizado com os investimentos na região Norte, comprovados no site do CNPq (www.cnpq.br) no período de 2012 a 2017, percebe-se que a região sudeste centraliza a maior parte dos recursos, ao passo que a Região Norte registra índices inferiores a 5% do cenário nacional.

A concentração de pesquisadores titulados em outras regiões, por sua vez, reforça a concentração dos investimentos em pesquisa e pós-graduação nessa região, dificultando cada vez mais as condições de concorrência dos pesquisadores amazônicos frente aos editais de fomento às pesquisas nacionais.

É preciso estimular o crescimento da ciência, educação e tecnologia na Região amazônica, pois sem uma unidade política intra-regional em todas as esferas de governo, cada vez mais a região se distancia do desenvolvimento dos centros mais avançados.

Nesse sentido, há necessidade do fortalecimento das ações de pesquisa a partir da construção de novas alternativas, a fim de melhorar os índices de produtividade e qualificar os recursos humanos locais com cursos *strictu sensu* local; estimular a produção acadêmica (pesquisa e pós-graduação) regional; e fortalecer as universidades amazônicas, principalmente as periféricas/lindeiras.

Desde as suas primeiras discussões, esse projeto foi identificado pela denominação de Rede de Pesquisa na área de Arquitetura e do Urbanismo, indicada durante o I Encontro Institucional realizado na cidade de Macapá, em fevereiro de 2017.

A denominação de Rede Amazônia de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo congrega três pontos chaves, que são: a) o conceito de Rede no sentido de potencializar a excelência de cada instituição parceira; b) Universidades Amazônicas, como lócus de ação e centro de interesse nacional e internacional e c) A integração com o contexto luso-brasileiro e outros mecanismos internacionais.

OS ARTIGOS

Para o primeiro e-book, teremos a participação de diversos pesquisadores que integram o projeto e com relevante experiência no desenvolvimento de atividades acadêmicas e científicas na área de Arquitetura e Urbanismo.

Lúcia M. do Nascimento e **Grete S. Pflueger**, da Universidade estadual do Maranhão. O artigo apresenta a construção da produção moderna na cidade de São Luís, no período 1930 a 1960. As edificações construídas na primeira metade do século XX já apresentavam uma série de inovações técnicas construtivas na sua composição formal, conforme é demonstrado pelas autoras.

José Alberto Tostes, **Alice Agnes Weiser**, da Universidade Federal

do Amapá, apresentam a condição do modernismo amapaense que surge a partir de 1940, com a criação do novo Território Federal. O estudo mostra o modelo de casa concebido pelo arquiteto, Oswaldo Bratke aplicado através dos projetos de Vila Amazonas e Serra do Navio baseado nas experiências de arquitetura vernacular já existente na região.

Cybelle Miranda, Nathália S. Castro, Ronaldo Marques Carvalho, da Universidade Federal do Pará, apresentam a investigação das imagens nas capelas assistenciais da Santa Casa de Misericórdia e da Beneficente Portuguesa na cidade de Belém. O trabalho evidencia o diálogo entre a História da Arte e a preservação de monumentos, fato que possibilita o amplo reconhecimento pela sociedade da importância desses espaços sacros.

Helena L. Z. Tourinho, Roberta S. S. Barros e Antônio J. L. Corrêa, da Universidade da Amazônia, apresentam a contribuição para o entendimento das manifestações culturais e materiais difundidos pela elite econômica que controlava a produção e exportação da borracha vegetal na Amazônia, reproduzidos na cidade de Belém, período que ficou conhecido como Belle Époque (1870 a 1910). O trabalho também destaca a segregação socio espacial intraurbana que se manifestava na localização da maior renda nos eixos de expansão urbana e no entorno do segmento de comércio e serviços.

Joselia S. Alves, da Universidade do Acre, apresenta a discussão sobre a implantação do “Programa Minha Casa Minha Vida” no estado do Acre. Delineia um panorama geral da execução do programa o que possibilita identificar, os principais problemas estruturais. A autora constata as inúmeras deficiências e a baixa qualidade dos serviços oferecidos, além da constatação de um elevado processo de segregação socioespacial, aspecto que se apresenta semelhante ao vem ocorrendo em diversas capitais da região e do Brasil.

Celma Pontes C. S. P. Vidal, da Universidade Federal do Pará, apresenta a experiência da modernidade na capital do Pará inscrito em um amplo contexto de transformações nacionais que ocorreram a

partir da década de 1930. O artigo demonstra a abordagem de diversos processos presente em alguns edifícios públicos, com análise das características de sua arquitetura e extensão no contexto local. O estudo se insere dentro de um campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo da Região Amazônica.

Graciete G. da Costa, da Universidade Federal de Roraima, apresenta a experiência na área de Arquitetura e Urbanismo através do programa Urban95 que trabalha as relações com o meio urbano. O artigo mostra as perspectivas de melhoria da cidade a partir de distintos olhares de estudantes de diversas áreas, usando como base informações territoriais que são coletadas em campo e analisadas com um conjunto de tecnologias.

José Marcelo Medeiros, da Universidade Federal do Tocantins e **Brenda B. Uliana**, da Universidade Federal do Amapá, apresentam um estudo de um Parque Urbano da Lagoa dos Índios na cidade de Macapá, tem como fundamento investigar os conflitos para implementar um parque linear nas margens da Lagoa. O trabalho evidencia as circunstâncias das chamadas áreas de várzeas, conhecidas com a terminologia de “ressacas”, áreas consideradas de grande valor na paisagem natural da cidade. O artigo demonstra como os projetos de parques lineares ao longo de curso d’água podem auxiliar na recuperação das margens e trazer reais benefícios ecológicos conforme mostram os autores.

Macapá, 26 de março de 2019.

José Alberto Tostes
Coordenador do Grupo de Pesquisa da Rede Amazônia

Sumário

Sumario / Contents

- 13** **A memória da arquitetura moderna na cidade de São Luís no Maranhão (Brasil) no período de 1930 a 1960**
La memoria de la arquitectura moderna em la ciudad de São Luís em Maranhão (Brasil) en el período de 1930 a 1960
The memory of modern architecture in the city of São Luís in Maranhão (Brazil) from 1930 to 1960
Lúcia M. do Nascimento, Grete S. Pflueger
- 33** **A poética de Oswaldo Bratke e a arquitetura vernacular na casa moderna da Vila Amazonas**
La poética de Oswaldo Bratke y la arquitectura vernacular em la casa moderna de la Villa Amazonas
The poetry of Oswaldo Bratke and the vernacular architecture in the modern house of Vila Amazonas
José A. Tostes, Ana P. C. Tavares
- 59** **A sobrevivência da imagem nas capelas assistenciais em Belém: uma discussão sobre a preservação do patrimônio**
La supervivência de la imagen en las capillas asistenciales en Belém: una discusión sobre la preservación del patrimonio
The survival of the image in the chapels in Belém: a discussion on the preservation of heritage
Cybelle S. Miranda, Nathália S. Castro, Ronaldo M. Carvalho
- 81** **Estrutura intraurbana e segregação socioespacial na Belém da Belle Époque (1870-1910)**
Estructura intraurbana y segregación socioespacial em Belém de la Belle Époque (1870-1910)
Intra-urban structure and socio-spatial segregation in Belém da Belle Époque (1870-1910)
Helena L. Z. Tourinho, Roberta S. S. Barros, Antônio J. L. Corrêa

- 107** **A produção habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida em Rio Branco - AC**
La producción habitacional del Programa Mi Casa Mi Vida em Río Branco - AC
The housing production of the Minha Casa Minha Vida Program in Rio Branco - AC
Josélia S. Alves
- 133** **Arquitetura moderna e Estado na capital do Pará: contribuições para a construção do campo historiográfico**
Arquitectura moderna y Estado en la capital de Pará: contribuciones a la construcción del campo historiográfico
Modern architecture and state in the capital of Pará: contributions to the construction of the historiographic field
Celma C. S. P. Vidal
- 157** **URBAN95: Boa Vista, a cidade para as crianças e a inovação tecnológica na Amazônia Setentrional**
URBAN95: Boa Vista, la ciudad para los niños y la innovación tecnológica en la región Amazonas Septentrional
URBAN95: Boa Vista, the city for children and technological innovation in Northern Amazonia
Graciete G. da Costa
- 171** **Áreas de Preservação Permanente Urbanas na região Norte: um grande parque linear nas margens da Lagoa dos Índios**
Áreas de Preservación Permanente Urbanas en la región Norte: un gran parque linear en los margenes de la Laguna de los Índios
Urban Permanent Preservation Areas in the North: a large linear park on the shores of the Lagoa dos Índios
José M. M. Medeiros, Brenda B. Uliana

A memória da arquitetura moderna na cidade de São Luís no Maranhão (Brasil) no período de 1930 a 1960

La memoria de la arquitectura moderna en la ciudad de São Luís em Maranhão (Brasil) en el período de 1930 a 1960

The memory of modern architecture in the city of São Luís in Maranhão (Brasil) from 1930 to 1960

Lúcia M. do Nascimento

Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Professora Titular da Universidade Estadual do Maranhão e professora do Instituto Federal do Maranhão.

E-mail: luciamnascimentoarq@gmail.com

Grete S. Pflueger

Doutora em Urbanismo pelo PROURB-UFRJ (2011). Professora Adjunta IV do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socio Espacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão.

E-mail: gretepfl@gmail.com

RESUMO

São Luís, capital do Estado do Maranhão (Brasil), tem sua imagem ligada principalmente à herança colonial dos séculos XVIII e XIX. Na primeira metade do século XX, a cidade passa por intervenções, com o intuito de modernizar sua estrutura, pautadas em ideais de higienização, circulação e embelezamento, prevendo a criação de novas avenidas e a ampliação das estruturas do centro histórico, com a demolição de casario antigo, a exemplo do alargamento da Rua do Egito e a construção de novas avenidas, como a Avenida Magalhães de Almeida e a Avenida Getúlio Vargas, essa última serviu de eixo de crescimento da cidade. Nos vazios deixados pelos imóveis demolidos surgiram novas linguagens arquitetônicas que mudaram a imagem da cidade. Estas novas linguagens compreendem o art decó, passando pelo ecletismo historicista em fim de linha, até as chamadas manifestações românticas ligadas à estética do pitoresco e o movimento de cunho nacionalista, como neocolonial e a arquitetura modernista. Ressalta-se que estas edificações construídas na primeira metade do século XX já apresentavam uma série de inovações técnicas construtivas na sua composição formal, além de apresentarem sistema de redes mecanizado de abastecimento de água e de coleta de esgoto que incorporava o caráter de modernidade nessas arquiteturas. Algumas dessas edificações romperam com a implantação colonial predominante na época, quando esses prédios se afastaram dos limites dos lotes, resultado das ideias higienistas que dominavam o país naquela ocasião. O presente trabalho tem por objetivo apresentar a construção da produção moderna na cidade de São Luís, no período 1930 a 1960, em especial a arquitetura da Rua do Egito, das Avenidas Magalhães de Almeida e Avenida Getúlio Vargas, eixos viários que fizeram parte do plano urbano de modernização da capital maranhense.

Palavras-chave: Produção arquitetônica; arquitetura moderna; São Luís.

RESUMEN

San Luis, capital del Estado de Maranhão (Brasil), tiene su imagen ligada principalmente a la herencia colonial de los siglos XVIII y XIX. En la primera mitad del siglo XX, la ciudad pasa por intervenciones, con el propósito de modernizar su estructura, pautadas en ideales de higienización, circulación y embellecimiento, previendo la creación de nuevas avenidas y la ampliación de las estructuras del centro histórico, con la demolición de nuevas el caserío antiguo, a ejemplo de la ampliación de la calle de Egipto y la construcción de nuevas avenidas, como la Avenida Magalhães de Almeida y la Avenida Getúlio Vargas, esta última sirvió de eje de crecimiento de la ciudad. En los vacíos dejados por los inmuebles demolidos surgieron nuevos lenguajes arquitectónicos que cambiaron la imagen de la ciudad. Estos nuevos lenguajes comprenden el art déco, pasando por el eclecticismismo historicista en fin de línea, hasta las llamadas manifestaciones románticas ligadas a la estética del pintoresco y el movimiento de cuño nacionalista, como neocolonial y la arquitectura modernista. Se resalta que estas edificaciones construidas en la primera mitad del siglo XX ya presentaban una serie de innovaciones técnicas constructivas en su composición formal, además de presentar sistema de redes mecanizadas de abastecimiento de agua y de colecta de alcantarillado que incorporaba el carácter de modernidad en esas arquitecturas. Algunas de esas edificaciones rompieron con la implantación colonial predominante en la época, cuando esos edificios se alejaron de los límites de los lotes, resultado de las ideas higienistas que dominaban el país en aquella ocasión. El presente trabajo tiene por objetivo presentar la construcción de la producción moderna en la ciudad de São Luís, en el período 1930 a 1960, en especial la arquitectura de la calle de Egipto, de las Avenidas Magallanes de Almeida y Avenida Getúlio Vargas, ejes viales que formaron parte del plan urbano de modernización de la capital maranhense.

Palabras clave: Producción arquitectónica; arquitectura moderna; San Luís.

SUMMARY

São Luís, capital of the Brazilian state of Maranhão, has its image mainly related to the colonial heritage from the 18th and 19th centuries. In the first half of the 20th century, the city went through interventions aiming to update its structure, conducted by ideals of hygiene, circulation and beautification. These interventions predicted the construction of new avenues and the enlargement of the structures in the Historic Center by demolishing ancient houses, for example: the enlargement of Rua do Egito and the construction of Avenida Magalhães de Almeida and Avenida Getúlio Vargas (the latter was the growth axis of the city). The empty spaces left by the absence of the buildings brought new architectural languages that changed the image of the city. These news languages include the Art Déco, including the historicist eclecticism in its end and the romantic manifestations, connected to the aesthetic of the picturesque and to the nationalist movement, such as the neo-colonial and modernist architecture. It should be noted that these constructions built in the first half of the 20th century, which already presented a number of technical and constructive innovations in their formal composition, and a system of mechanized nets of water supply and sewage collection that transferred the character of modernity to these architectures. Some of these constructions broke with the colonial implementation prevailing at the time, when these buildings moved away from the limits of the lots, a result of the hygienic ideas that ruled the country then. This paper aims to present the modern architectural production in the city of São Luís between the years 1930 and 1960, especially in Rua do Egito, Avenida Magalhães de Almeida and Avenida Getúlio Vargas, road axes that took part in the urban plan of modernization of Maranhão's capital.

Keywords: Architectural production, modern architecture, São Luís.

Introdução

O objetivo deste artigo foi analisar o surgimento da linguagem da arquitetura moderna em São Luís (MA), de forma a identificar a produção arquitetônica implantada na cidade, no período de 1930 a 1960, em especial, na Rua do Egito e nas Avenidas Magalhães de Almeida e Getúlio Vargas. Para tal, foi realizada uma pesquisa histórica e iconográfica da evolução da cidade.

A cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão (Brasil), fundada por franceses (1612)¹, invadida por Holandeses (1641-1644) e colonizada por portugueses, nasceu planejada. O plano tinha por objetivo formalizar o domínio e a posse dos portugueses no território. Para isso, foi contratado o Engenheiro Militar Francisco Frias de Mesquita para elaborar o primeiro plano urbano da cidade (1618)². Este plano consistia num modelo de arruamento ortogonal, organizado de acordo

com os pontos cardeais. As fachadas das edificações apresentavam regularidade em toda a extensão da rua, ocupando toda testada do lote e não possuíam recuos frontais, marcando, assim, o modelo implantado pelos espanhóis em suas cidades coloniais³ (ANDRÈS, 1998). O século XVIII e XIX foi marcado pelo fortalecimento das atividades agroexportadoras, o que colocou a capital maranhense como a quarta cidade mais desenvolvida do país neste período. Mas, no fim do século XIX, com a abolição da escravidão (1888) e a desvalorização das propriedades rurais, inicia-se uma crise econômica que estagnou a economia e se estendeu até as primeiras três décadas do século XX.

A cidade cresceu lentamente e chegou à terceira década do século XX apresentando, na maioria de suas edificações, o modelo de implantação do lote dos séculos passados. Nesse período, São

¹ Os franceses permaneceram em São Luís até 1615, quando foram expulsos pelos portugueses.

² Este plano foi registrado em 1640.

³ Neste período Portugal fazia parte da União Ibérica.

Luís foi objeto de planos urbanos⁴ inspirados no discurso de modernização vigente, e que estavam atrelados às ideias de progresso científico, tecnológico e das mudanças econômicas e sociais trazidas pelo capitalismo, mas, também, pelo abandono dos modelos de composição e distribuição funcional tradicional que estiveram em vigor por séculos. Esses planos eram pautados em ideais de higienização, circulação e embelezamento, e previram a criação de novas avenidas e ampliação das estruturas da cidade, com a demolição de casario antigo, a exemplo do alargamento da Rua do Egito e a construção de novas avenidas, como a Magalhães de Almeida e a Getúlio Vargas, essa última serviu de eixo de expansão da cidade. Essas intervenções contribuíram para a renovação da paisagem urbana da cidade, o que ocasionou o surgimento da arquitetura moderna em São Luís.

Definiremos como Arquitetura Moderna o conjunto de movi-

mentos e escolas arquitetônicas e contribuições individuais que surgiram com as inovações técnicas construtivas provenientes da Revolução Industrial, e que primavam pela ruptura com o passado, por meio da criação de algo novo. Compreende a arquitetura produzida durante grande parte do século XX e engloba as linguagens que designamos como Art Déco, passando pelo ecletismo historicista em fim de linha, até as chamadas manifestações românticas ligadas à estética do pitoresco e o movimento de cunho nacionalista, como neocolonial e a arquitetura modernista, para alguns autores, o moderno.

A construção do moderno em São Luís

As principais transformações urbanas modernizadoras em São Luís tiveram lugar na segunda metade do século XIX, por meio da implantação de serviços públicos na cidade, como a instalação de iluminação a gás (1861) nas

⁴ Planos de Remodelação dos Prefeitos Otacílio Saboya (1936) e Dr. Pedro Neiva de Santana (1937-1945) na gestão do Interventor Federal Paulo Martins Ramos, Governador do Estado do Maranhão. Plano de Ruy Mesquita em 1950 e 1958 e Haroldo Tavares em 1977.

vias públicas, e a introdução do serviço de transporte público por meio de bondes (1871), a princípio movidos por tração animal, e a implantação de água canalizada pela Companhia de Águas do Rio Anil (1874).

Foi nesse período, também, que surgiram as primeiras intervenções urbanas de caráter sanitaria, que na capital maranhense se limitaram aos projetos de espaços públicos, e foi uma tentativa de criar uma imagem moderna para a cidade, mas com forte influência europeia em pleno nordeste; mas não consistiram, de fato, em aplicações do urbanismo moderno então nascente.

A preocupação em modernizar a cidade de São Luís, caracterizada pela arquitetura colonial, inicia-se a partir da década de 1930. Até esse momento, a forma urbana herdada do século XVIII e XIX se mantinha, mesmo com as ações pontuais de remodelações ou melhoramentos urbanos. Isso

ocorreu, de certa maneira, devido à crise econômica e política que o Estado atravessava. As propostas de remodelação e melhoramentos urbanos implantados se apresentaram fragmentadas, no sentido de que não foram integradas a nenhum plano maior, que englobasse a cidade como um todo.

Em 1936, o então Governador e Interventor Federal do Estado Novo no Maranhão, Paulo Ramos de Sousa Ramos⁵, nomeou o engenheiro José Otacílio de Saboya Ribeiro⁶ para administração municipal, com o intuito de elaborar um plano de remodelação da cidade, inspirado no discurso da modernização, e tinha como cenário inspirador as mudanças estruturais bem diversificadas, como as resultantes de Paris de Haussmann, e de algumas cidades brasileiras, a exemplo das propostas de Alfred Agache para o Rio de Janeiro, na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), e o Plano de Saneamento e expansão de Santos, São Paulo, de Sa-

⁵ Paulo Ramos (1896-1969) nasceu em Caxias (MA) e foi o interventor Federal no Maranhão no período de 1930 a 1945, nomeado por Getúlio Vargas.

⁶ Otacílio de Saboya Ribeiro (1899-1967) nasceu no Rio de Janeiro e foi nomeado Prefeito de São Luís nos anos de 1936 e 1937.

turnino de Brito.

O Plano de Remodelação de Otacílio Saboya visava transformar a velha capital colonial em uma cidade com feição moderna, através de ações de melhoria da circulação de veículos, saneamento e embelezamento urbano. Uma das prioridades deste plano foi a ampliação de ruas e a abertura de avenidas no tecido urbano, totalizando cinco, para melhorar a circulação de veículos. Essas novas avenidas ligariam os principais espaços públicos da cidade, existentes ou a construir (Praça João Lisboa, Praça Pedro II e a Praça do Mercado), a equipamentos urbanos (estação ferroviária, mercado central). Esses espaços seriam ligados por ruas que seriam alargadas, aproveitando o leito carroçável existente, ou por avenidas que cortariam o tecido urbano em diagonal, que exigiu a demolição de prédios com valor histórico e a implantação de uma nova linguagem arquitetônica, diferente da usual. Foi prevista, também, uma avenida que ligaria

a cidade velha à cidade nova, a Avenida Getúlio Vargas, em homenagem ao Presidente da República na época.

Mas as ideias modernizantes de Otacílio Saboya não foram bem recebidas pela população, principalmente no que tange à demolição de edificações com valores históricos e artísticos, gerando um debate político sobre a preservação do patrimônio histórico. Outro ponto que gerou desconforto na época foi a cobrança de taxas para obras nas diferentes zonas da cidade, e para os melhoramentos e benefícios urbanos, como taxa de limpeza urbana, jardins, iluminação pública, conservação das vias públicas, taxas para melhoramentos urbanos e taxas para cortiços, casas de habitação coletiva, por ambiente ou compartimento (LOPES, 2004). Essa insatisfação teve como consequência a exoneração, em 1937, de Otacílio Saboya, por parte do Interventor Federal Paulo Ramos.

Dr. Pedro Neiva de Santana⁷ foi o sucessor de Otacílio Saboya

⁷ Dr. Pedro Neiva de Santana (1907-1984) nasceu em Nova Iorque (MA) e foi prefeito de São Luís, nomeado por Paulo Ramos, no período de 1938 a 1945. Foi governador do Estado do Maranhão entre 1971-1975.

e ficou encarregado de executar algumas obras do Plano de Remodelamento da Cidade, a exemplo da construção do novo mercado central, da Avenida Magalhães de Almeida, do alargamento da Rua do Egito e a construção da Avenida Getúlio Vargas.

Com o alargamento da Rua do Egito, vários casarões coloniais e ecléticos foram demolidos, e houve uma quebra na morfologia urbana tradicional, principalmente no que tange à implantação da edificação no lote, o que acarretou na ruptura da relação do edificado com o espaço público. As edificações se libertam dos limites dos lotes, ou seja, apareceram os afastamentos (recuos) laterais, posterior e frontal, mas as fachadas ainda conservaram o alinhamento (paralelismo) com a via pública. Com isso, desaparece a noção de unidade e homogeneidade do conjunto arquitetônico, característica típica do quarteirão e lote tradicional.

Neste período também, foi prevista a abertura da Avenida Magalhães de Almeida (1940-1942) permitindo-nos reconhecer

com clareza uma sobreposição de uma diagonal sobre o tecido preexistente, o que acarretou a demolição de vários prédios coloniais. Essa avenida partiu de aspirações dos gestores de dar uma aparência moderna à cidade.

Outra intervenção de grande impacto na cidade foi a construção da Avenida Getúlio Vargas, em 1942, que seguiu o eixo determinado pelo antigo Caminho Grande, pois devido a delimitação geográfica imposta pelos Rios Anil e Bacanga, a expansão da cidade deveria seguir esse eixo. Essa avenida avançava para o subúrbio da cidade, e foi palco de várias construções modernas e chalés ecléticos, o que acarretou a migração da população de média e alta renda, antes instalada na Praia Grande, para essa avenida ou em seus arredores. Estas famílias vislumbravam um novo modo de viver e morar, contribuindo assim para o início do processo de abandono e desvalorização da área central.

As iniciativas do interventor Federal Paulo Ramos inseriram em São Luís a ideia de modernidade que já era realidade em ou-

tras capitais brasileiras, e isso se refletiu em algumas edificações modernistas residenciais e insti-

tucionais, que dividiam o espaço com a arquitetura colonial.

Figura 1. Vista aérea do centro histórico da cidade de São Luís, com as áreas de expansão da cidade.



- LEGENDA**
1. Rua do Egito.
 2. Praça João Lisboa.
 3. Avenida Magalhães de Almeida.
 4. Avenida Getúlio Vargas (eixo de crescimento da cidade em direção ao leste).
 5. Ponte do Caratatiua: primeira ponte sobre o Rio Anil, continuação do eixo de crescimento em direção à praia.
 6. Ponte do São Francisco: segunda ponte sobre o Rio Anil; alterou o eixo de crescimento da cidade.
 7. Ponte sobre o Rio Bacanga: interligou o centro da cidade à futura zona industrial.
 8. Delimitação do Anel Viário (azul).

Fonte: Lúcia Nascimento (2015), sobre base do Google Earth.

Fonte: Severiano Porto, c.1975.

Em 1950, a cidade precisava se adequar tanto ao tecido urbano tradicional como às novas exigências funcionais de equipamentos de serviço e circulação viária. Desta forma, o então diretor do Departamento de Estradas e Rodagem, Engenheiro Ruy Mesquita⁸, elaborou o “Plano Rodoviário de São Luís”, no qual vislumbrou a cidade para além do cen-

tro antigo, com outras vias, de forma a alcançar áreas ainda não exploradas a contento. Esse plano continha um teor de modernidade, como os planos anteriores, e tinha a intenção de descentralizar a cidade

antiga, designando novas centralidades, de forma a criar uma cidade nova do outro lado dos rios Anil e Bacanga.

⁸ Ruy Ribeiro Mesquita (1919-1979) nasceu em Sergipe e se formou engenheiro pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. Veio para o Maranhão na Gestão do Governador Sebastião Archer (1947-1951), a convite do então diretor do Departamento de Estradas e Rodagem, Emiliano Marcieira.

Oito anos depois, o próprio Ruy Mesquita elabora o “Plano de Expansão da Cidade de São Luís” (1958), que mantém o caráter dos vetores rodoviários do plano anterior e propõe a separação de funções e a segregação residencial, sendo o primeiro documento técnico que trata sobre o crescimento da cidade (BARROS, 2001). Esse plano tinha como ponto principal a construção de pontes, uma sobre o rio Anil outra sobre o Rio Bacanga. A construção da primeira ponte sobre o Rio Anil estava prevista para acontecer em 1957, e deveria interligar a Rua do Egito ao bairro do São Francisco, porém, isso só aconteceu em 1970 (Fig. 1).

Outra ponte sobre o Rio Anil foi construída em 1968, a ponte do Caratatiua, que visava diminuir a distância do centro da cidade à Praia do Olho d’água. Com essa ponte, cresceu o número de casas residenciais para o norte da cidade, devido à facilidade de circulação (BARROS, 2001). Já a ponte sobre o Rio Bacanga facilitou o acesso com a ponta do Itaquí, que no futuro receberia o porto principal de en-

trada e saída de produtos do Estado, via mar.

Em 1975, na Gestão do Prefeito Haroldo Tavares (1971-1975), foi lançado o 1º Plano Diretor de São Luís, que propôs um Anel Viário que tinha por objetivo melhorar o tráfego de veículos da cidade e serviu como uma barreira de proteção para o atual centro histórico.

Ressalta-se que todos os planos urbanos foram instrumentos que buscavam transformar a cidade de São Luís numa cidade moderna, como foi possível observar através do Código de Posturas (1936), que indicava a obrigatoriedade de afastamentos entre as construções, bem como a necessidade de janelas em todos os ambientes, com ligação para área externa, o que mostrava uma preocupação com a higiene e a salubridade, contribuindo assim para o surgimento de novas linguagens nas áreas previstas nos referidos planos, e em outros pontos da cidade de forma mais reduzida.

A arquitetura moderna do século XX em São Luís

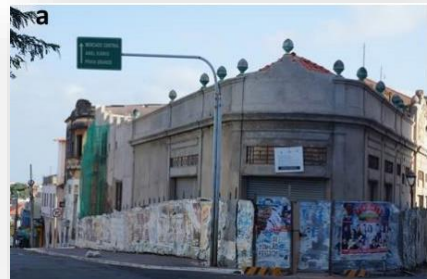
O século XX, em São Luís, foi marcado pelo aparecimento de novas linguagens arquitetônicas que diferenciavam da tradicional pela utilização de novos materiais, provenientes da revolução da indústria da construção civil, tais como: concreto armado, instalações hidráulicas, elétricas, o ferro e o vidro; e, também, por não se enquadrarem em nenhuma linguagem surgida anteriormente. Essas edificações antecedem no tempo ou acontecem simultaneamente com ao movimento moderno no Brasil, e compreendem edifícios Art Déco, passando pelo ecletismo historicista em fim de linha, até as chamadas manifestações românticas ligadas à estética do pitoresco e o movimento de cunho nacionalista, como neocolonial e a arquitetura modernista (QUEIROZ, 2011).

A linguagem eclética corresponde à utilização de elementos de diferentes linguagens na edificação, com o intuito de produzir uma arquitetura fora de seu tempo histórico. Essa arquitetura

surgiu no final do século XIX, chegando até as primeiras décadas do século XX. Em São Luís, esse estilo se apresenta por meio de platibandas ornamentadas, pelo uso de pináculos e pinhais na parte superior da edificação e pela busca pela simetria. É interessante ressaltar que o eclético, em muitos casos, restringiu-se somente às fachadas (Fig. 2).

Outra linguagem que buscou transformar São Luís numa cidade moderna foi o neocolonial. Esta linguagem era baseada no passado colonial, mas adaptada às necessidades do presente, e teve seu auge, no Brasil, na década de 1920.

Figura 2. Vista de edificações ecléticas na Avenida Magalhães de Almeida (a) e na Avenida Getúlio Vargas (b).





Fonte: Acervo da Autora (2015).

Figura 3. Vista de um bangalô Neocolonial na Rua do Egito (a) e na Avenida Magalhães de Almeida (b).



Fonte: Lúcia Nascimento (2015) e Marcio Vasconcelos (2011).

Segundo Bruand (2002 [1981]),

o neocolonial foi a primeira expressão artística dirigida explicitamente pela procura de uma identidade nacional. Apesar da construção dessa linguagem, em São Luís, ser um pouco tardia em relação ao restante do país, quase vinte anos depois, percebemos que os construtores maranhenses buscaram inspiração em construções dessa linguagem nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo.

O neocolonial esteve presente principalmente em residências unifamiliares. Em São Luís, podemos encontrá-las em moradas térreas e na tipologia bangalôs (Fig. 3). Os bangalôs surgiram, em São Luís e no Brasil, influenciados pelo cinema e por revistas femininas e de variedades, que mostravam a última moda arquitetônica e decorativa das casas dos astros de Hollywood. Esse tipo de edificação teve sua origem na colônia inglesa na Índia, como uma casa térrea avarandada; mas aqui em São Luís, essa tipologia foi representada por uma edificação de dois pavimentos (LOPES, 2008).

Os bangalôs apresentaram uma implantação diferenciada da

tradicional, na qual o imóvel se desprende dos limites do lote, surgindo assim os afastamentos frontais, laterais e posterior, típicos das tipologias modernas que tinham por objetivo iluminar e ventilar todos os cômodos da casa, dando salubridade a esses ambientes. Nesse momento, rompe-se com o padrão das edificações coloniais geminadas sem, no entanto, comprometer a conformação da rua corredor. Houve uma quebra na relação do espaço público com o privado, que antes era realizado por meio das fachadas; nesta nova edificação, o recuo é o elemento de ligação público e privado, o que contribuiu para uma nova relação morfológica, onde as fachadas laterais passam a fazer parte da imagem da cidade, e o volume e a massa edificada vão absorver o estímulo da comunicação estética entre o edifício e o espaço urbano (LAMAS, 2011).

Acompanhando esse modelo de implantação temos os Chalés, uma manifestação da arquitetura romântica em São Luís. Essa linguagem arquitetônica tem sua imagem relacionada à Avenida

Getúlio Vargas, um dos principais eixos de expansão da cidade, a partir da terceira década do século XX.

Figura 4. Vistas dos Chalés na Avenida Getúlio Vargas.



Fonte: Lúcia Nascimento (2015).

O chalé era uma construção que surgiu como uma habitação temporária ou camponesa, no século XVII. O chalé se tornou uma opção de moradia permanente para as classes média e alta em São Luís, que abandonaram o centro antigo, considerado insa-

lubre no momento. Esse tipo de edificação buscou trazer a sensação da vida no campo, mas, por outro lado, também remetia à modernização técnica advinda da industrialização, por meio de seus elementos construtivos (Fig. 4).

Já o Art Déco foi um conjunto de manifestações artísticas que envolvia vários campos disciplinares, como a arte, a decoração, a arquitetura, o cinema e o mobiliário, originado na Europa e que se disseminou pelas Américas do Norte e do Sul, chegando ao Brasil na década de 1920. Seu lançamento e divulgação mundiais ocorreram em 1925, na *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*, em Paris (CZAJKOWSKI, 2000).

O Art Déco foi a primeira expressão da modernidade, e teve sua consolidação e apogeu nas décadas de 1930 e 1940. São Luís acompanhou essa tendência mundial. A introdução desta linguagem, inicialmente esteve atrelada a edifícios institucionais, a lojas de departamentos, que introduziam um novo conceito de comércio, de cinemas, clubes e

emissoras de rádio que difundiam novas formas de lazer e cultura.

O primeiro prédio com essa linguagem, em São Luís, foi a Sede da Empresa de Correios e Telégrafos (1935), construída a partir da demolição de uma casa colonial térrea, de uso comercial. Essa instituição foi responsável pela divulgação da linguagem Art Déco no Brasil, com a construção de novas sedes nas capitais. O projeto foi elaborado em 1930, pelo arquiteto carioca Raphael Galvão (1894-1965), que projetou diversos edifícios nesta linguagem pelo Brasil.

O projeto foi considerado arrojado, pois apresentou influências do cubismo, causando impacto na cidade; além de sua destacada implantação de esquina no coração do Centro histórico de São Luís (Fig. 5a). A fachada principal é caracterizada pelas linhas verticais dos vãos das janelas, as quais são interrompidas pela horizontalidade da marquise que marca a entrada principal (LOPES, 2008).

Também encontramos em São Luís edificações com fins culturais e comerciais nessa lingua-

gem, a exemplo do Cine Roxy (1939), hoje o Cine Teatro da Cidade de São Luís (Fig. 5b) e o Mercado Central (1941). Essas edificações, como todas as demais da cidade, conciliavam aspectos inovadores do moderno com vínculos com o passado, a exemplo da composição de matriz clássica, que recupera o viés decorativo, expresso na volumetria e pela utilização da simetria, axialidade e hierarquia na organização da planta. O acesso à edificação é centralizado ou, em alguns casos, valorizando a esquina; as fachadas são divididas em três partes, a base, o corpo e o coroamento (CZAJKOWSKI, 2000).

Figura 5. Vista de Edificações Art Déco em São Luís: Sede dos Correios (a); Cine Teatro da Cidade de São Luís (b); Edificações de uso misto, no térreo, lojas; e nos pavimentos superiores habitações (c, d).



Fonte: Lúcia Nascimento (2017) e www.kamaleão.com (b).

Foi possível, também, identificar o Art Decó em vários exemplares de habitação multifamiliar na Avenida Magalhães de Al-

meida (Fig. 5c e 5d). Essas edificações apresentavam marquises, varandas semiembutidas, plati-bandas com linhas em alto relevo horizontais. Infelizmente, boa parte desse acervo arquitetônico vem sofrendo um processo constante de descaracterização.

A década de 1950 foi marcada pela legitimação e reconhecimento mundial da arquitetura modernista do Brasil. Fato que se deu pela Exposição Brazil Builds (1943), de Philip Goodwin, em Nova Iorque; pela publicação do Livro “Arquitetura Moderna do Brasil” (1956), de Henrique Mindlin; e pela publicação de vários periódicos especializados sobre essa linguagem no Brasil, a exemplo de Acrópole (1941-1971) e Arquitetura e Engenharia (1946-1965).

Essa arquitetura modernista seguia os princípios da corrente funcionalista que teve como grande divulgador o arquiteto suíço Le Corbusier. Mas essa arquitetura surgiu de forma embrionária, em 1925, com Gregori Warchavchik, que projetou a primeira casa com os preceitos modernos. Mas foi a construção da

sede do Ministério da Educação e Saúde (1945) que marcou o ponto inicial de uma arquitetura própria brasileira (SEGAWA, 2014; MINDLIN, 2001).

Seguindo essa tendência nacional, a arquitetura modernista em São Luís surgiu na década de 1950 e foi implantada através de arquitetos provenientes de outros estados do Brasil que aqui chegaram, principalmente das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, dos quais destacamos os arquitetos paulistas Cleon Furtado e Braga Diniz, que divulgaram a arquitetura moderna em São Luís, através de inúmeros projetos residenciais modernistas.

Podemos encontrar na linguagem moderna em São Luís as seguintes características: o uso do concreto armado como sistema construtivo, jogos de formas e volumes nas fachadas, presença de pilotis, utilização de cobogós e janelas ao longo da fachada e da cobertura tipo borboleta (Fig. 6a).

Figura 6. Vista de uma casa modernista na Avenida Getúlio Vargas (a); Edifício João Goulart na Avenida Pedro II (b) e vista da antiga Sede do Banco do Estado do Maranhão (c).



do Maranhão, edifício com estrutura metálica, que possui sua fachada principal com grandes janelas horizontais de vidro e linhas simples e retas. A fachada lateral esquerda é revestida por um grande painel de azulejo decorativo de autoria de Antônio Almeida, artista maranhense, com desenhos que representam figuras da cultura popular maranhense, mescladas com imagens religiosas. Esse painel azulejado foi inspirado no prédio do Ministério da Educação e Saúde (MES), no Rio de Janeiro (Fig. 6b e 6c).

Considerações finais

O processo de modernização de São Luís esteve ligado a três fatores. O primeiro, as intervenções urbanas que marcaram a primeira metade do século XX e estavam respaldadas em melhorar a circulação de veículos na capital, mas também com as ideias de higienização, de maneira a solucionar os problemas de insalubridade que contribuíam para propagação de doenças. Era preciso construir uma imagem moderna de uma cidade higienizada e or-

Fonte: Lúcia Nascimento (2015).

Essa linguagem surgiu em habitações unifamiliares, posteriormente, mas especificamente na década de 1960 a paisagem da cidade é modificada pela construção de grandes edificações de escritórios e apartamentos, os primeiros arranha-céus do Maranhão, a exemplo do Edifício João Goulart (1957), do Edifício Sulacap (1950) e do prédio onde funcionou o antigo Banco do Estado

ganizada, como forma de reverter o processo de decadência econômica que se encontrava a cidade e a região. O segundo fator está relacionado à implantação de instituições públicas (Correios e INSS) e privadas (Sulacap); e o terceiro foram as construções projetadas por arquitetos provenientes de outros estados, a exemplo de Cleon Furtado e Braga Diniz.

Todas essas intervenções urbanas e arquitetônicas contribuíram para o surgimento de novas linguagens arquitetônicas que deram um ar moderno à cidade, pelo fato de modificarem a implantação das edificações nos lotes, com o surgimento dos afastamentos frontais e laterais, como forma de melhorar a qualidade dos ambientes dessas construções, e que foram respaldadas pelo Código de Posturas de 1936, implantado na gestão de Otacílio Saboya.

Atualmente, essa arquitetura

vem sofrendo constantes descaracterizações e, em alguns casos, seu total desaparecimento. Muito pela falta de consciência da população da importância desse acervo para a cidade, mas, também, pela ausência de políticas públicas voltadas para sua preservação e conservação.

A arquitetura do século XX tem sido pouco estudada e explorada, em decorrência da força do conjunto colonial arquitetônico luso-brasileiro inscrito na lista de Patrimônio Mundial da Unesco (1997), que concentrou os esforços na preservação do conjunto colonial tombado, deixando o século XX à margem das investigações e de ações voltadas para sua preservação. E para que essa arquitetura não se perca com o tempo, é necessário conhecê-la e divulgá-la para que esse patrimônio, ainda não valorizado, seja preservado e conservado.

Referências

- ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho. *Centro Histórico de São Luís – Maranhão: patrimônio mundial*. São Paulo: Audichomo, 1998.
- BARROS, Valdenira. *Imagens do Moderno em São Luís*. São Luís: Unigraf, 2001.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002 [1981].
- CUNHA, Gaudêncio. *Maranhão 1908: Álbum Fotográfico de Gaudêncio Cunha*. São Luís: Tipografia Texeira, 1908.
- CZAJKOWSKI, Jorge (Org). *Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.
- JORGE, Miércio de Miranda. *Álbum do Maranhão - 1950*. São Luís: [s.n.], 1950.
- LAMAS, José Maria Resano Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011 [1995].
- LOPES, José Antonio Viana. *Capital Moderna e Cidade Colonial: O pensamento Preservacionista na História do Urbanismo Ludovicense*. Dissertação (Mestrado) Recife: UFPE, 2004.
- LOPES, José Antonio Viana. *São Luís Ilha do Maranhão: Guia de Arquitetura e Paisagem*. Servilla: Conserjería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.
- MINDLIN, Henrique. *Arquitetura Moderna no Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano editora IPHAN, 2001 [1956].
- QUEIROZ, Marcos Vinicius Dantas de. *O século 20 e a construção de algumas modernidades arquitetônicas: Campina Grande (PB) 1930-1950*. Revista CPC, n. 11, USP, p. 103-135, abr. 2011.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 2014 [1998].

A poética de Oswaldo Bratke e a arquitetura vernacular na casa moderna da Vila Amazonas

La poética de Oswaldo Bratke y la arquitectura vernacular em la casa moderna de la Villa Amazonas

The poetry of Oswaldo Bratke and the vernacular architecture in the modern house of Vila Amazonas

José A. Tostes

Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana - Cuba (2003). Professor Associado III da Universidade Federal do Amapá.

E-mail: tostes.j@hotmail.com

Ana P. C. Tavares

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Amapá (2017). Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá

E-mail: anapaulactvrs@gmail.com

RESUMO

O modernismo na arquitetura amapaense surge a partir da década de 1940, com a criação do novo território. Impulsionado pelas políticas desenvolvimentistas de Vargas e do Estado novo, surge um projeto de exploração mineral no Amapá, movido pela Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI), que constrói “Company Towns” em pontos estratégicos do estado. Deste modo, Oswaldo Bratke é eleito para a idealização de conjuntos urbanos com a finalidade de abrigar atividades e empregados, sendo a Vila Amazonas e Serra do Navio exemplares idealizados nos municípios de Santana e Serra do Navio. Os estudos dessa pesquisa visam discutir o modelo de casa desenvolvido pelo arquiteto para uso nesses conjuntos arquitetônicos, fazendo uma análise entre a poética de Bratke aplicada ao projeto e a arquitetura vernacular pré-existente no estado, através das casas ribeirinhas do Elesbão, em Santana, e as edificações feitas pelos trabalhadores locais, anteriores ao território, dotadas de características regionais e de adequação bioclimática. A relevância da pesquisa está na exposição de que as experiências vernaculares na paisagem amazônica apresentam soluções e alternativas expressivas para a implementação de tipologias habitacionais mais adequadas ao lugar e a região, reconhecendo técnicas pré-existentes e evitando a negação dessa herança cultural e patrimonial própria.

Palavras-chave: Amapá; Casa Moderna; Arquitetura Vernacular.

RESUMEN

El modernismo en la arquitectura amapaense surge a partir de la década de 1940, con la creación del nuevo territorio. En el marco de las políticas desarrollistas de Vargas y del Estado nuevo, surge un proyecto de explotación mineral en Amapá, movido por la Industria y Comercio de Minerales S / A (ICOMI), que construye "Company Towns" en puntos estratégicos del estado. De este modo, Oswaldo Bratke es elegido para la idealización de conjuntos urbanos con la finalidad de albergar actividades y empleados, siendo la Vila Amazonas y Serra do Navio ejemplares idealizados en los municipios de Santana y Serra do Navio. Los estudios de esta investigación apuntan a discutir el modelo de casa desarrollado por el arquitecto para su uso en estos conjuntos arquitectónicos, haciendo un análisis entre la poética de Bratke aplicada al proyecto y la arquitectura vernacular preexistente en el estado, a través de las casas ribereñas del Balbón, en Santana, y las edificaciones hechas por los trabajadores locales, anteriores al territorio, dotadas de características regionales y de adecuación bioclimática. La relevancia de la investigación está en la exposición de que las experiencias vernaculares en el paisaje amazónico presentan soluciones y alternativas expresivas para la implementación de tipologías habitacionales más adecuadas al lugar y la región, reconociendo técnicas preexistentes y evitando la negación de esa herencia cultural y patrimonial propia.

Palabras clave: Amapá; Casa Moderna; Arquitectura Vernacular.

SUMMARY

Modernism in the amapaense architecture arises from the decade of 1940, with the creation of the new territory. Driven by development policies of Vargas and the new state, a mineral exploration project in Amapá, promoted by Indústria e Comércio de Minérios S / A (ICOMI), builds "Company Towns" at strategic points in the state. In this way, Oswaldo Bratke is elected to the idealization of urban groups with the purpose of housing activities and employees, Vila Amazonas and Serra do Navio being idealized examples in the municipalities of Santana and Serra do Navio. The studies of this research aim to discuss the house model developed by the architect for use in these architectural sets, making an analysis between the poetics of Bratke applied to the project and the pre-existent vernacular architecture in the state through the riverside houses of the Elesbão in Santana, and the buildings made by local workers, before the territory, endowed with regional characteristics and bioclimatic adequacy. The relevance of the research lies in the fact that vernacular experiences in the Amazon landscape present significant solutions and alternatives for the implementation of housing typologies that are more appropriate to the place and region, recognizing pre-existing techniques and avoiding the denial of this cultural heritage and its own heritage.

Keywords: Amapá; Modern house; Vernacular Architecture.

Introdução

A arquitetura molda a vida das pessoas e das cidades desde os primórdios das ocupações terrestres. Seja ela empírica ou com base em conhecimentos técnicos, é fator determinante na habitabilidade e qualidade dos ambientes. Na Amazônia é possível identificar ambas as práticas, de arquiteturas empíricas e planejadas, que apesar de possuírem caracteres concepcionais distintos, aliam boas características construtivas ao materializar modelos de habitação dentro de uma realidade de peculiaridades climáticas e de paisagem.

As experiências empíricas se encaixam na denominação de arquitetura vernacular a qual, segundo Takamatsu (2013, p.20) pode ser determinada ao se entender que a riqueza das impressões dessa arquitetura são reflexos de pessoas comuns, ligada às percepções de cada lugar, suas diversidades e culturas. Como exemplares de tal “forma de concepção” tem-se as experiências desenvolvidas por ribeirinhos e

negros no contexto amazônico de formação das cidades, as quais apresentam soluções expressivas para a adaptabilidade da construção ao lugar e a região. As casas flutuantes e sob palafitas são exemplares típicos dos quais muito se tem a tirar proveito ao se pensar em modelos arquitetônicos planejados de habitação para a contemporaneidade.

Ao mesmo tempo, neste contexto, é possível identificar alguns modelos de arquitetura planejada, sobretudo no período moderno, a exemplo das arquiteturas desenvolvidas por Oswaldo Bratke no Amapá que aliam conhecimentos técnicos a preceitos da arquitetura vernácula regional para a racionalização do projeto. Durante a década de 1950 no Amapá, foi desenvolvido um modelo de habitação e bairro por Bratke para uso no conjunto arquitetônico da Vila Amazonas e Serra do Navio, que considerou a arquitetura vernacular pré-existente no estado através das casas ribeirinhas da Vila do Elesbão, no município de Santana e das edificações feitas pelos trabalhadores locais, anteriores ao território.

Neste modelo se pensou o projeto a partir de fatores como funcionalidades, níveis de atendimento e representatividade, pontos fundamentais para a legitimação do construído e qualificação das habitações e da cidade. As residências projetadas pelo arquiteto foram pensadas com o intuito de adaptação às características locais com a captação e distribuição ventilação, redução dos efeitos da insolação e proteção nos períodos de chuva, fazendo uso de estratégias construtivas já adotadas pela população local previamente, agregando valores culturais às ideias arquitetônicas. Percebe-se assim uma junção entre preceitos advindos das arquiteturas vernaculares e o conhecimento técnico moderno, que resultam em uma prática projetual racional que faz uso de elementos construtivos fundamentais para a adaptabilidade da construção, os quais ganham destaque e nova conotação quando aplicados de forma técnica e estratégica dentro da composição arquitetônica moderna.

A discussão ora proposta para esse artigo coloca em debate a

questão entre o planejamento e o vernáculo, trazendo a luz das interpretações e análises os elementos e princípios que nortearam as concepções arquitetônicas do arquiteto Oswaldo Bratke. Do ponto de vista conceitual, trata-se da clara manifestação de percepção de uma cultura local vigente para conceber o termo planejamento a partir da apropriação do que é considerado vernáculo. Entre ideias, conceitos e concepções delineou-se um conjunto de argumentações que auxiliam o interpretar da realidade local a partir de uma intervenção de caráter sistemático.

Amazônia: entre o planejado e o vernáculo

A história das primeiras cidades amazônicas remonta seu surgimento como povoamentos, estabelecidos por estrangeiros que aportaram nas terras com o objetivo de explorarem riquezas existentes. Com o passar o tempo, tais povoamentos se consolidam e iniciam a ocupação urbana na região. Segundo Vicentini (2004,

p.144) neste momento surge o urbano colonial amazônico que instala preceitos trazidos das metrópoles de além-mar para a região. Vale salientar que anterior a essa “gênese da ocupação” já existiam exemplares habitacionais e povoados indígenas no local, remontando a formação de uma arquitetura primitiva anterior ao início das cidades.

Neste contexto a figura das missões jesuítas também assume papel importante na consolidação das ocupações, constituindo uma das primeiras formas de planejamento na colônia. Deste modo, FRANÇA (apud VICENTINI, 2004, p. 144) define:

“O modelo teórico da cidade indígena jesuítica, embora pressupondo, paradoxalmente, uma concepção urbana barroca, apresenta uma exequibilidade pragmática, face às circunstâncias coloniais, constituindo na América Latina a única alternativa planejada e regular ao modelo de aglomerados nas ‘ordenanzas de población’.”

Tal constituição das cidades, entre os séculos XVI e XVII, re-

flete segundo Lima (2008, p.108) a marca do padrão de ocupação europeu cristão, que impõe seu domínio sobre o espaço e o modo de agir e pensar dos povos que aqui habitavam. Com o passar do tempo e o crescimento dessas cidades, ocorrem transformações no quadro sociopolítico institucional da Amazônia, inferindo na inserção de novas raças e culturas no convívio local, o que de acordo com Tostes e Tavares (2014, p. 05) resulta em uma redefinição das formas de ocupação do território, surgindo novas cidades de colonização e novos projetos de infraestrutura, havendo maior expressão do urbanismo e da arquitetura. Logo, se estabelece uma pluralidade de formas de construção das cidades amazônicas que vem a se intensificar, sobretudo, no fim do século XIX e durante o século XX.

A partir deste cenário surgem momentos de planejamento e arquitetura, com exemplares vernáculos e planejados. Conforme definido por Oliver (2006, p.18) a arquitetura vernácula pode ser aquela que considera aspectos da arquitetura das culturas no con-

texto do seu meio e, possui capacidade de atender a valores e necessidades das sociedades que a construiu. Rapoport (1969 apud TEIXEIRA, 2017) faz uma reflexão ainda mais completa, enfatizando que as sociedades que produzem esta arquitetura são aquelas mais voltadas para a tradição.

TEIXEIRA (2017) ainda define que:

“(...) toda arquitetura vernacular é intrinsecamente tradicional, isto é, a forma arquitetônica de um determinado povo surge e se desenvolve como resultado de um longo contínuo no tempo, às vezes durante séculos de história humana, sempre a partir de formas familiares, consagradas por gerações anteriores. Esta é a característica principal da arquitetura vernacular.”

Portanto, a tradição tem um papel fundamental dentro da arquitetura vernácula, este que pode se estender a arquitetura planejada contemporânea, a medida que muito se tem a aprender e aproveitar das tipologias que vem amadurecendo ao longo dos anos. Teixeira (2017) ainda res-

salta que uma das características mais interessantes do vernáculo é o respeito às condições locais, ponto no qual ela tem muito a ensinar para a arquitetura convencional, produzida por arquitetos, no que toca a sensibilidade quanto às condições locais do meio geográfico em que se situa. Esta adaptabilidade tem impacto sobre a qualidade de habitação e vida, influenciando diretamente aspectos econômicos, sociais e ambientais, sobretudo no contexto contemporâneo de ocupação urbana.

Percebe-se que os modelos de ocupação de cidades na Amazônia, em sua grande maioria, seguem uma tendência definida por Tostes (2012) na qual os moldes de planejamento amazônico são apenas fragmentos de um universo sistêmico que não retrata uma realidade concreta, comprometendo de forma significativa o desenvolvimento urbano e econômico da região. Desde a década de 1920 com a implantação dos grandes projetos e a necessidade de expansão das redes urbanas e áreas de ocupação tal realidade se intensifica, sobre-

tudo a partir da instalação de atividades mínero-metalúrgicas e a implantação das company towns, que imprimem momentos de planejamento que mesclam “boas práticas” de projeto (que remetem ao vernáculo amazônico), à implantação de modelos trazidos de outras regiões do Brasil e a ocupações espontâneas. Este cenário remonta o início das cidades amazônicas no qual modelos externos foram e permaneceram sendo implantados dentro de um contexto adverso e multifacetado.

A vivência amazônica e o vernáculo

Cabral (2002, p.05) define as populações tradicionais como indivíduos remanescentes dos ciclos econômicos que fracassaram, e mesmo com as intempéries naturais continuaram resistindo, obtiveram conhecimento sobre o meio ambiente através de suas experiências ou por meio de contato com grupos indígenas, o que lhes proporcionou relações numa lógica cultural, temporal e econômica no meio em que vivem.

Para alguns autores como Oli-

veira Junior (2009, p.76) os ribeirinhos são uma parcela importante da população amazônica, podendo alcançar o número de 500 mil habitantes. Em seus estudos, o autor observou que há um alto contingente populacional difuso num território ocupado por floresta densa e alagável em determinada época da cheia dos rios, configurando uma extensa malha hidrográfica. O ribeirinho é integrante do grupo de populações tradicionais pertencentes à natureza, e possuem seu tempo e espaço próprio, fluindo com a natureza e não a dominando (Cabral, 2002, p.2).

Silva & Souza Filho (2002, p. 27 apud Cabral, 2002, p.2) apresenta sua definição ribeirinho como uma população distinta das que vivem em meio rural ou urbano afirmando:

[...] a população constituinte que possui um modo de vida peculiar que a distingue das demais populações do meio rural ou urbano, que possui sua cosmovisão marcada pela presença do rio. Para estas populações, o rio não é apenas um elemento do cenário ou paisagem, mas algo constitu-

tivo do modo de ser e viver do homem.

Entendemos a partir dessa definição que os ribeirinhos possuem um modo de vida ligado estritamente à natureza o qual permite uma relação harmônica entre o homem e o seu espaço, gerando uma perspectiva de vida sustentável, com uma organização social distinta do modo de vida urbano. Para Silva (2006, p.01) este modo de vida está carregado de sentido, símbolos e significados nascidos de conhecimentos acumulados na vivência cotidiana com o ambiente. Como parte do universo mental dos ribeirinhos, os mitos contêm uma ordem de classificação das espécies e códigos sociais estabelecidos, desde modo o autor destaca sobre essa classificação (SILVA, 2006, p.2):

[...] possui a lógica que as criou estabelecendo fortes elos com as manifestações míticas e estão presentes nas formas de comunicação e expressão da comunidade ribeirinha. Os códigos possuem funcionalidade e respondem a maneira pela

qual o grupo organiza sua vida cotidiana. Assim, o modo de vida é moldado no espaço criando uma lógica que ajuda a resolver os seus problemas imediatos e os orienta no mundo. Tal organização tem dificuldades de ser compreendida pelas lógicas exteriores, principalmente quando se trata dos agentes promotores das políticas públicas.

Figura 1. Padrão de Construção Indígena.



Fonte: Ribeiro, 1992.

Para o autor, estas tradições influenciam no modo viver e se relacionar destas comunidades, pois são fundamentais para a organização de regras sociais e de na maneira de agir no espaço, além de preservar seus valores e conhecimento adquiridos para que sejam transmitidos às gerações futuras. Segundo Silva & Souza Filho (2002, p. 29 apud Cbral, 2002, p.3) no grupo social

dos ribeirinhos a transmissão de conhecimento ocorre preferencialmente de forma oral. Fato semelhante às comunidades primitivas, em que o educando tinha a possibilidade de relacionar o conhecimento adquirido em uma relação direta com a sua vida, surgindo um sentimento de importância no mesmo, dentro do grupo social ao se incluía.

Quanto às técnicas construtivas Fraxe (2004, apud Oliveira Junior, 2009, p. 117) afirma que é clara a influência das construções indígenas (Fig. 1), e esta ocorrência, segundo o autor, está relacionada ao fato da cultura ribeirinha ser uma herança indígena, que apesar de esquecida sistematicamente, ainda é refletida nas suas construções.

Diante das observações, pode-se dizer então que as técnicas construtivas ribeirinhas permeiam o conceito de arquitetura vernacular, pois são fruto dos conhecimentos transmitidos de forma oral entre povos e gerações perante as experiências de adaptação destas comunidades com o meio em que vivem. Para Rasmussen (2002, p.13) é fato que ar-

quitetura enquanto aspecto total da edificação precede ao arquiteto entendendo que a arquitetura é produzida por pessoas comuns para pessoas comuns. Como visto a exemplo dos ribeirinhos e sua vivência amazônica, baseia-se num certo número de institutos humanos, de descobertas e experiências comuns.

A poética de Oswaldo Bratke em Vila Amazonas e Serra do Navio

Segundo Rasmussen (2002, p.13) as características externas se tornam um meio de comunicar sentimentos e estados de espírito entre pessoas e, com frequência, a única mensagem transmitida é a da conformidade dos sentimentos. Se tal afirmação for assimilada na sua essência pode-se considerar que no caso das ideias e criações de Oswaldo Bratke, esse conjunto de argumentos formaria a base de sua poética arquitetônica.

Um dos princípios importantes verificados no trabalho de criação de Bratke é o caráter da sim-

plicidade, no que diz respeito às formas, que tendem a seguir o padrão modernista de linhas retas e marcantes. Apesar dessa conotação, a complexidade de suas obras merece destaque quanto à inter-relação entre forma, função e adaptabilidade da construção, fator marcante quando se pesa suas obras no contexto amapaense, em área inóspita e selvagem na qual sua intervenção é pensada na década de 1950.

Vale ressaltar que as obras do arquiteto transcendem simplesmente o espaço do edifício, englobando decisões que vão desde o desenho da cidade de Serra do Navio e do bairro Vila Amazonas até a setorização de atividades e a condução do cotidiano da população através da organização espacial. Espallargas (2009, p. 67) comenta que em Serra do Navio os espaços centrais foram definidos por relações oportunas para cada uso, estabelecendo certo controle através das relações entre edificações. As vilas eram estruturadas segundo um núcleo linear estendido que reunia atividades de interesse coletivo, áreas verdes e áreas habitacionais.

Sua poética construtiva possui um aspecto que se torna fundamental para o sucesso de sua intervenção amazônica: a valorização do meio natural. Em seu projeto como um todo se percebe respeito à topografia local, a partir do qual se tira usufruto para a materialização de traçados irregulares que fazem uso de um paisagismo oriundo da floresta. Espallargas (2009, p. 67) ressalta que isso não significa que seu traçado imitasse a natureza, porém era definido conforme ela, algumas vezes abrindo mão de preceitos como a extrema ordenação e alinhamento próprios da cidade formal, em favor de uma distribuição em conformidade com o cenário de implantação.

Figura 2. Exemplar Construtivo da Vila Amazonas.



Fonte: Archdaily, 2015.

Isso reflete o pensar do arquiteto a partir de uma lógica de convivência mútua e harmônica entre cidade e natureza, construção e meio, edifícios e pessoas. Sem se afastar de sua experiência moderna, encontra meios de adaptação da edificação à floresta, trazendo seu conhecimento técnico e repertório arquitetônico para a criação de modelos únicos e admiráveis de espaços de vivência e habitação. As construções em geral são extremamente dispare de qualquer exemplar que se tenha visto na região até então, contudo apresentam um toque de familiaridade (Fig. 02), seja pelo uso da madeira (material abundante e de características notáveis para construção no meio) como a adoção de elevações, beirais, grandes pátios os quais, apesar de fruto de estudos científicos sobre sua eficácia no projeto em questão, se assemelham em uso e eficiência com elementos já adotados nas arquiteturas vernaculares amazônicas, e perduram até os dias de hoje.

Nas casas da Vila Amazonas e de Serra do Navio o que era de identidade da população local ganha nova conotação, apresentando um novo modo de morar a partir de elementos visivelmente reconhecidos, com um respeito notório a cultura local. Espallargas (2009, p. 69) enfatiza que seu desenho de ambientes internos e o concomitante conforto são frutos de uma interpretação lúcida e paciente das condições climáticas locais, combinada com uma ampla experiência acumulada em projetos e rico repertório em arquitetura. Forte (2011, p.01) afirma que o grande diferencial do arquiteto era seu comprometimento com o programa de qualquer projeto, na busca por entender técnicas e formas de propor uma arquitetura o mais adequada possível, representando outro aspecto de sua poética que o faz excepcional em sua arte, um dos quais o próprio Bratke julgava como de fundamental importância em sua obra.

Figura 3. Centro de Saúde da Vila Amazonas.



Fonte: Ribeiro, 1992.

Sua preocupação primordial consistia no bem-estar da habitar, no conforto, e se detinha a todos os detalhes no momento projetual. FORTE (2011, p.02) comenta:

“O trabalho da construção das cidades foi especialmente minucioso e cuidadoso, condizente com o que Bratke sempre apregoeou durante sua carreira: a busca arquitetônica não existia pelo espetáculo, mas pelo bem-estar do homem. A arquitetura bonita e elegante, com detalhes cuidadosos, garantiu que os conjuntos estejam em boa forma até hoje, apesar do clima hostil.”

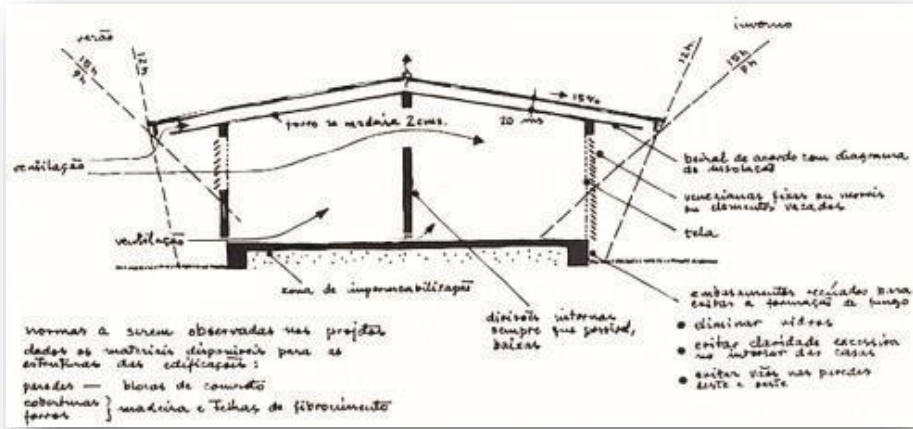
Sua busca pelo aperfeiçoamento era constante e cada novo projeto era uma oportunidade de

se abrir a novas tecnologias e melhorias da construção. Esse esforço contínuo é visível nas obras feitas no Amapá e na forma quase que intacta, em sua concepção original, a qual as edificações perduram até os dias atuais.

Tais edificações eram marcadas por conceitos modernistas de racionalidade e funcionalidade. Eram edifícios de uso público e residências que tinham como prioridade a funcionalidade e o conforto térmico, com o uso de elementos vazados tipo cobogó, venezianas tanto para vedação de aberturas quanto como brises de proteção solar (Fig. 03), além da flexibilidade interna das construções, com a materialização de

plantas livres e fluidas.

Figura 4. Esboço de estudo do sistema de cobertura e ventilação de uma unidade habitacional.



Fonte: Ribeiro, 1992.

Assim como seus colegas modernos, tinha uma concepção projetual clara, simples e pura, de linhas geométricas bem definidas, com a notável separação entre estrutura e vedações, além do uso de planos de vidro de tamanho moderado e elementos vazados em busca de uma integração agradável com seu entorno. Sua preocupação com o aproveitamento de insolação seletiva para iluminação e de

ventilação natural era marcante, trazendo para as habitações ambientes com venezianas fixas ou móveis e paredes de ve-

dação que não chegavam à altura do forro, de forma a permitir a livre circulação de vento através de todos os cômodos (Fig. 04).

Quanto a materiais construtivos fez uso da madeira para a parte estrutural das edificações, bem como esquadrias, forros e estrutura de telhado. Para as coberturas especificou telhas de fibrocimento, material disponível na região, que permitia menor inclinação dos telhados e maior projeção de beirais (tanto para proteção solar quanto de chuvas), os quais tinham suas dimensões definidas a partir de diagramas de

insolação elaborados. As paredes de vedação em geral eram de blocos de concreto e as edificações eram construídas sobre bases recuadas e elevadas e a fim de evitar a formação de fungos e a passagem excessiva de umidade para a estrutura.

A forma de projetar de Oswaldo Bratke é inspiradora e a elegância formal e funcional de seus projetos é única e atemporal, servindo como fonte de pesquisa, modelo e base para uma prática projetual adaptada ao Amapá. Seus recursos simples e eficazes trazem para a forma uma pureza e uma praticidade funcional inigualável. Seja em seus projetos na Amazônia quanto em suas obras pelo Brasil um ponto é notável, sua exaltação do edifício como meio que deve servir e bem abrigar aqueles que o habitam em todos os seus aspectos e formas. Sua poética é simplicidade, é cuidado, é técnica e é bem-estar.

A concepção arquitetônica de Bratke e as arquiteturas vernaculares amapaenses

O modernismo no Amapá

surge a partir da década de 40, derivado das políticas desenvolvimentistas implantadas pelo Estado Novo no Brasil e a criação do Território Federal do Amapá. Junto às políticas de planejamento regional estabelecidas na época se vê a exploração mineral como atividade de interesse nacional e de fundamental importância no contexto amazônico. Sendo assim, na década de 1950 a ICOMI chega ao Amapá e junto dela planos para a construção de imensa infraestrutura de suporte ao seu funcionamento.

Dessa forma, Oswaldo Bratke surge como profissional técnico responsável pela idealização de projetos arquitetônicos e urbanísticos de grande escala para a implantação de vilas que dessem suporte aos trabalhadores que migravam para o Estado e para as cidades escolhidas como sede das atividades, Santana e Serra do Navio. A escolha do arquiteto para tal função pode ter sido influenciada por uma característica da Era Vargas definida por GALIANO E CARVALHO (2016, pg. 05), onde para o governo da época a arquitetura moderna era

extremamente significativa por representar uma ruptura desejada com o passado colonial e expressar um salto para o “futuro”, o que reflete também aquilo que se era esperado para o estado do Amapá como um todo com a chegada do grande projeto.

Como um dos grandes arquitetos do moderno, Oswaldo Bratke vence em 1955 o concurso para idealização das vilas de operários da mineradora. Logo, as características da região e o meio em que o projeto seria implementado incentivam Bratke a buscar por alternativas mais criativas ao pensar na forma e nos materiais para as construções, visando maior conforto térmico das edificações e adaptabilidade ao entorno e à população. Deste modo, podemos considerar, a partir das características definidas pelo arquiteto em sua concepção, que a inspiração em arquiteturas vernaculares pré-existentes foi válida para a adoção de soluções criativas e eficientes.

Existem dois momentos de concepção vernacular amapaense chaves na busca por alternativas adaptadas a região. O primeiro

na tipologia de casas ribeirinhas existentes na Vila do Elesbão, na orla de Santana e nas imediações geográficas do centro do estado; e o segundo no modelo de casas de comunidades negras residentes nas imediações do centro da cidade de Macapá.

Vila do Elesbão como Arquitetura Vernacular

Oliveira Junior (2009, p.109) define que as casas ribeirinhas são divididas em dois tipos: as casas sobre palafitas e as casas flutuantes. Sobre a diferença entre estes tipos de habitação o autor explica:

“As casas sobre palafitas, ou palafíticas, são encontradas nas encostas dos rios ou também implantadas em áreas de terrenos altos ou falésias às margens dos rios. [...] As casas flutuantes, livres da relação com a terra, permitem uma grande flexibilidade do morador ribeirinho quanto ao local de implantação, de modo que sua casa tenha acesso a outras regiões ou mesmo adaptando-se à flutuação do nível da água nas épocas de cheia e vazante.”

No estado do Amapá a característica da casa ribeirinha, em sua quase totalidade, é de casas sob palafitas. É uma realidade constante às margens do rio Amazonas, como também nas chamadas áreas alagadas que permeiam o tecido urbano das cidades de Macapá e Santana, a exemplo da Vila do Elesbão. Inserida próximo ao Porto de Santana, é fruto do crescimento das atividades de trânsito de produtos primários, com ocupação intensificada a partir da década de 1940 com a criação do Território Federal do Amapá e a ampliação das atividades do Porto.

Tal área, assim como outras na região, é regida pelo regime de maré do Amazonas. Aos cabocos e ribeirinhos da região coube a experiência e inteligência para habitar esse espaço, construindo clássicos exemplares de uma arquitetura vernacular amazônica, embasada em conhecimentos empíricos passados entre gerações de vivência em meio ao rio. Construindo suas casas em madeira e sobre palafitas formaram um estilo adaptado ao clima e as condições locais, apesar do “não plane-

jamento” formal (Fig. 05).

São construções elevadas do solo (a dois metros em média) para evitar alagamentos com as cheias da maré do rio Amazonas. Em geral possuem definição de planta simples com áreas de pátio curtas, um espaço único que integra a função de sala de estar e cozinha, um banheiro, e um ou dois quartos. Como materiais construtivos adotam a madeira como estrutura, vedação de paredes e esquadrias, com o uso de venezianas e telhado em fibrocimento.

Figura 5. Comunidade do Elesbão em 1950.



Fonte: Olivar Cunha, 1980.

A característica volumétrica da edificação é definida como consequência das espacialidades definidas em planta baixa regular, sem tanta preocupação

ção com ornamento ou estética, mas ainda assim refletindo uma forma singular de grandes telhados aparentes e projeções avarandadas. Tais exemplares são fortemente característicos das áreas urbanas até a atualidade, contudo acabaram perdendo parte de sua qualidade habitacional devido à problemas característicos das cidades, sobretudo a falta de saneamento básico, precarizando os ambientes onde ainda estão presentes (Fig. 06).

Figura 6. Área de Ressaca em Macapá.



Fonte: TOSTES, 2016.

São construções extremamente simples, porém altamente eficientes quanto à adaptabilidade ao contexto local, interagindo e se integrando ao meio natural.

Ainda de que maneira inconsciente, tais populações deram origem a um modelo de construção adequado influenciado diretamente pela vivência cultural do meio.

Como se pode perceber, os projetos de Oswaldo Bratke, ainda que não tenham se inspirado de maneira direta ou literal nesses exemplares primitivos, em muito se assemelham nas características básicas da construção com as casas ribeirinhas, trazendo identificação pra um novo contexto de habitação que surgia na década de 1950.

Os trabalhadores Pré-Território e sua forma de habitação

De acordo com O Álbum Pará (1908) sobre o relatório do governador do estado do Pará, Augusto Montenegro, datado dos anos entre 1901 a 1909, a paisagem da cidade de Macapá tinha como característica um ambiente bucólico, de nítida relação de dependência com o rio Amazonas. Tal afirmação contida no documento oficial apenas evidencia

que em princípios da década de 1940, a cidade de Macapá tinha uma população de acordo com o IBGE e dados do Relatório GFTA, de tão somente mil habitantes (Tab. 1).

Tabela 1. Tabela Crescimento populacional de Macapá.

Ano	Habitantes
1940	1000
1948	4000
1950	14000
1960	35000
1964	44000

Fonte: Relatório GFTA, 1965; Adaptação: Autores, 2018.

Conforme mostra a Tabela acima, os dados do Relatório do GFTA de 1965 evidenciam a reduzida população residente na cidade de Macapá no ano de 1940, na fase Pré-Território Federal do Amapá, também mostra posteriormente o gradual crescimento populacional conforme ia se implantando a estrutura urbana da cidade. De acordo com o referido relatório nessa época não havia mais que 260 residências entre edificações de comércio e moradias.

O perímetro espacial da cidade estava limitado entre quatro pontos de referência: a Fortaleza de

São José de Macapá, a Igreja Matriz de São José, a orla do rio Amazonas e uma pista de pouso onde hoje é a AV. FAB. Portanto, uma área com menos de 1,5 km quadrados. As dimensões desse perímetro evidenciavam uma forte dependência dos habitantes da cidade de Macapá da região das chamadas Ilhas do Pará. A população estava mesclada por ribeirinhos, a maioria deles oriundos das Ilhas e das comunidades negras, remanescentes de quilombos, que na cidade fixaram residência, com construções de características peculiares (Fig. 7).

A figura 7 mostra que as primeiras vilas de casas construídas na cidade de Macapá, logo após a criação do Território Federal do Amapá, as quais possuem um padrão de edificação encontrado no começo da década de 1940. Nesse modelo se percebe o uso predominantemente de madeira, considerando que a população teve como referência de construção características provenientes das pré-existentes residências localizadas nas Ilhas mais próximas e em alguns pontos de Macapá, a exem-

plo da região hoje conhecida como o bairro Perpétuo Socorro.

Deste modo, tal modelo se assemelha a casa ribeirinha, com o pensar da casa elevada a um metro do piso, varandas largas, beirais bem acentuados e janelas tipo venezianas, adaptadas a um meio construtivo terrestre e seco, oposto à realidade de construção “sob os rios”. Era comum nesse tipo de habitação, a criação de animais e principalmente aves de quintal.

Figura 7. Casa dos funcionários do Governo do Território Federal do Amapá, 1948.



Fonte: Acervo do IBGE, 2014.

As comunidades mais ribeirinhas se localizavam nas imediações da orla do rio Amazonas onde na atualidade é o bairro do Perpétuo Socorro e as comunidades negras se situavam as proximidades da Igreja da

Matriz (Fig. 8).

Figura 8. Igreja de São José, Matriz (1940).



Fonte: Acervo do IBGE, 2014.

Cabe salientar que, o padrão construtivo do início do século XIX também pode ser identificado no ambiente da cidade de Macapá da década de 1940, com construções em taipa (uso do barro com estrutura de madeira) a exemplo da Igreja Matriz de São José. Contudo, essa tecnologia construtiva não se mostrou tão adaptada ao local quanto o uso da madeira como único material, o que explica o reduzido número de edificações históricas identificadas no período pré-território e a descontinuidade da utilização dessa forma construtiva.

Pode-se salientar em relação à forma habitacional deste período é que tanto os ribeirinhos, como os negros preservaram um forte

caráter de sua identidade cultural. De caráter simplório, porém marcante, suas construções eram consequência do padrão econômico vivenciado a época, considerando que boa parte da comunidade existente tinha como base econômica basicamente a pesca e pequenas atividades comerciais. A precariedade econômica justifica-se pela forma secundária como a Província do Grão Pará e posteriormente o estado do Pará relegou a região.

O Álbum O Pará de (1908), muito embora, seja da primeira década do século XX, é muito elucidativo para referenciar as condições de grande limitação que eram impostas à cidade de Macapá. Os primeiros relatórios oficiais após a criação do Território Federal do Amapá também fazem menção ao contexto e dinâmica da cidade de Macapá, descrevendo a paisagem como calmo e estático, tudo estava por fazer em relação a criar os mecanismos necessários para promover a modernização do lugar. Um dos primeiros atos que causou grande comoção foi à retirada da comunidade negra para uma área mais

ao norte da avenida considerada principal sem, no entanto, se perder as características habitacionais mencionadas, as quais ainda são preservadas em parte até os dias atuais.

Ainda que com limitações construtivas, percebia-se nas casas da então área de remanejamento, atualmente conhecida como bairro do Laguinho, uma tentativa de adorno das casas, com o uso de peças em madeira com recortes diferenciados nas fachadas, aplicadas tanto aos telhados como as áreas de pátio frontal das residências (Fig. 9), visando a diferenciação e impressão da identidade dos habitantes, apesar de sua planta ser praticamente um padrão de reprodução em toda a vizinhança.

Figura 9. Casa da Periferia de Macapá (1950).



Fonte: Acervo do IBGE, 2014.

Percebe-se então uma riqueza de formas de construção e detalhamento das edificações neste período pré-território. Com a aplicação de diferentes materiais, e sobretudo o uso da madeira, o padrão construtivo amapaense se consolidou com base em preceitos estéticos e funcionais oriundos da vivência às margens de rios de boa parte da população aqui residente. Com o passar do tempo, novos materiais foram sendo incorporados à cultura local, como a alvenaria em tijolo cerâmico e cimento, que atualmente predomina o padrão de construção. Ainda assim a forma das casas e os aspectos funcionais que contribuía para o conforto térmico permanecem como herança e exemplo de boa construção.

Considerações Finais

O modelo adotado por Oswaldo Bratke e a morfologia delineada conseguiram extrair princípios conceituais e metodológicos que caracterizam uma tipologia planejada que assimila tecnologias oriundas

de saberes populares e formas empíricas. Apesar dos exemplos vernaculares amapaenses serem usualmente considerados como primitivos, ou sem valor formal, refletem muitas boas características de construção que podem ser observadas e aprimoradas para novos usos e novas formas de construir.

Tanto na arquitetura de Bratke como nos exemplos da Vila do Elesbão e das comunidades pré-território do Amapá percebemos características chave para que tais modelos funcionassem, guardadas as devidas proporções quanto a seu grau de projeto e implementação: a integração com o meio e o respeito a cultura e identidade local. Isso demonstra que olhar para as experiências do passado para racionalizar o presente é um exercício válido e fundamental para a melhoria das práticas planejadas na contemporaneidade.

A identificação na relação de estudo evidencia que, o aprendizado usufruto na concepção de planejamento do arquiteto Oswaldo Bratke para conceber a ci-

dade planejada no meio da selva dá conta do valor expressivo de assimilação da cultura local, tanto na tipologia de ocupação dos ribeirinhos e caboclos, como das comunidades residentes do período Pré-Território Federal do Amapá.

Tais referências nos colocam diante da necessidade de pensar efetivamente as práticas criativas, metodológicas que conformam a integração entre a arquitetura produzida anteriormente onde a

condição de bem estar era uma variável importante no atendimento das necessidades dos habitantes locais, o que contrasta com a realidade contemporânea onde os principais objetivos estão voltados exclusivamente para um contexto mercadológico onde se privilegia a quantidade, a facilidade construtiva e o modismo estético em detrimento da qualidade do habitar.

Referências

- AMAPÁ, Governo do Estado do. *Relatório Do Governo Do Território Do Amapá*. GTFA, Macapá, 1950.
- CABRAL, Josélia Fontenele Batista. *Olhares sobre a realidade do ribeirão: uma contribuição ao tema*. Porto Velho: Revista Presença, v. VI, n. 24, 2002.
- CUNHA, Olivar. *Reprodução de paisagens sobre a comunidade do Elesbão*. Macapá, 1980.
- ESPALLARGAS, Luis. *Caraíba e Serra do Navio: a construção da cidade brasileira*. V colóquio: Arquitetura e Cidade, promovido pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da USJT, São Paulo, 2009.
- FORTE, Fernando. *Oswaldo Bratke*. 2011. Disponível em: <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/204/artigo211129-2.aspx>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- GALIANO, Leonardo Oliveira. CARVALHO, Bianca Moro de. *O Patrimônio Modernista Na Amazônia: Macapá, Santana E Serra Do Navio*. IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Porto Alegre, 2016.
- IBGE. *Acervo de imagens do Território Federal do Amapá 1940 A 1965*, Macapá, 2014.
- LIMA, Marcos Castro de. *A cidade, o Urbano e o Rio na Amazônia*. Revista ACTA Geográfica, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. p.107-117. ISSN: 1980-5772.
- OLIVEIRA, Junior. *Arquitetura Ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos*. 2009. 203f. Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo, área de concentração: design e arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – FAUUSP, São Paulo, 2009.
- OLIVER, Paul. *Built to meet needs. Cultural issues in vernacular architecture*. Oxford, Elsevier, 2006.
- PARÁ, Fundação Cultural do Estado do. *Álbum O Pará, 1908*. Belém, 1908. Paris, 1908.
- RASMUSSEN, Steen Eiler. Tradução Álvaro Cabral. *Arquitetura Vivenciada*. 2ª Edição. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2002.
- RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Vila Serra do Navio: comunidade urbana na selva Amazônica, um projeto do engenheiro arquiteto Oswaldo Arthur Bratke*. 1ª Edição São Paulo: PINI, 1992. 110 p.
- SILVA, Josué da Costa. *O Mito e as Crenças como Constituintes do Espaço Ribeirão na Formação do Modo de Vida Amazônico*. IN: *Da Percepção e Cognição à Representação: Reconstruções Teóricas da Geografia Cultural Humanística*. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2006.
- TAKAMATSU, Patrícia Helena Turola. *Arquitetura vernacular: estudo de*

caso Vila do Elesbão - Santana - AP : análise do habitar vernacular no ambiente construído e sua preservação. 100p. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Universidade Federal do Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Arquitetura vernacular. Em busca de uma definição*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 201.01, Vitruvius, fev. 2017. Dis-

ponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.201/6431>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

TOSTES, José Alberto. *Cidades Planejadas na Amazônia*. 2012. Disponível em: <<https://josealbertostes.blogspot.com.br/2012/02/cidades-planejadas-na-amazonia.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. TAVARES, Ana Paula Cunha. *Cidade e História na Amazônia: For-*

taleza de São José de Macapá - da gênese ao simbolismo do patrimônio. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, São Paulo, 2014.

VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

A sobrevivência da imagem nas capelas assistenciais em Belém: uma discussão sobre a preservação do patrimônio

La supervivência de la imagen en las capillas asistenciales en Belém: una discusión sobre la preservación del patrimonio

The survival of the image in the chapels in Belém: a discussion on the preservation of heritage

Cybelle S. Miranda

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (2006). Professora Associada II da Universidade Federal do Pará
E-mail: cybelle1974@hotmail.com

Nathália S. Castro

Mestre em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU pela Universidade Federal do Pará.
E-mail: nathi_pa@hotmail.com

Ronaldo M. Carvalho

Doutor em Engenharia de Recursos Naturais da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará.
E-mail: romarca@ufpa.br

RESUMO

A investigação da imagem nas capelas assistenciais da Santa Casa de Misericórdia e da Beneficente Portuguesa evidencia a relevância do conhecimento da estética e simbologia das imagens para garantir a valorização do patrimônio arquitetônico no Pará. O entendimento do repertório decorativo eclético como uma viagem de formas que, ao sobreviverem, adquirem novos sentidos ao serem interpretadas e vivenciadas pelos usuários dos ambientes que integram é essencial para o processo de valorização destes. Assim, o diálogo entre a História da Arte e a preservação dos monumentos serve para demonstrar a importância das imagens na identidade eclética das capelas inseridas em espaços de saúde de Belém-PA, cujo reconhecimento pela sociedade é essencial para a permanência desses espaços sacros.

Palavras-Chave: Capelas Assistenciais; Imagem, Eclétismo, Belém-PA.

RESUMEN

imagen Investigación en las capillas para el cuidado de la Santa Casa de Beneficencia y el portugués pone de relieve la importancia del conocimiento estético y el simbolismo de las imágenes para asegurar la mejora del patrimonio arquitectónico en Pará. La comprensión del repertorio decorativo ecléctico como un viaje de manera que, al sobrevivir, adquieren nuevos sentidos al ser interpretados y vivenciados por los usuarios de los ambientes que integran es esencial para el proceso de valoración de éstos. Así, el diálogo entre la Historia del Arte y la preservación de los monumentos sirve para demostrar la importancia de las imágenes en la identidad ecléctica de las capillas insertadas en espacios de salud de Belém-PA, cuyo reconocimiento por la sociedad es esencial para la permanencia de esos espacios sacros.

Palabras clave: Capillas Asistentes; Imagen, Ecléctico, Belém-PA.

SUMMARY

The investigation of the image in the chapels of assistance of the Santa Casa de Misericórdia and Beneficente Portuguesa shows the relevance of the knowledge of the aesthetics and symbology of the images to guarantee the valuation of the architectural patrimony in Pará The understanding of the eclectic decorative repertoire as a trip of forms that, when they survive, acquire new meanings when interpreted and experienced by the users of the environments they integrate is essential for the process of valuing them. Thus, the dialogue between the History of Art and the preservation of monuments serves to demonstrate the importance of the images in the eclectic identity of the chapels inserted in health spaces of Belém-PA, whose recognition by society is essential for the permanence of these sacred spaces.

Keywords: Assistance Chapels; Image, Eclecticism, Belém-PA.

Introdução

A dificuldade de comunicação com a Corte e a penúria da economia na primeira metade do século XIX mantiveram Belém à margem das motivações ideológicas do Neoclassicismo imposto pela Missão Francesa. Só a partir de 1866, com a abertura do Rio Amazonas à navegação internacional, intensificou-se o fluxo de mercadorias, favorecendo o que ficou conhecido como Belle Époque (1880 - 1910), momento de intensa prosperidade às elites paraenses e mudanças significativas no desenho da cidade. O cenário urbano passou a ser regido pelos princípios do positivismo, da modernização, civilização e a higienização, buscando nas Belas Artes a comunicação da prosperidade burguesa e funcionando como estratégia política de autopromoção dos grandes comerciantes.

Assim, o ecletismo torna-se a expressão arquitetônica das mudanças de comportamento da população belemense. As firmas aviadoras atuam como intermediárias entre os interesses dos seringalistas e das empresas estrangeiras, sendo responsáveis pela importação de materiais de construção e mesmo de edificações desmontadas, como os chalés de ferro, os mercados e reservatórios de água, de origem francesa, inglesa, alemã e belga (DERENJI, 1987).

A reformulação da cidade deu-se basicamente na administração do Intendente Antonio Lemos (1897-1912)⁹. Calçou e arborizou ruas, regulou as construções desde a disposição do lote até a fachada; retomou o tratamento urbanístico do bairro do Marco. O Intendente promulgou em 1901 o Código de Polícia Municipal, que regulava as edificações quanto

⁹ Antonio José de Lemos, político maranhense, tornou-se o mais lembrado Intendente da história de Belém devido às reformas urbanas que modificaram as feições da cidade, bem ao estilo francês. Foi responsável pelo remodelamento de praças, parques, abertura de grandes avenidas e criação de código de posturas, bem como pela construção de prédios monumentais e fomento à arte erudita na sociedade local. Para mais informações ver SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2002. E, da mesma autora, Memórias do “velho” Intendente: Antonio Lemos - 1869-1973. 1998. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Doutorado em História Social do Trabalho, Campinas, 1998.

aos materiais, dimensões de cômodos e a adoção de porões e platabandas, o que ocasionou mudança significativa na fisionomia da cidade.

A cidade não contava com mão de obra especializada, o que tornava os elementos decorativos por vezes excessivos e reforçou a continuidade de técnicas do passado. Destaca-se neste panorama o Instituto Lauro Sodré (1871), uma escola profissional gratuita para meninos órfãos, que formava serralheiros, marceneiros, gráficos e encadernadores, sendo produzidos nesta instituição os mobiliários usados nos prédios públicos. Assim, o mobiliário, os objetos de decoração e materiais de construção eram necessariamente importados da Europa e dos Estados Unidos.

Neste capítulo pretende-se mostrar como a compreensão da relação entre o repertório decorativo circulante em Belém servirá para caracterizar a Belle Époque da capital paraense, sendo que os signos presentes permitirão ler a sociedade da época. Portanto, o estudo das capelas assistenciais serve como ponto de partida para

a decifração dos repertórios e imagens que caracterizaram as elites paraenses deste momento.

Sobrevivência da Imagem

Didi-Huberman (2013) mostra que a imagem evoca a estranheza temporal, mas em si não pode ser considerada uma negação do tempo e da história, mas sim um potencial de contratempo que traz à tona tudo o que realmente exerce influência. O ato do ecletismo reavivar elementos arquitetônicos utilizados em períodos anteriores, segundo Aby Warburg, os caracteriza como imagens sobreviventes, já que cada período seria como um tecido com o seu próprio nó; para a construção desse tecido são necessários antiguidades, anacronismos e propensões para o futuro. A construção da arquitetura eclética pode ser considerada como o entrelaçamento de elementos que trazem à luz ideias como a de tradição e transmissão, considerando, pois, a historicidade construída a partir de processos conscientes e inconscien-

tes, e de esquecimentos e redescobertas.

Sabendo que a tradição primeiramente significa a transmissão de conhecimento, podendo ser uma tradição artística ou construtiva, esta ocorre pela manutenção de formas e técnicas consideradas significativas para o presente (MATEUS, 2013). Assim, o ecletismo busca, através desses elementos e sistemas da arquitetura, criar e adaptar ao seu tempo, desta forma, os arquitetos com o espírito eclético não apenas reproduziram formas passadas, mas também produziram novas formas com o auxílio das inovações tecnológicas.

Pode ser dito que esta etapa (o ecletismo) foi significativa para a modernização da arquitetura. Portanto, a renovação da arquitetura no século XIX foi baseada na escolha, com qualidade, de elementos dos estilos, abrindo caminho para uma renovação da arquitetura em termos linguísticos e ideológicos (PEDONE, 2002).

Para tanto, deve ficar clara a importância que a memória tem como forma de documento, podendo ser individual ou coletiva.

Segundo Nietzsche, a “força plástica” da memória é a capacidade de estabelecer um limite o mais claro possível entre a lembrança e o esquecimento, um limite que separa o importante do não importante, ou melhor, o que é útil à vida do que não lhe é útil (NIETZSCHE apud ASSMANN, 2003).

Por isso, Marta Bogéa (2009) instrui que todo processo de reabilitação da Arquitetura deve ter um momento em que deverá ser pensado quais elementos serão mantidos e os que serão esquecidos, sabendo que a edificação traz consigo uma memória, desde a sua construção até o momento da intervenção. Com a análise dos elementos existentes numa dada edificação, deve ser controlado o que será esquecido com base na real relevância dos acréscimos para ter a dimensão real do valor histórico e afetivo que estes representam na construção da “memória” da edificação.

Pensar a história do ecletismo implica em entender a importância dos monumentos, civis e religiosos do ponto de vista da memória, que transcende as meras

classificações formais e avança para a compreensão da relação da arquitetura com o indivíduo que a habita, e o poder que o valor afetivo tem na salvaguarda do patrimônio. A sobrevivência, segundo Didi-Huberman (2013) tem um papel importante para a compreensão da História da Arte e da Arquitetura:

Eis-nos um pouco mais bem armados para compreender os paradoxos de uma história das imagens concebida como uma história de fantasmas - sobrevivências, latências e aparições misturadas com o desenvolvimento mais manifesto dos períodos e estilos (DIDI-HUBERMAN, 2013. p.71).

Sendo assim pode ser dito que o ecletismo é a materialização da história dos fantasmas, por poder trazer em uma única edificação diferentes elementos decorativos que se assemelham a sobrevivências, latências e aparições misturadas sob uma “capa” de modernidade.

Entender que a Imagem e a arte - aqui podemos considerar a arquitetura como uma forma artística construída - são permeadas

por memórias vivas e pulsantes pelas quais pode ser instituída uma ligação permanente entre culturas, nos faz compreender o ecletismo não como um estilo arquitetônico, mas como uma sobrevivência dos estilos pré-existentes. Para Warburg, a imagem reflete a cultura condicionando, assim, sua sobrevivência através das imagens em movimento.

Ao longo dos tempos a Antropologia, com o objetivo de pensar o homem através da análise das suas diferenças, pode notar a importância da imagem como fonte de pesquisa. A imagem pode ser lida como uma superfície e que possui códigos, carregando um teor comunicacional; através da leitura das imagens pode ser percebida a representação de elementos aparentemente desconexos, uma vez que originários de diversas fontes.

A utilização da imagem na antropologia para Ribeiro (2005) tem o propósito de documentar, criando um banco de informação que traz o registro de um acontecimento observável. Tais como os textos, as imagens devem ser analisadas e incorporadas como do-

cumentos de uma memória cultural; para isso toda imagem, seja fotográfica, fílmica ou videográfica, deve ser analisada como um item que permitirá ao pesquisador reconstituir grupos sociais a partir de seus elementos simbólicos.

Como parte do estudo das capelas assistenciais, a análise das imagens antigas e atuais pode determinar o grau de desgaste e alterações que as mesmas sofreram ao longo de sua existência. O que ressalta a importância de um acervo das imagens arquitetônicas, não só destas capelas, mas de todos os bens de importância arquitetônica (tombados ou não), por ser a partir da análise das formas antigas e atuais dos edifícios de interesse cultural que pode ser realizado um estudo para conservação dos elementos presentes e o conhecimento das alterações sofridas ao longo dos anos que possam ter resinificado a edificação.

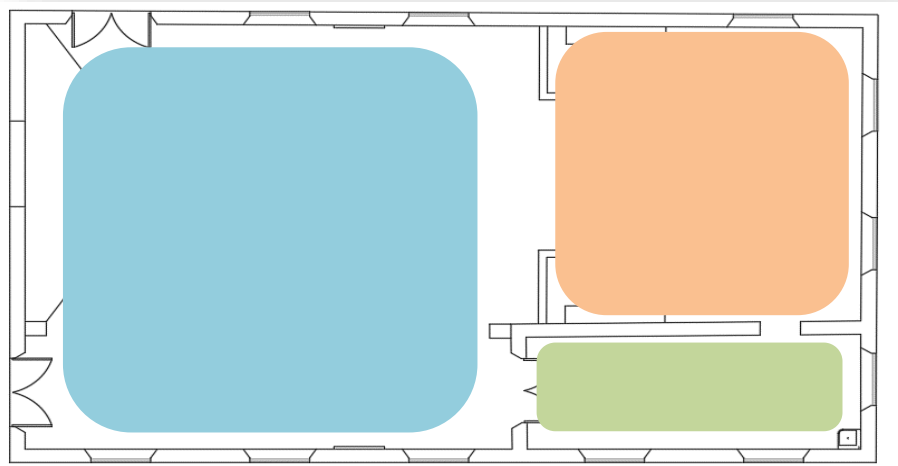
Capela da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará

A capela da Santa Casa de Misericórdia do Pará situa-se no interior do Hospital, tendo acesso unicamente pelos pavilhões do mesmo. Estima-se que a capela tenha sido edificada entre o ano de inauguração do Hospital da Santa Casa, 1900, e o ano de 1910, quando já há menção a ela no Jornal A Província do Pará do dia de 27 de julho (CASTRO, 2017).

A capela apresenta forma retangular com a presença de altar-mor e dois altares laterais, cuja planta é dividida em presbitério (rosa), a nave (azul) e (verde) sacristia (Fig. 1).

A capela da Santa Casa de Misericórdia apresenta em seu interior dois tipos de forro: lambr em madeira na sacristia e o forro de estuque, que se estende por toda nave até o altar mor.

Figura 1. Planta dos ambientes da capela do Hospital Santa Casa de Misericórdia.



Fonte: Elaborado por Sudani, 2014.

Figura 2. Forro da Capela da Santa Casa de Misericórdia do Pará.



Fonte: Bianca Barbosa, 2016.

O forro estucado é ornamentado em relevo e sua temática é fitomórfica (CASTRO, 2017). O estuque é composto de cal, água e areia, com a adição elementos como argila, pó de mármore e, em

alguns casos, de sangue animal, urina, chifres moídos, açúcar, sal, dentre outros elementos que ajudavam a liga a ter mais resistência, elasticidade e durabilidade.

A partir do século XVII, uma pasta composta por gesso, pó de mármore e cal também começou a ser utilizada nas ornamentações em estuque de modo a propiciar a plasticidade do gesso e a aceleração das sobreposições das fases (FIGUEIREDO, 2008).

Em relação aos ornamentos de estuque, Mascarenhas e Franqueira (2007) afirmam que, anteriormente a industrialização de tal processo, a criação dos mode-

los com moldes em tamanho reduzido configurava uma das etapas mais importantes para a confecção dos ornamentos. Essa forma de produção possibilitou que, a partir do século XVIII, fosse possível a comercialização de diversas peças em gesso provenientes da Europa para ornamentar diversas edificações no Brasil, comercializadas por meio de catálogos.

Carvalho et al¹⁰ iniciam a identificação das fontes de inspiração do padrão decorativo do teto da capela em tela, que pode ser encontrado em tetos como o da Igreja da Misericórdia de Braga e nos Tratados de Arquitetura. Destaca-se, no Tratado de Serlio, Livro 3, a referência aos tetos formados por nichos ortogonais, adornados com florões ao centro.

Ao percorrer um dos corredores internos do Hospital, podemos ver a entrada que possivelmente fora a originalmente utilizada, para dar acesso à capela. Esta é composta por moldura de-

corada nas laterais por pilastras arrematas por um buquê (cascata) de flores, cujo arco quebrado é ladeado por ornamentos também florais. Outro acesso foi criado na lateral da capela, com escadaria que desce a um pátio situado em meio aos pavilhões.

Figura 3. Porta de acesso à capela pelo interior do Hospital.



Foto: Bianca Barbosa, 2016.

¹⁰ CARVALHO, Ronaldo Marques de; GRILLO, Fernando; MIRANDA, Cybelle S. CASTRO, Nathalia Sudani de. A Capela da Santa Casa de Misericórdia do Pará e a Preservação do Patrimônio da Saúde - subsídios para o restauro do teto em estuque. Atas do I Colóquio Arquitetura Assistencial e saúde, 2019. Universidade de Lisboa, Universidade Federal do Pará, Universidade Lusíada. (no prelo).

A capela, por se encontrar tão deteriorada devido seu abandono, perdeu muitas características que lhe eram originais, como a presença de figuras escultóricas, e até mesmo ocorreu a degradação dos próprios retábulos, dificultando tanto o acesso ao local para estudo quanto a identificação das ordens dos ornamentos.

Os retábulos se caracterizam por terem poucos detalhes nos bancos, com ornamentação concentrada na parte superior, onde se encontram os frisos dourados de folhas de ovas e de folhas de acanto (alguns se encontram bastante deteriorados, especialmente os do retábulo central), frontões cimbrados interrompidos nos laterais e frontão triangular interrompido no central, estes sustentados por colunas clássicas caneladas e pilastras adossadas com capitéis coríntios. Outros ornamentos também são importantes, como as guirlandas nos frontões e outros motivos florais no interior e nos frisos dos painéis. Ademais, a ausência de imagens sacras, recolhidas ao Museu da Santa Casa em função da desativação da capela antiga, contribui para a au-

sência de significado religioso ao espaço.

Figura 4. Vista dos retábulos central e laterais da capela.



Foto: Bianca Barbosa, 2016.

Na capela-mor encontram-se dois retábulos laterais e um central. O retábulo central do altar-mor apresenta três nichos de arcos perfeitos, ladeados por colunas e meia colunas que apresentam o fuste estriado e o capitel coríntio com volutas e folhas de acanto que são douradas, arrematado por frontão triangular, interrompido, com uma cruz latina ao centro. Em imagens antigas, acima dos nichos existia um anjo e um vaso.

Os retábulos laterais apresentam frontão quebrado (curvo segmentado) com cornija jônica. O frontão é ornamentado com fes-

tão de flores com laços nas extremidades, acima do frontão existe uma cruz latina. Suas colunas apresentam o fuste estriado e o capitel coríntio com volutas e folhas de acanto que são douradas. Na base do retábulo existe o desenho de um escudo, encimado por coroa adornada com uma cruz; no interior do escudo há um pergaminho com uma flor onde se lê “VERGA DI GESSE”, que significa “Bastão de Jessé”, o pai de Davi. O topo das bases é decorado com um desenho de uma vi-eira, da qual saem duas folhagens que formam espirais.

Figuras 5 e 6. Altar lateral e Base do altar lateral com inscrição.



Fotos: Nathália Sudani, 2014.

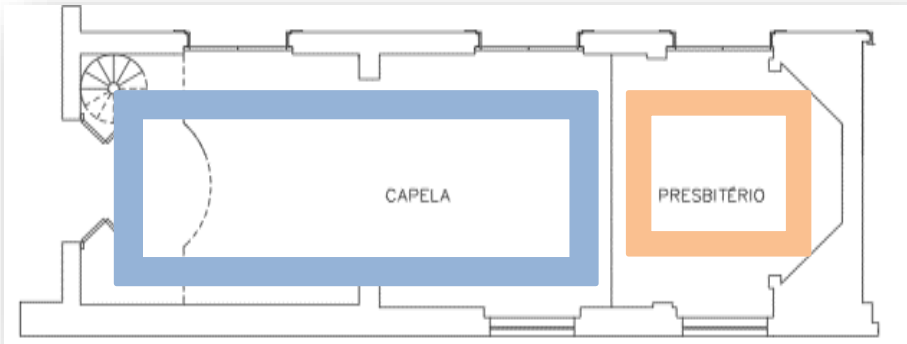
Capela do Hospital da Beneficente Portuguesa

A capela do Hospital Beneficente Portuguesa apresenta uma forma retangular, sem a presença de altares laterais. Na representação da capela pode ser observado que a existência de duas áreas: a nave e o presbitério, como pode ser observado na figura abaixo.

A nave apresenta teto plano, sendo o presbitério coberto por abóbada de quarto de esfera sobre o altar-mor. Essa estrutura apresenta pintura em afresco representando o céu, circundada por uma moldura formada por óvalos e por um fingido esverdeado, o mesmo encontrado em outros pontos da capela, ao topo encontra-se uma pomba branca que representa, para o catolicismo, o

Espirito Santo.

Figura 7. Planta dos ambientes da capela do Hospital Beneficente Portuguesa.



Fonte: Elaborado por Sudani, 2016.

Figura 8. Altar lateral e Base do altar lateral com inscrição.



Fonte: Bianca Barbosa, 2016.

Nas paredes destacam-se painéis de fingidos emoldurados: o Fingido é uma técnica que imita mármore na qual o artista utiliza o suporte já seco para recriar os veios do mármore. Nas áreas marcadas por colunas e vigas po-

demos notar ornamentos como cabeças de anhos aladas e folhas de acanto com douração.

A capela tem cinco vitrais em arco de volta inteira, os quais apresentam molduras decoradas com fingido de mármore verde, sendo os motivos florais, com exceção do vitral retangular que representa Santa Anna, em frente ao coro alto.

O altar é composto por uma mesa, sobre a qual repousa o sacrário sobreposto por pequeno templo. A Imagem central é a de Nossa Senhora da Conceição, invocação da capela, ladeada nos nichos pelas imagens de Santana

Mestra e do Sagrado Coração de Jesus. Os demais santos estão dispostos na capela apoiados em pilastras, como São José, Santo Antônio e Nossa Senhora de Fátima.

Figura 9. Nave e Altar mor da Capela da Beneficente Portuguesa.



Fonte: Bianca Barbosa, 2016.

As referências clássicas identificadas são pilastras com capitéis compósitos, o coroamento do sacrário, as colunas do altar, formas concheadas e volutas que ornamentam as fazes das pilastras, va-

sos de flores e florões.

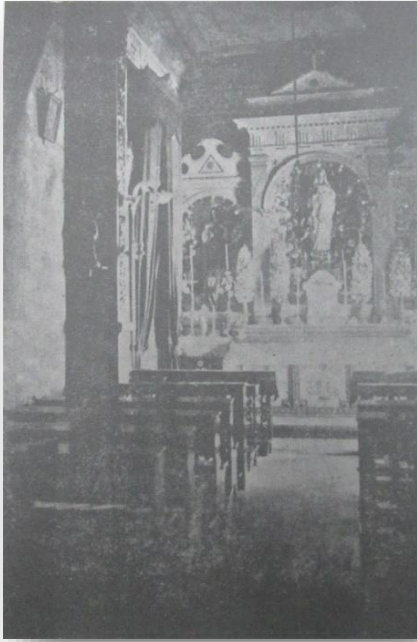
Discutindo a sobrevivência da imagem e o apagamento da memória

A preservação do patrimônio sacro face às alterações do gosto a que estão sujeitas as sociedades é uma questão que necessita discussões transdisciplinares. Em Belém do Pará, nosso estudo das capelas assistenciais revelou que a capela do Hospital Beneficente Portuguesa permanece no local original, contudo, teve o desenho de seus interiores modificado, enquanto que a capela da Santa Casa de Misericórdia foi abandonada, e uma capela moderna surgiu no local onde outrora foi a entrada da Maternidade.

A capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, conforme foi registrada no livro História da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, de 1974, apresentava, no altar-mor, retábulo em madeira com entablamento dórico, com teto plano com pintura decorativa, tendo sido remodelada para adotar

forma absidal de inspiração medievallizante, revelando a alteração no gosto da sociedade. A imagem publicada sugere que a alteração tenha sido recente, obedecendo às preferências das ordens e irmandades religiosas da primeira metade do século XX.

Figura 10. Altar mor da Capela da Beneficente Portuguesa, conforme livro de 1974.



Fonte: HISTÓRIA da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, 1974 p. 157.

O ecletismo transporta elementos de uma cultura e de uma época para outra, sendo reutilizados de forma a constituírem um

movimento ágil e intenso capaz de constituir forte paixão. Tais formas utilizadas nas arquiteturas ecléticas podem ser caracterizadas, segundo Warburg, como fórmulas patéticas (*Pathosformeln*), elementos imagéticos que são capazes de mover os afetos e de suscitar emoções através do tempo e da história. Dora e Erwin Panofsky (2009) tratam o mito de Pandora e sua representação por meio de narrativas e imagens, desde as descrições da literatura grega, até a Pandora pintada pelo pré-rafaelita Dante Gabriel Rosseti. Neste processo de reabilitação da imagem do mito na longa duração, o vaso portado pela figura feminina se torna caixa, e Pandora é associada a outras figuras mitológicas, permanecendo até a atualidade.

Warburg considerava que a história da arte não acontecia de forma linear e também não estava isenta de influências de outros períodos, ou seja, não concebia o percurso histórico na perspectiva do progresso, em que as expressões artísticas se sucedem sem considerar os ensinamentos dos momentos anteriores (DIDI-HU-

BERMAN, 2013). Nestes termos, o Eclétismo pode ser entendido como um estilo fantasma, uma vez que apresenta formas de diversas épocas e locais condensadas, sem se relacionar com as origens e significados que as produziram.

Na história, as imagens sobrevivem na longa duração, associando-se a sentimentos e ideias que fazem parte do inconsciente coletivo humano; contudo, na curta duração, ocorre a destruição dos suportes materiais destas imagens, especialmente na arquitetura, cujos edifícios são por vezes abandonados e substituídos por formas mais modernas, consideradas aptas a responder aos anseios estéticos da sociedade do presente.

Assim, a memória deve ser utilizada como forma de auxiliar o processo de salvaguarda do bem, por ser nela que o homem se apoia para a sua afirmação cultural, histórica e social (LE GOFF, 2003).

A memória também é algo biológico e por isso Assmann aponta que instituições e corporações não tem memória, elas criam para

si uma memória, servindo-se de símbolos e sinais memoriais, textos, imagens, ritos, práticas, lugares e monumentos. Seguindo essa linha, podemos observar que as duas instituições hospitalares estudadas criaram mecanismos para se perpetuar por meio de livros memorialísticos: História da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará (1974), A Santa Casa da Misericórdia Paraense (Arthur Vianna, 1902).

É importante ressaltar que a ideia primeira dessas instituições não era somente auxiliar o corpo, mas também a alma, por este motivo era necessário conciliar o socorro físico e espiritual aos doentes. Contudo, nestas publicações as capelas recebem pouco destaque, em contraste com as listas de Provedores e Sócios, e a modernização das instalações, que sobressaem.

Vasculhando os Arquivos públicos, encontramos em jornais antigos como a Folha do Norte e A Província do Pará notícias de festividades das santas padroeiras da Santa Casa e do Hospital da Beneficente Portuguesa, para as quais toda a sociedade local era

convidada. Hoje, a capela da Beneficente Portuguesa continua cumprindo seu papel de envolvimento com a comunidade, por meio da Festividade de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal, e das missas tridentinas regularmente oficiadas.

Na arquitetura, a memória está impregnada nas paredes dos edifícios, uma vez que os ambientes construídos pelos homens guardam na materialidade a memória das ideias, das práticas sociais e dos sistemas de representação dos indivíduos que ali convivem ou já conviveram. A falta dessas referências, mesmo que mutiladas pelo tempo, pode acarretar a perda da identidade de um povo. Tal é o caso da capela da Fundação Santa Casa de Misericórdia que, em decorrência do seu fechamento ocorrido há décadas, vem sofrendo degradação severa e o esquecimento por parte da população belenense.

Segundo Abdon e Miranda (2017)¹¹, após apresentar a foto da capela antiga e da nova capela

construída no Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará a 25 transeuntes do entorno do hospital, concluiu-se que a maioria concorda na necessidade de preservação da capela antiga pois, esta é considerada mais "representativa", "religiosa" e confortável, ressaltando seu valor cultural em detrimento de seu gosto pessoal.

Figura 11. Missa oficiada na capela antiga da Santa Casa do Pará



Foto: Acervo do Museu da SCM, 1993.

Com relação à fotografia da capela moderna, foi comentado que esta não tinha "identidade própria", que "podia ser colocada em qualquer lugar do mundo e se encaixar, mas nunca ia representar a

¹¹ ABDON, Leonardo; MIRANDA, Cybelle S. Arquitetura como construção da sociedade: a capela do hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará, 2017. Relatório final de Iniciação científica (arquitetura e urbanismo). Universidade Federal do Pará. (não publicado)

cultura do lugar", não passaria a sensação de pertença e de história que a antiga transmitia, mesmo que em imagem.

Figura 12. Interior da capela nova da SCM do Pará.



Foto: Carla Albuquerque, 2009.

Sabe-se que o ato de salvaguarda deve ser analisado isoladamente, pois requer atitudes que estejam de acordo com o contexto e o público de cada instituição. Considerando tratar-se de um Hospital filantrópico e um Hospital público, cuja gestão e tratamentos são distintos, o que já representa diferença de prioridades e verbas na preservação dos edifícios, a disposição das capelas no interior dos hospitais também contribui para sua maior ou menor visibilidade. Enquanto a ca-

pela da Beneficente, que possui acesso pelo Salão Nobre do 1º pavimento, encontra-se em funcionamento permanente, com programação de missas, e recebeu repintura recente, a capela da Santa Casa, com acesso pelo interior dos pavilhões do hospital, está desativada, em acelerado processo de degradação.

Quando Le Goff discorre sobre a terminologia monumento pode-se ter a noção de que essa expressão remete a tudo que lembra o passado como os "atos escritos, uma obra comemorativa de arquitetura e escultura e um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa" (LE GOFF, 2003 p. 526). Tendo assim o monumento o poder de imortalizar, voluntariamente ou involuntariamente, a história das sociedades.

Para Alois Riegl, o monumento é uma obra criada pelo homem com o intuito de conservar uma "lembrança" do passado, nesse sentido, o monumento intencional relaciona-se com a manutenção da memória coletiva de um povo, sociedade ou grupo. O monumento histórico é para Ri-

egl uma criação da sociedade moderna, um evento histórico localizado no tempo e no espaço. Assim, é a partir dessa mudança de atitude que se verifica o despontar de um novo valor de rememoração, pois “[n]ão é a destinação original que confere a essas obras a significação de monumentos; somos nós, sujeitos modernos, que lhes atribuímos essa designação” (RIEGL, 2006, p.49). Nos dias atuais, o valor que um bem deve ter frente à sociedade ainda é questionado, pois em pleno século XXI temos que lidar com questões extremamente burocráticas quando estamos trabalhando a história do bem e sua salvaguarda.

Considerações Finais

Estudar a Arquitetura do Eclétismo em Belém como um repertório de imagens sobreviventes torna-se ainda mais instigante quando observamos a arquitetura religiosa inserida em prédios assistenciais, objetos pouco estuda-

dos, mas que apresentam formas, figuras e técnicas decorativas de grande importância em sua época, mas pouco conhecidas atualmente.

Portanto, está imersão nos faz subverter os mitos modernistas da arquitetura desconectada com o passado, sendo os pequenos ambientes sacros a síntese de imagens que ressurgem ressignificadas e que conferem valor simbólico e afetivo a estes locais. Sendo assim, o eclétismo é a materialização da história dos fantasmas por poder trazer em uma única edificação diferentes elementos decorativos que sobrevivem em ambientes onde as técnicas e materiais almejam a modernidade.

A fala dos transeuntes do entorno da Santa Casa é essencial para entender que a preservação dos espaços sacros decorre do conhecimento da sociedade, de modo que as imagens do passado podem vir a se integrar no cotidiano presente, a despeito das mudanças de gosto.

Referências

- ASSMANN, Aleida. *A gramática da memória coletiva*. In: Humboldt 86, Bonn, Goethe-Institut Inter Nations, 2003. p. 2-4.
- BOGÉA, Marta; ALMEIDA, E. *Esquecer para preservar*. *Arqtexto*, UFRGS, v 15, 181-209, 2009.
- CASTRO, Nathália Sudani de. *Capela antiga da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará: Análise tipológica e estudos preliminares de reabilitação*. Belém, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de arquitetura e urbanismo, Universidade Federal do Pará.
- CASTRO, Nathália Sudani de. *O espaço sacro na arquitetura assistencial em Belém: estética, ecletismo e sociedade*. 2017. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Pará.
- COLE, Emily. *História Ilustrada da Arquitetura: Um Estudo das edificações, desde o Egito Antigo até o século XIX, passando por estilos, características e traços artístico de cada período*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- DERENJI, Jussara. *Arquitetura Eclética no Pará no período correspondente ao ciclo econômico da borracha: 1870-1912*. In: FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel, Edusp, 1987.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem Sobrevivente: História da Arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- ESCUADERO, Lorenzo de La Plaza; GÓMEZ, Adoración Morales; LOPEZ, María Luisa Bermejo; MURILLO, José María Martínez. *Dicionário Visual de Arquitetura*. Lisboa: editora Quimera, 2014.
- FIGUEIREDO, Cibelly Alessandra Rodrigues. *Hospital D. Luiz I da Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará como Documento/ Monumento*. 2015. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Pará.
- FIGUEIREDO, Miguel. *História do estuque. I Encontro sobre estuques portugueses. Livro de Actas*. ed. Museu do estuque, 2008. Acesso em: 30 de out 2014. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/LivroActas_final%20\(2\).pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/LivroActas_final%20(2).pdf)
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MASCARENHAS, Alexandre Ferreira; FRANQUEIRA, Márcia. *Estuque ornamental: História e restauro*. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauro e Conservação*, v01. N°02. Editora AERPA, 2007.
- MATEUS, João Mascarenhas. *A questão da tradição. História da construção e preservação do patrimônio arquitetônico*. PARC Pesquisa em Arquitetura e

- Construção. Campinas: UNICAMP, vol3 n4, abril 2013, p.27-32.
- PANOFSKY, Dora e Erwin. *A Caixa de Pandora – as transformações de um símbolo mítico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. *O espírito eclético*. 250p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre, RS, 2002.
- RIBEIRO, José da Silva. *Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação*. Rev. Antropol. [online]. 2005, vol.48, n.2, pp. 613-648.
- RIEGL, Aloïs. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Ed. da UCG. 2006.

Estrutura intraurbana e segregação socioespacial na Belém da Belle Époque (1870-1910)

Estructura intraurbana y segregación socioespacial em Belém
de la Belle Époque (1870-1910)

Intra-urban structure and socio-spatial segregation in Belém da
Belle Époque (1870-1910)

Helena L. Z. Tourinho

Doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2011). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano da Universidade da Amazônia.
E-mail: helenazt@uol.com.br

Roberta S. S. Barros

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade da Amazônia (2016). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano da Universidade da Amazônia.
E-mail: robertaasafira@hotmail.com

Antônio J. L. Corrêa

Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (1984). M Sc. Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano.
E-mail: antoniolamarao@uol.com.br

RESUMO

A partir do final do século XIX, o ideal de progresso e suas manifestações culturais e materiais foram amplamente difundidos pela elite econômica que controlava a produção e a exportação da borracha vegetal amazônica. No período, que ficou conhecido como Belle Époque Amazônica (1870 a 1910), foram reproduzidos, na cidade de Belém, diversos princípios e elementos arquitetônicos e urbanísticos europeus. As mudanças comportamentais e socioeconômicas observadas neste período, bem como as intervenções urbanísticas e arquitetônicas, especialmente as empreendidas pelo Intendente Antônio Lemos (1897-1910), vêm sendo estudados, detalhadamente, pela academia. Contudo, as análises sobre a estrutura intraurbana desse período são mais raras. O presente artigo visa a contribuir para o preenchimento dessa lacuna, mediante a identificação da localização espacial das classes sociais (abastadas e operárias), das atividades econômicas (fabris, comerciais, da administração pública, etc.) e dos grandes equipamentos implantados/reformados pelo referido Intendente (cemitérios, crematórios, mercados, matadouros, praças, hospitais e clínicas psiquiátricas). O trabalho evidencia a existência de segregação socioespacial intraurbana. Tal segregação se manifestava na localização das camadas de maior renda nos eixos de expansão urbana e no entorno da principal concentração de comércio e serviços, onde se localizaram os grandes equipamentos públicos considerados “nobres” que foram implantados/recuperados na época (teatro, praças, museus, etc.). As camadas mais pobres, compostas por trabalhadores ocupados menos qualificados e por imigrantes desempregados, se posicionaram na periferia da malha urbana. No bairro do Reduto, onde se concentrou o uso industrial, ficaram as Vilas Operárias, onde moravam os trabalhadores mais qualificados e melhor remunerados pelo setor industrial.

Palavras-chave: Estrutura intraurbana; Belém; Belle Époque.

RESUMEN

A partir de finales del siglo XIX, el ideal de progreso y sus manifestaciones culturales y materiales fueron ampliamente difundidos por la elite económica que controlaba la producción y la exportación del caucho vegetal amazónico. En el período, que se conoció como Belle Époque Amazónica (1870 a 1910), se reprodujeron, en la ciudad de Belém, diversos principios y elementos arquitectónicos y urbanísticos europeos. Los cambios comportamentales y socioeconómicos observados en este período, así como las intervenciones urbanísticas y arquitectónicas, especialmente las emprendidas por el Intendente Antônio Lemos (1897-1910), vienen siendo estudiados, detalladamente, por la academia. Sin embargo, los análisis sobre la estructura intraurbana de este período son más raros. El presente artículo tiene por objeto contribuir al llenado de esa laguna, mediante la identificación de la localización espacial de las clases sociales (abasajadas y obreras), de las actividades económicas (fábricas, comerciales, de la administración pública, etc.) y de los grandes equipos implantados / referido Intendente (cementeros, crematorios, mercados, mataderos, plazas, hospitales y clínicas psiquiátricas). El trabajo evidencia la existencia de segregación socioespacial intraurbana. Esta segregación se manifestaba en la localización de las capas de mayor ingreso en los ejes de expansión urbana y en el entorno de la principal concentración de comercio y servicios, donde se localizaron los grandes equipamientos públicos considerados "nobles" que fueron implantados / recuperados en la época (teatro, plazas, museos, etc.). Las capas más pobres, compuestas por trabajadores ocupados menos cualificados y por inmigrantes desempleados, se posicionaron en la periferia de la red urbana. En el barrio del Reduto, donde se concentró el uso industrial, quedaron las Vilas Obreras, donde vivían los trabajadores más cualificados y mejor remunerados por el sector industrial.

Palabras clave: Estructura intraurbana; belén; Belle Époque.

SUMMARY

From the late nineteenth century, the ideal of progress and its cultural and material manifestations were widely disseminated by the economic elite that controlled the production and export of Amazonian rubber. During the period known as Belle Époque Amazónica (1870-1910), several principles and architectural and urbanistic elements were reproduced in the city of Belém. The behavioral and socioeconomic changes observed in this period, as well as the urban and architectural interventions, especially those undertaken by the Intendente Antônio Lemos (1897-1910), have been studied in detail by the academy. However, the analyzes on the intra-urban structure of this period are rarer. The objective of this article is to contribute to fill this gap, by identifying the spatial location of the social classes (wealthy and working class), economic activities (manufacturing, commercial, public administration, etc.) and large equipment deployed / (cemeteries, crematoria, markets, slaughterhouses, squares, hospitals and psychiatric clinics). The work shows the existence of intra-urban socio-spatial segregation. This segregation was manifested in the location of the higher income layers in the urban expansion axes and in the surroundings of the main concentration of commerce and services, where the great public equipment considered "nobles" that were implanted / recovered at the time (theater, squares, museums, etc.). The poorer strata, made up of less skilled workers and unemployed immigrants, were positioned on the periphery of the urban fabric. In the Reduto neighborhood, where the industrial use was concentrated, the Workers' Villages were left, where the most qualified and best-paid workers lived by the industrial sector.

Keywords: Intra-urban structure; Belém; Belle Époque.

Introdução

A partir de meados do século XIX o mundo começa a viver um dos períodos mais marcantes da história moderna, denominado de Belle Époque. Iniciado em Paris, esse movimento manifesta-se, sobretudo, entre 1880 e 1914 provocando transformações físicas, na arte e nos estilos de vida. As alterações no ambiente construído, baseadas na ideia de progresso/modernização, se manifestaram nas reformas urbanas realizadas pelo Barão Georges-Eugène Haussmann (1852-1870) em Paris. Mas, a bela época francesa alterou, também, os modos de vestir, falar, pensar e agir das elites, assim como as formas de expressões e representações artísticas, a exemplo do estilo Art Nouveau.

Paris emerge, então, como modelo de vida, elegância e civilização a ser seguido em diversas partes do mundo.

Os valores, os códigos e os rituais da cultura da belle époque, na condição de teatro da civilização, espalharam-se, em

maior ou menor escala, pelas sociedades contemporâneas. Paris, Lisboa, Buenos Aires, São Petersburgo, Viena, Belém e Manaus, cidades de topografias sociais e físicas distintas integravam-se ao circuito mundial da cultura burguesa, na medida em que abrigavam elos da cadeia mundial do mercado. A cultura burguesa da belle époque transitava pelos mesmos canais da circulação das mercadorias, dos capitais e dos bens de produção, o que implicava bem definir o sentido da mundialização da economia capitalista e do capital simbólico da cultura burguesa. (COELHO, 2011, p. 141-142).

A Belle Époque também trouxe algo que mudaria completamente as condições das dinâmicas de interação mundial. Por meio de conquistas materiais e tecnológicas, diversas áreas do globo, que se encontravam completamente isoladas, foram inseridas nas redes de comercialização naquele momento (DAOU, 2000).

Nesse contexto, o Brasil e outros países estabeleceram laços diretos com a França, desencadeando um processo de relações culturais, sociais e mentais, mas

também materiais e políticas. (COELHO, 2011). No Brasil, o final do segundo reinado e as décadas iniciais do período republicano compõe o período da Belle Époque (DAOU, 2000). Aqui, a renovação das cidades, o afastamento das classes pobres para as franjas urbanas e a implantação de uma estética que rompe com os padrões coloniais integram o novo vocabulário das cidades transformadas pelo urbanismo técnico, pelas medidas higienizadoras e de controle social (DAOU, 2000).

Em plena Região Amazônica brasileira, Belém foi uma das cidades que mais sobressaiu e se beneficiou com o estreitamento das relações com Paris e com a Europa de um modo geral, embora os efeitos deste período tenham se estendido por “[...] uma área que inclui todo o Pará e avança até o atual território do estado do Acre” (DAOU, 2000, p.9).

As expressivas transformações ocorridas entre o final do século XIX e início do XX foram viabilizadas, em grande medida, pelos recursos gerados pela economia da principal matéria-prima ex-

portada pela região: a borracha vegetal. A floresta amazônica era o local de exploração, coleta e conversão do látex em bolas de borracha, e Belém, em virtude de sua posição geográfica estratégica em relação ao sertão amazônico e ao mercado internacional, exerceu a função de principal centro de apoio à produção e ao escoamento da borracha, abrigando as casas aviadoras, que financiavam a extração, e as instalações portuárias, de onde o produto seguia para Estados Unidos, França, Inglaterra, etc. (PENTEADO, 1968).

Vale ressaltar que, até então, as relações comerciais internacionais de Belém com a Europa eram muito tímidas, em razão da política vigente no Segundo Reinado do Brasil Imperial, que impedia a livre navegação de estrangeiros e brasileiros, por toda a extensão amazônica.

Em 1867, após pressões estrangeiras, têm-se a abertura dos rios Amazonas, Tocantins, Tapajós e Madeira para a navegação a vapor universal. A possibilidade de encurtar distâncias e ampliar a velocidade de circulação de pessoas, mercadorias, capital e

ideias, juntamente com a renda gerada pelo crescimento da demanda internacional por borracha, favoreceram o estreitamento e a fortificação dos laços entre Belém e cidades europeias, aumentando o volume das trocas de produtos naturais regionais por produtos industrializados procedentes de outros países. Os mesmos canais utilizados para essas trocas serviram, também, para circular, no território amazônico, as ideias de modernização que eram geradas pelo movimento da Belle Époque (DAOU, 2000).

Segundo Sarges (2002), a migração europeia, a liberdade de navegação, a intensificação da circulação de capital resultante do extrativismo e da exportação do látex, assim como a emergência de uma elite burguesa – formada por homens políticos, burocratas, comerciantes e profissionais liberais, geralmente de famílias ricas, oriundos das universidades europeias –, criaram as condições materiais para que, entre 1870 e 1910, se desse o processo de modernização de Belém.

As ideias de progresso cultural e material, na Belle Époque Ama-

zônica (1870-1910), foram difundidas pela nova elite econômica burguesa que controlava a produção e a exportação da borracha. Além disso, os recursos advindos da economia da borracha viabilizaram a reurbanização dos espaços públicos e as melhorias urbanas voltadas à ampliação da qualidade de vida da população bele-nense, sobretudo da própria elite.

As mudanças comportamentais, sociais e econômicas observadas no ciclo da borracha, assim como as intervenções urbanísticas e arquitetônicas, especialmente as empreendidas pelo Intendente Antônio José de Lemos (1897-1910), vêm sendo estudadas, detalhadamente, pela academia. Análises sobre os impactos e a contribuição dessas ações na estrutura intraurbana desse período, contudo, são mais raras. O presente artigo visa a contribuir para o preenchimento dessa lacuna, mediante a identificação da localização espacial dos grupos sociais (abastadas e operárias), das atividades econômicas (fábricas, comerciais, da administração pública, etc.) e dos grandes equipamentos implantados e/ou

reformados (cemitérios, crematórios, mercados, matadouros, praças, hospitais e clínicas psiquiátricas), no período da belle époque amazônica em Belém.

O artigo está estruturado em três partes, além dessa introdução. Primeiramente discute-se o conceito de estrutura intraurbana. Após expor a metodologia usada para o levantamento e o mapeamento dos grupos sociais, das atividades econômicas e dos grandes equipamentos públicos implantados, são analisados os resultados, destacando-se o caráter segregacionista por eles revelado.

Estrutura intraurbana e segregação socioespacial

Para fins do presente artigo, o conceito de estrutura urbana deriva dos conceitos de estrutura e de estrutura espacial discutidos em Tourinho (2011, p. 111). Conforme essa autora,

A estrutura urbana não é fruto de um inconsciente a-histórico e a-espacial; nem faz parte de uma mera engrenagem da lin-

guagem. A estrutura urbana não é, também, simples resultado de uma pesquisa empírica sobre a realidade concreta, pois, se assim o fosse, estar-se-ia diante do empirismo puro que advoga que a realidade é revelada meramente pela experiência sensível. A estrutura urbana é algo que precisa ser desvelado, que oculta regras organizadoras do espaço da cidade e, por isso, da vida das coletividades. Enquanto conjunto de elementos em relação, enquanto uma categoria sistêmica, a estrutura urbana expressa regras que regem as configurações desses elementos e as suas modificações. E tais regras e configurações nem sempre são facilmente apreendidas. Elas dependem de operações mentais que, por sua vez, estão articuladas a teorias e visões de mundo.

A estrutura intraurbana, portanto, não se resume a um conjunto de elementos/relações agrupados ao acaso. Integrada pelo todo urbano, pelas partes essenciais desse todo e pelas relações dessas partes entre si. A estrutura intraurbana é ordenada segundo regras e lógicas que precisam ser desvendadas.

A análise da estrutura espacial

intraurbana pressupõe a identificação dos elementos espaciais da realidade urbana que têm valor estratégico e de suas relações (TOURINHO, 2011; VILLAÇA, 1998). Tais elementos e relações variam no tempo, no espaço, conforme a escala geográfica e de acordo com o olhar do pesquisador.

Sendo social e historicamente produzidas, as estruturas intraurbanas são mutáveis. “O aparecimento de uma nova estrutura urbana [...] nada mais é, então, do que a passagem de uma estrutura a outra, passagem esta que ajuda a explicar a segunda” (TOURINHO, 2011, p. 113.).

As transformações na estrutura intraurbana podem ser provocadas por “forças endógenas (mudanças qualitativas de elementos/relações internos), ou exógenas (mudanças qualitativas decorrentes da interferência de elementos/relações externos, possível de ocorrer visto que a estrutura urbana se trata de um sistema aberto), ou ainda por ambas”. Esse é o caso de Belém na Belle Époque, como se tratará posteriormente.

Vale destacar que o conceito de estrutura intraurbana não se confunde com o de segregação. Para a escola de Chicago, a segregação decorre das diferenças culturais e econômicas dos grupos que dão a forma e as características da cidade e da divisão do trabalho.

Através da segregação um grupo, e desse modo os indivíduos que compõem o grupo, oferta um local e uma regra na organização da vida da cidade como um todo. A segregação limita o desenvolvimento em certas direções, mas libera em outras. Estas áreas tendem a acentuar certos traços para atrair e desenvolver esse tipo de indivíduos e então se tornarem mais diferenciadas (BURGESS, 2005 [1925], p.25).

Conforme Castells (1983) áreas segregadas são aquelas que apresentam forte homogeneidade social interna e forte disparidade entre elas. Nos estudos de estrutura intraurbana a segregação social está, normalmente, representada pela separação espacial da população segundo estratos de renda.

A noção de estrutura intraur-

bana aqui adotada “transcende a realidade empírica, mas sem dela prescindir; é material e concreta; está relacionada a uma modalidade temporal resultante de leis que regem as maneiras de ordenar as cidades no território e os objetos no espaço intraurbano” (TOURINHO, 2011, p. 115) cabendo ao investigador descortiná-la. Está, também, articulada a outras estruturas não territoriais, como a econômica, política e ideológica, cujas análises permitem melhor compreendê-la e lhes dão conteúdo (VILLAÇA, 1998).

Socialmente produzidos, os elementos e relações fundamentais que compõem a estrutura espacial intraurbana variam:

[...] de acordo com as formas de organização da sociedade e sua pauta cultural, com os tipos de transportes disponíveis para o deslocamento de pessoas, mercadorias e informações, com as características do sítio urbano, com a maneira de subdivisão e de acesso à terra urbana, com o tamanho da cidade, dentre outros fatores que contribuem para o estabelecimento dos padrões de localização e adensamento dos segmentos da população, das

atividades econômicas e dos canais necessários à articulação espacial dessas concentrações (TOURINHO, 2011, p. 131).

O estudo sistemático das estruturas intraurbanas inicia no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, na década 1920, que coleta extensas etnografias de vários grupos sociais e mapeia diferenças sociais no interior da cidade, visando a avaliar o crescimento urbano e as mudanças sociais (EUFRÁSIO, 1999).

A partir dos anos 1970 surgem contribuições mais expressivas para o entendimento das estruturas intraurbanas das cidades latino-americanas. Ao sistematizar tais contribuições, Bähr, Borsdorf e Janoschka (2002, apud BORS-DORF, 2003) classificam os modelos de estrutura intraurbana das cidades latinoamericanas considerando diversos aspectos (econômicos, políticos, sociais, tipos de circulação intraurbana predominantes, princípio de estruturação espacial, etc.). Para o período analisado nesse artigo, se identificam dois modelos: o da cidade compacta, do período colo-

nial (1500-1820); e o da cidade setorial, da primeira fase de urbanização (1820-1920).

Fortemente influenciadas pelas Leis das Índias, as cidades latino-americanas, no período colonial, apresentam sistema viário na forma de retícula ortogonal e uma praça central, (core das atividades urbanas), em torno da qual se localizam as principais edificações públicas.

Cerca de la plaza estaba instalada la aristocracia, formada por las familias de los conquistadores, los funcionarios de la corona y los encomenderos o grandes hacendados. El círculo siguiente era ocupado por la clase media, formada por comerciantes y artesanos. En este barrio se ubicaba por lo general el mercado municipal. En el último círculo, el más periférico, vivían los "blancos pobres", los indios y mestizos. (Borsdorf, 2003, p.4)

Para Corrêa L. (1989), há muitas evidências empíricas da existência do padrão de segregação residencial em cidades do período colonial da África e da América Latina, de Moscou do fim do século XIX e dos EUA antes da

Guerra da Secessão. De acordo com Ford (1996), o modelo baseado no princípio centro-periferia - predominante nas cidades latino-americanas até o início do século XIX -, é mantido enquanto as cidades apresentam crescimento populacional lento, industrialização mínima, oferta limitada de serviços públicos, baixa mobilidade demográfica e poucas possibilidades de efetuar mudanças morfológicas e arquitetônicas nos edifícios.

No caso brasileiro, onde as cidades foram fundadas por portugueses interessados no controle territorial e na exploração de recursos naturais para a exportação, privilegia-se a implantação em sítios propícios à instalação de portos e favoráveis à defesa, tais como montanhas proeminentes, baías e ilhas protegidas. Diante da necessidade de adequação ao sítio das funções urbanas requeridas, as cidades assumem um traçado mais livre e irregular, e a estrutura intraurbana é mais diversificada do que a verificada nas cidades espanholas.

Como mostra Tourinho (2011), na Amazônia do período colo-

nial, os sítios escolhidos para implantação das cidades normalmente são planos e se localizam nas margens ou nos entroncamentos de rios navegáveis. Nas faixas fluviais se instalavam os atracadouros, o porto e os estabelecimentos de comércio atacadista e varejista. As principais edificações administrativas e religiosas são posicionadas em torno da praça que se situa em frente ou próxima ao rio. No mais, como destaca a autora, as cidades amazônicas são semelhantes às demais cidades brasileiras e latino-americanas, tanto na importância da praça principal, quanto no princípio de distribuição espacial das camadas sociais, ou seja, em gradientes decrescentes, do centro à periferia.

Na América Latina, esse quadro começa a se alterar depois da independência de grande parte das colônias. Nessa fase se verifica: a chegada de imigrantes, sobretudo europeus; o início do processo de industrialização, ainda que muito restrito; e a importação das modas urbanísticas europeias. Como consequência, conforme Borsdorf (2003) e Barth e

Borsdorf (2005), o princípio de estruturação intraurbana também se modifica, passando a apresentar as seguintes características: localização das residências da população de maior renda a partir de um eixo principal (boulevard principal); crescimento da importância da função comercial no centro, que tende a assumir a forma linear; surgimento das primeiras indústrias localizadas próximas das linhas ferroviárias, estações ou portos de conexão da cidade com o restante do país.

Villaça (1998) alerta que as mudanças nas estruturas intraurbanas não ocorrem em curtos lapsos de tempo. Cabe então verificar, se é possível perceber, nas mudanças operadas na Belle Époque, o germe dessa transformação na estrutura intraurbana de Belém.

Fontes e métodos

É indiscutível a importância das fontes para a construção de um discurso coerente. Desde a segunda metade do século XIX se dispõem de parâmetros metodológicos para orientar a crítica das

fontes e o debate sobre a autenticidade documental. Janotti (2006) mostra como o vocabulário da história foi enriquecido com o uso de referências a classes sociais, conjunturas históricas e, posteriormente, com o conceito de estrutura, dentre outros. Para essa autora, o uso de fontes históricas varia no tempo e no espaço.

Ao sistematizar princípios sobre os ritmos históricos – longa, média e curta durações, Fernand Braudel estabeleceu a correspondência dos mesmos aos tempos geográfico, social e individual. Mais tarde, essa matriz gerou análises consideradas de estrutura, conjuntura e acontecimentos, conforme a abrangência temporal.

O presente artigo procura a articulação entre tempos e dimensões analíticas. Para isso, utiliza fontes de diversas origens e naturezas, como relatos e cartografias elaborados por viajantes, relatórios anuais de 1987 a 1910 apresentados por Antônio Lemos para o Conselho Municipal, o cadastro de estabelecimentos contido no Indicador Ilustrado do Estado do Pará, de 1910, além de

outras referências bibliográficas e documentais levantadas, inclusive dissertações de mestrado e teses de doutorado.

A partir da análise preliminar dessas fontes, se estabeleceu um recorte temporal tendo como referências o início e término do ciclo da borracha, mas sem desconsiderar os elementos socioespaciais estruturantes de longo prazo, nem os acontecimentos que, de alguma forma, contribuíram para a configuração de mudanças de longo prazo.

Definido o recorte temporal (1870-1910) e considerando a cidade como a dimensão geográfica a ser abordada, procurou-se, primeiramente, recuperar o provável traçado urbano ao início e ao final do período estudado. Isso foi feito por meio da superposição e da compatibilização de, sobretudo, duas plantas antigas da cidade de Belém - a de Edmund Compton de 1881, e a de José Sydrim de 1905 - com a planta urbana atual. Os mapas de 1881 e 1905 foram digitalizados e sobrepostos à imagem atual de satélite de Belém, usando a ferramenta Google Earth. O grande desafio

foi definir como fazer a compatibilização, visto que mapas antigos contêm, originalmente, imprecisões de escala. Ademais os próprios desvios de escala decorrentes do processo de digitalização, também, necessitavam ser levados em consideração.

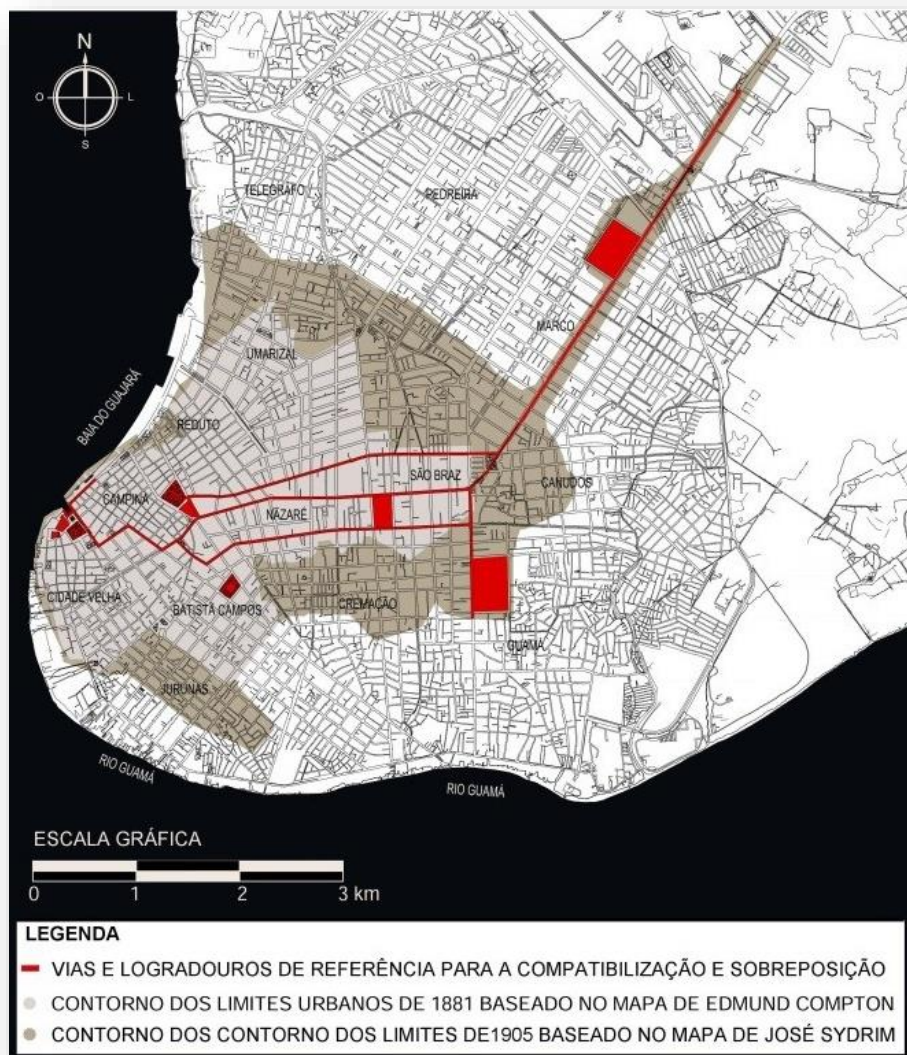
Após algumas tentativas de sobreposição, observou-se que alguns eixos viários atuais (Travessa Padre Eutíquio e Avenidas Portugal, João Diogo, Nazaré, Governador José Malcher, Gentil Bittencourt, José Bonifácio e Almirante Barroso) permaneceram inalterados desde a realização do mapa de Compton (1881). Notou-se, também, que alguns equipamentos urbanísticos localizados nesses eixos (Praças Dom Pedro II, Batista Campos e da República; o Teatro da Paz; o Museu Emílio Goeldi; e a Doca do Ver-o-Peso) seguiam a mesma configuração e/ou apresentavam alterações mínimas em relação ao mapa elaborado por Sydrin (1905). Tais eixos e equipamentos serviram, então, de referências para a compatibilização da malha.

O AutoCad foi a ferramenta utilizada para a modelagem do

contorno dos mapas já compatibilizados, expostos na figura 1, bem como para a localização dos equipamentos e manchas de usos do solo necessários às análises e conclusões. Para a identificação dessas localizações, inclusive de resquícios das antigas vilas operárias, a ferramenta StreetView, também foi muito útil.

Embora esse procedimento apresente limitações para utilização em estudos de morfologia urbana - nos quais a precisão dos traçados da malha é importante para o entendimento da configuração espacial, principalmente nas escalas do bairro e da rua, mostrou-se adequado para a análise da estrutura intraurbana, pois permitiu identificar a mancha da expansão urbana no período 1881-1905 e estabelecer a base para o mapeamento de outras informações.

Figura 1. Mapa atual de Belém com as vias e os equipamentos tomados como referência para a compatibilização dos mapas, e a indicação dos limites dos tecidos urbanos em 1881 e 1905.



Elaboração: Roberta Safira, 2016..

Por fim, a identificação e o mapeamento das moradias segundo segmentos sociais, das concentrações terciárias e industriais, das praças e dos espaços públicos, assim como dos equipamentos implantados/reformados foram feitos com base em informações contidas nos: Relatórios Anuais de 1987 a 1910, apresentados por Antônio Lemos para o Conselho Municipal; cadastro do Indicador Ilustrado do Estado do Pará, de 1910; mapas produzidos na época; e, em outras referências bibliográficas e documentais levantadas.

Belém da belle époque

Antecedentes

Fundada em 1616, como fruto da estratégia portuguesa de ocupação e controle da foz do rio Amazonas, a cidade de Belém surge na confluência da baía do Guajará com o rio Guamá, em um sítio que também era delimitado por um pântano (o alagado do Piri). Tendo na implantação do forte o ponto focal de ordenamento do seu traçado, a cidade se desenvolve, inicialmente, no sen-

tido sul, formando o atual bairro da Cidade Velha, e depois, na direção nordeste, na área denominada de Campina.

No final do século XVII, em função da instalação de várias igrejas, como as de Santo Antônio e das Mercês, e da construção da Santa Casa de Misericórdia, dentre outros, a Campina já era o principal vetor de crescimento da cidade, atraindo a localização de prédios administrativos e da classe de comerciantes que lá estabelecem suas residências e prédios comerciais.

De acordo com Corrêa (1989), aos poucos foi sendo definida a primeira especialização funcional no espaço urbano da cidade, nas ruas dos Mercadores e da Praia, sobretudo no trecho entre o Forte e a Igreja das Mercês, surgia a principal concentração de atividades terciárias. Tal especialização se aprofunda no período pombalino quando a cidade experimenta grandes transformações espaciais, com a construção de suntuosos edifícios públicos e privados.

Ainda na primeira metade do século XIX, foi iniciado o ensaca-

mento do alagado do Piri e o aruamento dos bairros de Nazaré e Umarizal, com avenidas mais largas e sombreadas (Duarte, 1997), o que possibilitou uma melhor articulação entre as diversas áreas a Cidade Velha e a Campina e criou as bases para a expansão da malha urbana que viria a seguir.

Em 1833 a população urbana belenense é de 13.247 habitantes e vive em 1.935 casas, sendo 699 na Freguesia de Nossa Senhora da Graça da Sé (Cidade Velha) e 1.236 na Freguesia de Nossa Senhora de Sant'anna da Campina. Em 1872, conforme dados do Censo há 61.997 habitantes em Belém, distribuídos em freguesias, dentre as quais: a da Sé (15.726 hab.); a da Campina (7.659 hab.); a da Santíssima Trindade (6.667 hab.); e a de Nossa Senhora de Nazaré (4.412 hab.) Em 1900 a população de Belém já soma 96.560 pessoas. Esses dados revelam o forte impacto demográfico que a economia da borracha promove na cidade, que até então apresentava crescimento lento e contido.

O ciclo da borracha e as transformações urbanas

A partir de 1840 praticamente toda a atividade econômica da região amazônica girava em torno da economia da borracha. O extrativismo e a exportação do látex estimulam a instalação de novas atividades, como as relacionadas ao comércio exportador e importador, ao sistema financeiro e um incipiente setor manufatureiro. (MOURÃO, 1989).

Edificações e lotes residenciais da Freguesia da Sé e, sobretudo, da Freguesia da Campina são, paulatinamente, transformados em usos comerciais e de serviços. Na Campina, especialmente ao longo das atuais Avenidas João Alfredo e 15 de novembro, se instalam bancos nacionais e estrangeiros, companhias de seguro, consulados, além de diversas lojas e escritórios (PENTEADO, 1968; CORRÊA, 1989).

Com a chegada desses estabelecimentos, as famílias mais abastadas progressivamente deslocaram suas residências para lotes mais amplos localizados fora do

centro tradicional, originando e/ou intensificando a ocupação das áreas que hoje constituem os bairros de Batista Campos, Marco, Umarizal, Nazaré (SARGES, 2002; CORRÊA, 1989; PENTEADO, 1968). Nesse processo, a população mais pobre que morava nessas áreas migra para a periferia urbana, ocupando novas áreas como a do atual bairro da Pedreira.

Cabe destacar que a economia da borracha induz alterações acentuadas na estrutura social belenense. Integrando a elite, além de seringalistas, comerciantes (basicamente portugueses) e banqueiros, emerge com importância uma classe de políticos, burocratas e profissionais liberais (normalmente procedentes de famílias ricas e educados na Europa).

No outro extremo se encontram os trabalhadores urbanos (operários da construção civil, alfaiates, sapateiros, marceneiros, relojeiros, comerciários em geral, etc.) compondo a camada pobre da população. A esses grupos se agrega o composto por parte dos imigrantes que chegam atraídos pela possibilidade de trabalho

nos seringais nas matas, mas que acabam permanecendo na cidade, dando origem a um contingente de desempregados e subempregados urbanos. (SARGES, 2002).

Embora Belém seja, nessa época, um centro comercial muito dinâmico, não possui um setor industrial expressivo, como se nota nas cidades europeias onde a urbanização e a acumulação capitalista estavam atreladas ao processo de industrialização. Não obstante, observa-se um incipiente processo de industrialização.

Conforme Sarges (2002), no período de 1890 e 1900, surgiram 25 fábricas em Belém, dentre as quais: a Palmeira (1892), de biscoitos, açúcar, caramelo e pão; a Perseverança (1895) de fibras e cordas; a Bitar (1897) de artefatos de borracha; e a Cerveja Paraense (1905). A concentração de várias unidades produtivas e de vilas operárias na área onde hoje é o bairro do Reduto, gera uma nova frente de especialização funcional no espaço urbano, dando origem a uma zona industrial (CORRÊA, 1989).

A nova ordem econômica e fi-

nanceira, nascida com a República e fortalecida localmente pela economia da borracha, impõe as necessidades de reordenar a cidade e de remodelar os hábitos e costumes sociais. O reordenamento físico é feito mediante política de saneamento e embelezamento constituída pelas: abertura de novas e extensas avenidas, de modo a remover os obstáculos aos fluxos de pessoas e mercadorias; criação de redes de infraestrutura; implantação de diversos e modernos equipamentos urbanos; regulamentação da construção de edificações; e estabelecimento de códigos de posturas.

Os recursos para tais ações procedem da parte do excedente produzido pela economia da borracha que é direcionada aos cofres públicos. Assim, como relata Duarte (1997, p.13),

Os ideais de conforto e saneamento urbano, financiados pelo saldo comercial favorável, deram origem a importantes melhoramentos como iluminação à gás, o calçamento das ruas com paralelepípedos de granito importado, a inauguração de serviços de bonde à tração animal, a substituição

do sistema de comunicação com o telégrafo com cabo subfluvial e o telefone. Inaugurase a Estrada de Ferro Belém-Bragança. Surgem os consulados e os bancos. Constrói-se o Teatro da Paz (1878), destinado a receber as mais famosas companhias de ópera da Europa.

A intendência de Antônio José Lemos (1887-1910) é a promotora das transformações urbanísticas mais expressivas. Ela reorganiza repartições e serviços, dá continuidade à abertura, à pavimentação e à arborização de vias, remodela praças e parques, organiza implanta um sistema de abastecimento alimentar mediante a construção de mercados municipais, inaugura sistemas de iluminação e de bondes elétricos, aterriza a orla da Campina e constrói um novo cais, instala sistema de drenagem e drena pântanos, matadouros, usinas incineradoras de lixo, cemitérios e asilos, institui o Código de Polícia Municipal para regulamentar as construções, inclusive as fachadas, forçando o deslocamento da população de baixa renda para áreas mais distantes do centro da ci-

dade, dentre outras ações (PEN-TEADO, 1968; CORRÊA, 1989; DUARTE, 1997; SARGES, 2002).

As preocupações com a salubridade pública, a higiene em geral, o embelezamento, e a expansão territorial da cidade se encontram claramente explicitas nos Relatórios Municipais de Lemos que, dentre outros, justifica: a abertura e transfiguração de novas avenidas para fazer penetrar o ar e o sol em bairros e quarteirões insalubres; o calçamento em larga escala e a conservação das vias públicas, para impedir a infecção do solo; a arborização sistemática e o ajardinamento das praças, bosques e

avenidas para garantir a pureza da atmosfera; a incineração dos resíduos sólidos, “as imundices”, e o aterro e drenagem dos pântanos, para impedir a proliferação de doenças; a remoção de estabelecimentos e matadouros insalubres, e construção de uma rede de esgotos e limpeza de sarjetas e bocas de lobo; criação de vilas operárias. (BELÉM, 1902).

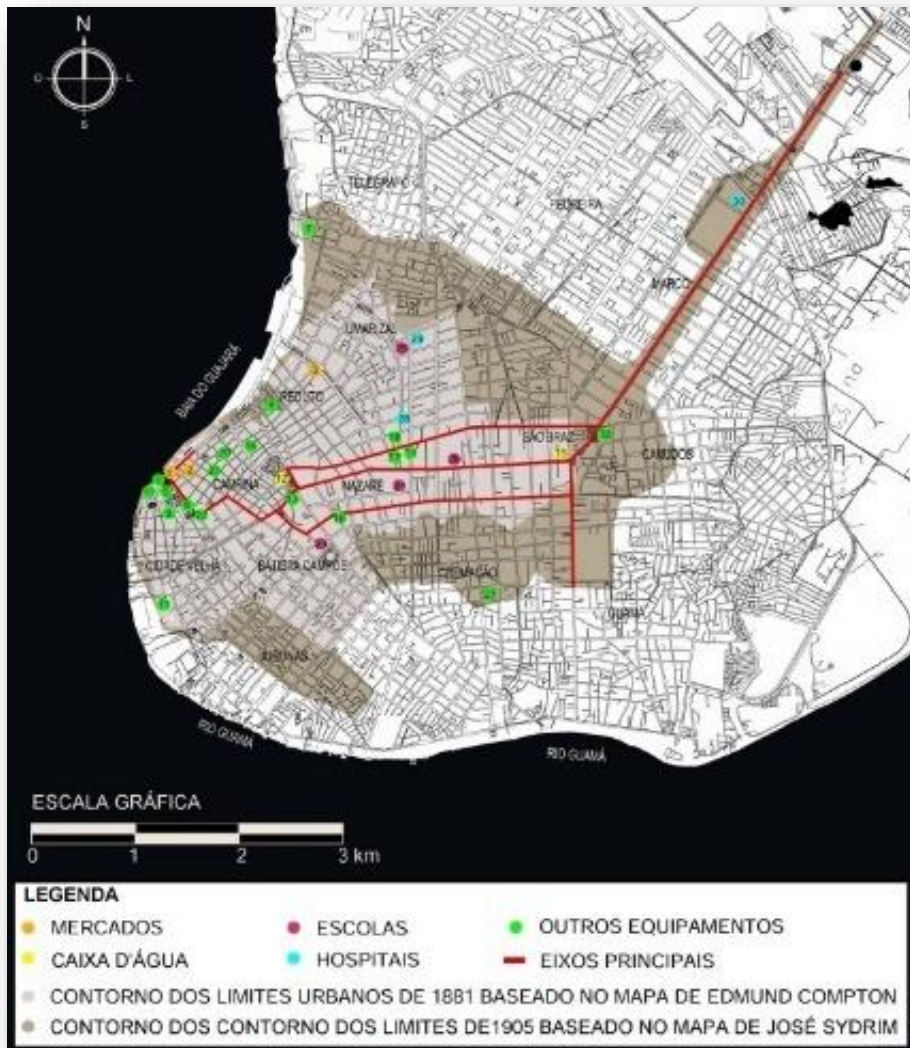
Nas Figuras 2, 3 e 4 - sobre a base em que se encontram mapeadas, os limites da área urbana

em 1881 e 1905 e o sistema viário básico - são localizados os equipamentos urbanos (Fig. 2), as áreas verdes, cemitérios, igrejas e conventos (Fig. 3), e as fábricas de grande porte e vilas operárias (Fig. 4) instalados em Belém no período da Belle Époque.

Com base em levantamentos bibliográficos, documentais e na análise das Figuras 2, 3 e 4, é possível identificar indícios de que a estrutura intraurbana de Belém, ao final da Belle Époque, se caracteriza pelas:

a) Intensificação da especialização funcional de atividades econômicas no espaço, com a localização de atividades terciárias mais sofisticadas e especializadas no centro tradicional, sobretudo na Campina, e com o aparecimento de zona industrial incipiente no bairro do Reduto (Fig. 2 e 3);

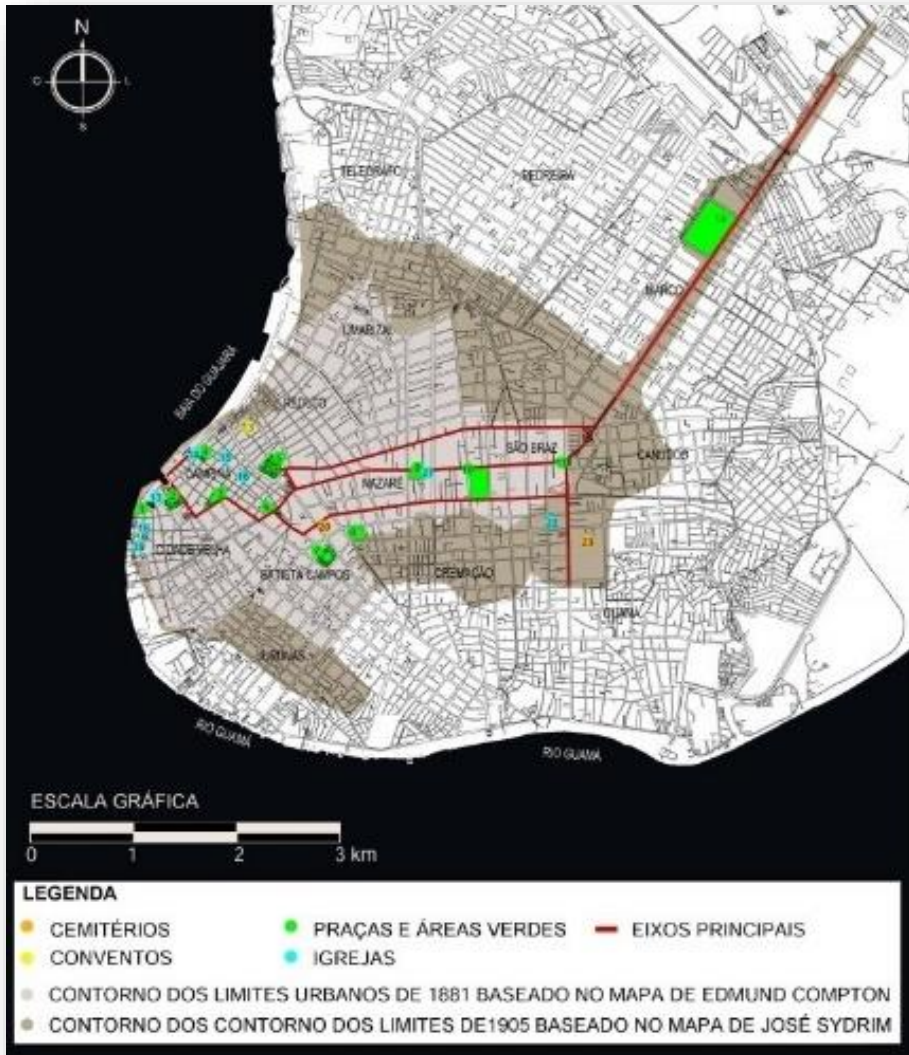
Figura 2. Mapa de Belém com os principais equipamentos urbanos ocupados até 1881 e de 1881 a 1905.



Elaboração: Roberta Safira, 2016.

Legenda: 1. Mercado de Ferro 2. Mercado Municipal 3. Mercado do Reduto 4. Doca do Reduto 5. Doca do Ver-o-Peso 6. Prédio da Bolsa 7. Matadouro 8. Palacete Municipal 9. Palácio do Governo 10. Forte do Castelo 11. Arsenal da Marinha 12. Teatro da Paz 13. Jornal "A Província do Pará" 14. Reservatório Paes de Carvalho 15. Reservatório D'água 16. Residência de Antônio José de Lemos 17. Palacete Bibi Costa 18. Palacete Cássio Reis 19. Palacete Dr. Augusto Montenegro 20. Paris N'América 21. Biblioteca e Arquivo Público 22. Corpo de Bombeiros 23. Grupo Escolar José Veríssimo 24. Grupo Escolar Barão do Rio Branco 25. Grupo Escolar Santa Luzia 26. Instituto Gentil Bittencourt 27. Usina da Cremação 28. Hospital da Real Sociedade Portuguesa Beneficente 29. Hospital de Santa Casa da Misericórdia 30. Hospital os Alienados 31. Asilo da Mendicidade 32. Estação Central da Estrada de Ferro de Bragança.

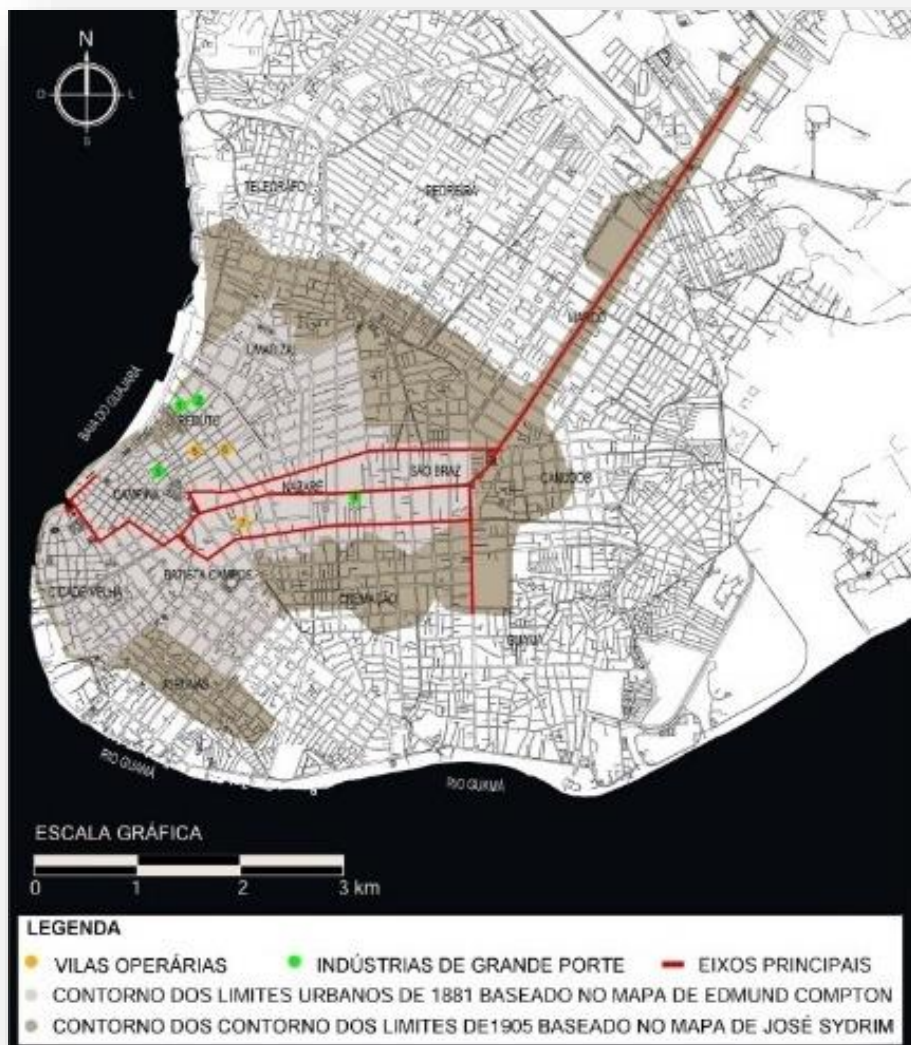
Figura 3. Mapa de Belém com as principais áreas verdes, igrejas, conventos, e cemitérios nos espaços urbanos ocupados até 1881 e de 1881 a 1905.



Elaboração: Roberta Safira, 2016.

Legenda: 1. Convento de Santo Antonio e Hospital da Ordem Terceira de São Francisco 2. Igreja das Mercês e Alfandega 3. Igreja da Sant'Ana 4. Igreja do Rosário da Campina 5. Igreja de Santo Alexandre 6. Igreja do Rosário dos Homens Brancos 7. Igreja Nossa Senhora do Carmo 8. Cemitério da Soledade 9. Igreja de Nazaré 10. Igreja dos Frades Capuchinhos 11. Cemitério Santa Izabel.

Figura 4. Mapa de Belém com as fábricas de grande porte e algumas vilas operárias nos espaços urbanos ocupados até 1881 e de 1881 a 1905.



Elaboração: Roberta Safira, 2016.

Legenda: 1. Fábrica Pará Elétric 2. Fábrica Perseverança 3. Fábrica Palmeira 4. Fábrica de Cerveja Paraense - Teatro bar Paraense 5. Vila Áurea 6. Vila Nelly 7. Vila Mac Dowell

b) Concentração de áreas verdes, praças e parques no centro tradicional e nas áreas para onde migraram as residências das elites da época;

c) Segregação socioespacial intraurbana, expressa na localização das camadas de maior renda nos eixos de expansão urbana e no entorno da principal nucleação de comércio e serviços, onde se localizaram os grandes equipamentos públicos considerados “nobres” que foram implantados ou recuperados na época (teatro, praças, bosques, museus, etc.). As camadas mais pobres, compostas por trabalhadores menos qualificados, por imigrantes e desempregados, se posiciona na periferia urbana. No bairro do Reduto, onde se concentra o uso industrial, ficam as Vilas Operárias, onde moram os trabalhadores mais qualificados e melhor remunerados pelo setor industrial.

Considerações finais

Ao identificar, mapear e analisar a relação entre a localização das camadas sociais (abastadas e operárias), das atividades econômicas (fabris, comerciais, da administração pública, etc.), e dos grandes equipamentos implantados ou reformados (cemitérios, crematórios, mercados, matadouros, praças, hospitais e clínicas psiquiátricas), no período de 1870-1910, o artigo mostra que há indícios de que em Belém, como em outras cidades latinoamericanas e brasileiras, a Belle Époque, além de promover uma série de mudanças na estrutura de classes sociais, nos hábitos e costumes e nas formas de ordenamento urbanístico e arquitetônico, também, serviu de base para a mudança no padrão de estrutura intraurbana.

O trabalho sugere que as ações urbanísticas empreendidas na Belle Époque contribuem para consolidar, em Belém, o modelo de segregação centro-periferia e para proporcionar a passagem da cidade de estrutura compacta rediocêntrica, adaptada às condições do sítio, para o modelo seto-

rial cujas características principais são: a expansão das residências da população de maior renda a partir de um eixo (boulevard) principal; o aumento da relevân-

cia da função comercial no centro e o surgimento das primeiras indústrias formando zonas industriais e operárias.

Referências

- BELÉM, Intendência Municipal. *O Município de Belém: 1897-1902*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1902 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Typografia de Alfredo Augusto Silva, 1902.
- BORSODORF, Axel. *Cómo modelar el desarrollo y la dinámica de la ciudad latinoamericana*. In: EURE, Santiago, v. 29, n. 86, p. 37-49, mai. 2003.
- BURGESS, Ernst W. *The growth of the city: an introduction to a research project*. In: FYFE, Nicholas R.; KENNY, Judith. *Urban Geography Reader*. London; New York: Routledge, 2005 [1925], p. 19-27.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana. Edição revisada acompanhada de posfácio*. São Paulo: Paz e Terra, 1983 [1972].
- COELHO, Geraldo Mártires. *Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares*. Revista Escritos. ano 5, v.5, p. 141-168, 2011.
- CORRÊA, Antônio J. L. *O espaço das ilusões: planejamento urbano e planos compreensivos na RMB*. 1989. 352 f. Dissertação (Mestrado) - Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará, Belém, 1989.
- DAOU, Ana M^a. *A Belle-Époque Amazônica*. (Descobrimos o Brasil). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- EUFRÁSIO, Mário A. *Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915- 1940)*. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.
- FORD, L. R. *A new and improved model of Latin American city structure*. The Geographical Review. v. 3, n. 86, p. 437-440, 1996.
- MOURÃO, Leila. *Memória da Indústria Paraense*. Belém: Federação da Indústria do Pará, 1989.
- PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém do Pará: estudo de geografia urbana*. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo. Belém, Ed. UFPA, 1968.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- TOURINHO, Helena L. Z. *Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana*. 2011. 576f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, 2011.
- VILLAÇA. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FA-PESP; Lincoln Institute, 1998.

A produção habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida em Rio Branco - AC

La producción habitacional del Programa Mi Casa Mi Vida em Río Branco - AC

The housing production of the Minha Casa Minha Vida Program in Rio Branco - AC

Josélia S. Alves

Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2012). Professora Associada II da Universidade Federal do Acre.

E-mail: joselialves@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho visa contribuir com a discussão da implantação do Programa Minha Casa Minha Vida em cidades brasileiras, através da avaliação de Conjuntos Habitacionais executados no âmbito deste programa, na cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre. A caracterização dos Empreendimentos fornece um panorama geral da execução do programa e possibilita identificar seus problemas, principalmente nos aspectos relativos a infraestrutura, mobilidade e acesso a equipamentos de educação, saúde e lazer. Para tanto foram levantados dados nos órgãos responsáveis pela coordenação do Programa, a Secretaria Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHAB e Caixa Econômica Federal e nas empresas construtoras responsáveis pelos projetos e execução das obras, além de entrevistas com gestores, técnicos e moradores e observações in loco nos Conjuntos estudados. Todos os Conjuntos estão localizados em áreas periféricas e distantes da área urbana central. Conclui-se que a deficiência e a baixa qualidade nos serviços de infraestrutura além da falta da maioria dos equipamentos comunitários contribuem com a segregação socioespacial dos moradores.

Palavras-chave: política habitacional; habitação de interesse social; Programa Minha Casa Minha Vida.

RESUMEN

Este trabajo pretende contribuir con la discusión de la implantación del Programa Mi Casa Mi Vida en ciudades brasileñas, a través de la evaluación de Conjuntos Habitacionales ejecutados en el ámbito de este programa, en la ciudad de Rio Branco, capital del Estado de Acre. La caracterización de los emprendimientos proporciona un panorama general de la ejecución del programa y posibilita identificar sus problemas, principalmente en los aspectos relativos a la infraestructura, movilidad y acceso a equipos de educación, salud y ocio. Para ello se recogen datos en los órganos responsables de la coordinación del Programa, la Secretaría Estatal de Vivienda de Interés Social - SEHAB y Caixa Econômica Federal y en las empresas constructoras responsables de los proyectos y ejecución de las obras, además de entrevistas con gestores, técnicos y residentes y observaciones en el terreno en los conjuntos estudiados. Todos los Conjuntos están ubicados en áreas periféricas y distantes del área urbana central. Se concluye que la deficiencia y la baja calidad en los servicios de infraestructura además de la falta de la mayoría de los equipos comunitarios contribuyen con la segregación socioespacial de los habitantes.

Palabras clave: política de vivienda; vivienda de interés social; El amor de Dios.

SUMMARY

This work aims to contribute to the discussion of the implantation of the My Home My Life Program in Brazilian cities, through the evaluation of housing projects implemented under this program, in the city of Rio Branco, capital of the State of Acre. The characterization of the Projects provides an overview of the program's execution and allows identifying its problems, mainly in the aspects related to infrastructure, mobility and access to education, health and leisure equipment. For this purpose, data were collected in the bodies responsible for coordinating the Program, the State Secretariat for Social Interest Housing - SEHAB and Caixa Econômica Federal, and in the construction companies responsible for the projects and execution of the works, as well as interviews with managers, technicians and residents and observations in loco in the Stuffs studied. All Sets are located in outlying and remote areas of the central urban area. It is concluded that the deficiency and the low quality in the infrastructural services besides the lack of the majority of the communitarian equipments contribute to the socio-spatial segregation of the residents.

Keywords: housing policy; housing of social interest; My Home My Life Program.

Introdução

No Brasil o direito à moradia é garantido pela Constituição Federal de 1988 (artigo 6º) e definido na Lei 10.257 de 2001- Estatuto da Cidade, como parte do direito à cidade, juntamente com o direito à terra urbana, ao saneamento ambiental, ao transporte, à infraestrutura urbana, ao trabalho, ao lazer, etc. Portanto, o conceito é entendido de forma ampla, não restringindo-se a um mero abrigo.

O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (1991) define sete elementos considerados essenciais para a real efetivação do direito à moradia digna: habitabilidade; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural; acessibilidade; segurança da posse; e custo acessível.

Em março de 2009, o governo federal lança o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV com o objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários

mínimos (SM). Estabelecendo um patamar de subsídio direto, proporcional à renda das famílias, este Programa busca claramente impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção.

Desde a primeira fase de sua implantação, que os impactos do PMCMV nas grandes cidades tem sido objeto de estudo de diversos autores, consubstanciado em pelo menos 2 grandes publicações : CARDOSO (2013) e AMORE, SHIMBO e RUFINO (2015) , que apresentam a avaliação do PMCMV realizada por diversos grupos de pesquisa em 6 estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará),além de numerosas teses e dissertações sobre o tema.

No entanto corroboramos com Carvalho e Stephan (2016) de que ainda falta uma visão mais abrangente do PMCMV em núcleos urbanos de pequeno e médio porte.

Assim este trabalho tem como objetivo caracterizar a produção do Programa Minha Casa Minha Vida em Rio Branco, capital do Estado do Acre, procurando ava-

liar principalmente os aspectos relativos a infraestrutura, mobilidade e acesso a equipamentos de educação, saúde e lazer.

Política Habitacional: do BNH ao PMCMV

Conhecer a trajetória da política habitacional no Brasil é de suma importância para entender o surgimento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Segundo Holz e Monteiro (2008) foi a partir da segunda metade do século XX que o processo de urbanização brasileira cresceu na esteira do desenvolvimento industrial, precursor do êxodo rural, o que acabou agravando os problemas sociais, principalmente de moradia, e consequentemente o crescimento das áreas ilegais.

Ainda de acordo com Holz e Monteiro (2008) foi entre o período de 1940-60 que surgiu o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), instituído pela Lei 4.380/64, este objetivava a dinamização da política de captação de recursos para financiar habitações por meio das cadernetas de

poupança e recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) através do Banco Nacional de Habitação (BNH). O SFH foi dividido em dois ramos: um era direcionado às classes média e alta, gerido por agentes privados ligados à construção civil, e o outro era voltado para a classe de baixa renda, que era operado por agências estatais, por meio de Companhias Estaduais e Municipais de Habitação- COHABs.

Porém o SFH beneficiou muito mais as classes com renda mais elevada (acima de 8 salários mínimos), do que aquelas de baixa renda (abaixo de 3 salários mínimos) pois os dois ramos tinham o mesmo sistema – o autofinanciamento – onde era necessário que o adquirente provasse sua capacidade de pagamento. Esta forma de financiamento acabou por prejudicar as populações com baixa renda, já que não conseguiam provar que seus ganhos suportariam o pagamento da dívida. No contexto econômico pelo qual passava o Brasil, nos anos 80 e 90, com crises econômicas, arrocho salarial e perda do poder aquisitivo, as prestações da relação con-

tratual muitas vezes foram corrigidas em desacordo com o aumento salarial, o que gerou uma inadimplência acentuada. (HOLZ MONTEIRO, 2008)

Após 22 anos de existência, o BNH foi extinto pelo Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de dezembro de 1986, do então presidente da República José Sarney, que também transferiu a função de coordenador do SFH para a Caixa Econômica Federal e a de regulador para o Banco Central.

Após o encerramento das atividades do BNH, os outros governos, como o governo Collor (1990-1992)¹² e Itamar (1992-1994)¹³ continuaram a lançar novos programas na tentativa de sanar o problema do déficit habitacional em que o país se encontrava.

Segundo Motta (2010) o período FHC (1995-2002) gerou avanços no reconhecimento da necessidade de regularização fundiá-

ria, na ampliação da participação e de uma visão integrada da questão habitacional. Porém, essa concepção não foi colocada em prática devido à orientação neoliberal do governo e às restrições impostas pelos bancos internacionais, como o FMI (apud DENALDI, 2003; AZEVEDO, 1996).

Em abril de 2009, durante o governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), houve a implementação da principal política para a habitação do governo federal, o Programa Minha Casa Minha Vida, do Ministério das Cidades, com a meta de construir um milhão de moradias, totalizando R\$ 34 bilhões de subsídios para atender famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos.

Ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção, o programa também foi uma reação do governo Lula à crise econômica mundial do fim de 2008. Assim

¹² No governo Collor, o mais importante programa habitacional lançado foi o PAIH (Plano de Ação Imediata para a Habitação), que propunha o financiamento de 245 mil habitações em 180 dias, mas não cumpriu suas metas. (MOTTA, 2010)

¹³ O governo Itamar criou os Programas Habitar Brasil e Morar Município, que tinham como objetivo financiar a construção de moradias para população de baixa renda, a serem construídas em regime de “ajuda mútua”. Todavia, esses Programas tinham uma padronização excessiva e muitas exigências legais, o que impedia muitos municípios de captarem os recursos disponibilizados. (MOTTA, 2010)

como nos outros grandes programas federais para produção de moradia, a iniciativa privada é protagonista na provisão de habitações também no PMCMV, pois 97% do subsídio público são destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas e apenas 3% a cooperativas e movimentos sociais (MOTTA, 2010 apud FIX & ARANTES, 2009).

Segundo Rolnik (2015, p.301) o PMCMV deveria se transformar na mais importante “ação no campo econômico social, articulando a oferta de moradia, demanda histórica e ativo eleitoral tradicionalmente forte, com uma estratégia keynesiana de crescimento econômico e geração de renda”.

A primeira fase do Programa (2009-2011) tinha como objetivo construir 1 milhão de habitações em todo o país. Nessa etapa, três faixas de renda foram contempladas. A Faixa 1 era para famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.395,00; a Faixa 2 para famílias com renda até R\$ 3.275 e a Faixa 3 para renda acima de R\$ 3.275 até R\$ 5 mil. Na Faixa 1 o valor do subsídio podia chegar até 90% do

valor do imóvel.

A segunda fase teve início em 2011 e tinha a meta de construir 2 milhões unidades habitacionais até o fim de 2014. Nesta fase, houve modificações na renda bruta familiar mensal para cada faixa de renda. Assim, a Faixa 1 passou a contemplar famílias com renda de até R\$ 1.600,00; a Faixa 2 para famílias com renda entre R\$ 1600,01 e R\$ 3.600,00 e a Faixa 3 para famílias com renda entre R\$ 3.600,00 e R\$ 5 mil. O valor máximo do subsídio para a Faixa 1 continuou o mesmo, 90% do valor do imóvel.

A terceira fase, iniciou em 2016 e pretendia contratar 2 milhões de unidades até 2018. Nesta fase acrescentou-se mais uma faixa , portanto, agora as faixas de renda são: Faixa 1 – destinados às famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.800,00; Faixa - 1,5 destinado a famílias com renda até R\$ 2.350,00; a Faixa 2 para renda de até R\$ 3.600 e a Faixa 3 para renda de até R\$ 6.500,00.

Na terceira fase, os valores máximos dos imóveis também mudaram, na Faixa 1 passam de até R\$ 76 mil para até R\$ 96 mil; Na

Faixa 1,5 o imóvel custará até R\$ 135 mil e nas Faixas 2 e 3 passam de 190 mil para R\$ 225 mil. Nas Faixas 1 e 1,5 não é necessário dar uma valor de entrada e o valor do subsídio para essas duas faixas pode chegar até 90% do valor do imóvel.

Na faixa 1 os municípios são responsáveis pela seleção dos beneficiados, hierarquização da demanda e pelo trabalho social com as famílias. Nas Faixas 2 e 3 a aquisição do imóvel dá-se por meio do subsídio em relação direta com a instituição financeira, Banco do Brasil ou Caixa Econômica.

O programa Minha Casa Minha Vida em Rio Branco

Rio Branco, capital do estado do Acre, está localizada na porção leste do Estado e concentra aproximadamente 40% do total da população do Acre, distribuída em 22 municípios. Conforme dados do IBGE (2010), a população em Rio Branco aumentou de 290.639 em 2007 para 305.954 em 2009 e para 335.796 em 2010. E segundo a Prefeitura de Rio Branco (2011)

o déficit habitacional é de 46.048 moradias.

Os empreendimentos do PMCMV de Rio Branco foram, e alguns ainda estão sendo construídos com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Este último podendo ser de três maneiras: de demanda aberta, ou seja, quando os interessados, que se enquadram na Faixa 1, se inscrevem no Programa e passam por um sorteio. As pessoas contempladas poderão ter até 90% do valor do imóvel subsidiado pelo Governo Federal através do Programa.

Ainda pelo FAR existe a vinculação com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), onde, devido às obras as pessoas tiveram que ser retiradas de suas casas. Dessa forma estas famílias receberam casas novas em empreendimentos feitos pelo PMCMV e não precisaram pagar por elas.

Em 2008, o governo do estado do Acre foi contemplado com recursos do PAC na ordem de R\$ 103 milhões para a urbanização

de 5 assentamentos precários na cidade de Rio Branco, constituídos principalmente por áreas de fundos de vale e margens de igarapés e ocupadas, em sua grande maioria, por populações de baixa renda e alta vulnerabilidade social, prevendo sua permanência ou realocação, por intermédio de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social (ALVES, 2017).

Outra maneira, ainda pelo FAR, é por conta de desastre natural, chamada de demanda fechada. Devido às grandes cheias do Rio Acre que atinge muitos bairros da cidade, muitas pessoas perdem suas casas, desse modo elas têm direito a novas moradias sem precisar pagar por elas.

De 2009 a 2013 foram construídas aproximadamente 7.466 unidades, distribuídas em 21 empreendimentos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, sendo que 76,2% destes, foram executados para a faixa de renda

1 (52,35% com recurso do FAR e 23,8% com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC¹⁴) e 23,8% para faixa de renda 2 e 3 (recursos do FGTS) (Quadro 1).

Vale ressaltar que esses empreendimentos foram classificados como demanda aberta (as unidades habitacionais foram sorteadas para a população previamente inscrita no PMCMV) e fechada (unidades habitacionais destinadas às famílias que perderam suas casas por desastre natural). Em Rio Branco 47,52% dos empreendimentos são de demanda aberta, 28,57% são de demanda fechada, ambas modalidades com recursos subsidiados e 23,81% são financiados (faixas 2 e 3).

As unidades foram construídas por 12 empresas, e só no Empreendimento Cidade do Povo, o maior deles, as obras estão sendo executadas por 8 destas empreiteiras.

¹⁴ O Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, lançado em 28 de janeiro de 2007, foi um programa do governo federal brasileiro que englobava um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que teve como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos totais de R\$ 503,9 bilhões até 2010, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.

Quadro 1. Conjunto Habitacionais PMCMV em Rio Branco.

Conjunto	Unidade entre-gues	Data	Construtora	Faixas	Tipologia
Juarez Távora	256	Dez. - 2009	Mav	Faixa 1	Geminada 36,47m ²
Reserva do Bos-que	304	2012 - 2013	Prática	Faixas 2 e 3	Apartamento 45,08m ²
Jarbas Passari-nho	216	Dez. - 2009	Silty	Faixa 1	Geminada
Macauã	208	Set. - 2009	Mav	Faixa 1	Geminada 36,47m ²
Andirá	42	Jun. - 2012	Silty	PAC	Geminada
Abunã	136	Jul. - 2012	Etenge	Faixa 1	Geminada
Novo Eldorado I	205	Dez. - 2009	Ábaco	Faixa 1	Geminada 32,71m ²
Novo Eldorado II	170	Dez. - 2009	Ábaco	Faixa 1	Geminada 32,71m ²
Rui Lino III	423	Dez. - 2011	Mav	PAC	Geminada 33,90m ²
Portal da Ama-zônia	240	2009	Ipê	Faixas 2 e 3	Apartamento 57,64m ²
Ilson Ribeiro	230	Jan. - 2012	Mav	PAC	Geminada
Topázio	176	2011	Ábaco	Faixas 2 e 3	Apartamento 48,66m ²
Araçá	192	Nov. - 2011	Mav	Faixas 2 e 3	Apartamento 41,55m ²
Via Parque	700	2011	Albuquerque	Faixas 2 e 3	Apartamento
Cabreúva	112	Jun. - 2012	Silty	PAC	Geminada/Isola-dada (alvenaria e madeira)
Jacarandá	101	Mai. - 2012	Ábaco	PAC	Geminada 32,63m ²
Roda Linda I	150	Abr. - 2010	Engel	Faixa 1	Geminada
Rosa Linda II	170	Dez. - 2009	CIC	Faixa 1	Geminada
Rosa Linda III	196	Dez. - 2009	Adinn	Faixa 1	Geminada
Eldorado	142	Dez. - 2009	Etenge	Faixa 1	Geminada
Cidade do Povo	2.843	2013	CCE, Adinn, CZS, CIC, Engel, Silty, Etenge, Albu-querque	Faixa 1	Geminada 36,09m ²

Fonte: SEHAB, Caixa Econômica (2016), adaptado, 2017.

Para as faixas 1 a tipologia pre- dominante é de casas térreas ou

sobrados geminados. Para as faixas 2 e 3 a tipologia mais adotada é a de apartamentos em condomínio. As casas e apartamentos são de 2 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, com área construída por volta dos 33,00 m².

São as próprias construtoras que definem o projeto e sua localização, e tratam diretamente com a Caixa. E assim tem predominado um padrão homogêneo de projeto arquitetônico, técnicas

construtivas e urbanístico, como já observado nas pesquisas em outros estados (MEIRELES e CASTRO, 2017; ROLNIK, 2019).

O papel da Prefeitura neste processo tem ficado restrito a aprovação dos empreendimentos, em muitos casos flexibilizando a legislação urbanística, a exemplo da Lei que define o Perímetro Urbano que foi bastante ampliado para englobar muitos dos conjuntos localizados em áreas ainda rurais (Fig. 1).

Figura 1. Localização dos empreendimentos do PMCMV em Rio Branco.



Fonte: Google Earth, 2018, adaptado.

Nota: A área central da cidade está indicada pelo círculo vermelho.

Apenas seis construtoras forneceram os projetos arquitetônicos e urbanísticos dos empreendimentos. A Ábaco construiu os Conjuntos Habitacionais Jacarandá, com área útil de 32,63 m² e as casas adaptadas com área de 36,18 m², Novo Eldorado I e II, ambos com 32,71 m², e Topázio, com 48,66 m² de área útil.

A empresa Addin, responsável por unidades habitacionais na Cidade do Povo e pelo residencial Rosa Linda III, forneceu apenas os projetos da Cidade do Povo. As residências foram construídas com 36,09 m² de área útil.

A Etenge, responsável pelos residenciais Abunã e Eldorado e por cinco quadras na Cidade do Povo, disponibilizou informações somente das unidades habitacionais da Cidade do Povo. Dessa forma foi possível verificar que estas apresentam 38,22 m² de área útil.

A Ipê fez o residencial Portal da Amazônia, cujo apartamento tem 57,64 m² de área.

Responsável pela construção de cinco empreendimentos, a Mav cedeu os projetos de quatro conjuntos. Assim, foi possível ver

que o residencial Araçá tem apartamentos com 41,55 m², as casas do Juarez Távora e do Macauã têm 36,47 m² e o Rui Lino III tem habitações com 33,90 m².

Por fim, a Prática construiu o residencial Reserva do Bosque. São apartamentos com área de 45,08 m².

Metodologia

Para a realização deste trabalho, foram contatados os principais órgãos responsáveis pela execução do PMCMV no Acre, a Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social - SEHAB, Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana - SMGDU e Caixa Econômica Federal, além de todas as construtoras responsáveis pelos projetos e obras dos respectivos empreendimentos.

As construtoras foram contatadas para obtenção dos projetos arquitetônicos e urbanísticos e entrevistas com os técnicos responsáveis. Entretanto, algumas não foram encontradas, ou por estarem em processo de abertura de

falência ou por terem mudado de endereço e assim não foi possível obter todos os projetos.

De posse de todos os documentos pertinentes ao tema, foi feita a preparação e coleta de dados in loco, realizado em abril de 2017 nos 21 conjuntos habitacionais, onde os seguintes aspectos da infraestrutura foram estudados: existência e qualidade da iluminação pública; fornecimento e qualidade da água; situação da rede coletora de esgoto; existência de pontos de vazamento de água e de esgoto nas ruas; situação da rede de drenagem das ruas; periodicidade da coleta de lixo; e pavimentação das ruas e condição das calçadas.

Para avaliar os Conjuntos Habitacionais de acordo com a existência, proximidade e acesso aos equipamentos urbanos utilizou-se a ferramenta do Google Maps e assim foi possível medir a distância entre os empreendimentos e esses equipamentos. Utilizou-se os parâmetros estabelecidos por Santos (1988): creches, escolas de ensino infantil (pré-escola) e escolas de ensino fundamental I (de 1º a 5º ano) e fundamental II (de 6º a

9º ano) devem estar localizadas na vizinhança imediata de grupos de habitações. As escolas de ensino médio, postos de saúde e hospitais devem atender aos bairros. As praças e áreas verdes podem ser pequenas e servir a grupos de vizinhança ou quarteirões; praças de bairro com atividades recreativas tais como escolas, campos de esporte, igrejas, entre outros. Enquanto que os postos policiais devem se localizar em área periférica ao centro da cidade, afastados de residências, escola e creches.

Ao analisar os conjuntos habitacionais notou-se que não teria como avaliar o Empreendimento Cidade do Povo, pois trata-se de um empreendimento bastante diferenciado em relação aos demais, tanto pelo tamanho e número de unidades (2.453 unidades habitacionais), quanto pela gestão, envolvendo 8 construtoras. Dessa forma, o resultado aqui apresentado não inclui este empreendimento.

A sistematização, tabulação e análise dos dados geraram os resultados expostos nos itens a seguir.

Infraestrutura

No conjunto Andirá observaram-se inúmeras unidades habitacionais (casas e sobrados geminados) abandonados (Fig. 2). Os moradores relatam que algumas casas estavam prontas para serem entregues, mas não foram, e outras tiveram as obras inacabadas. Não se sabe o motivo para tal fato. Essas casas sofreram deterioração em suas estruturas e a maioria foi saqueada (roubaram as louças dos banheiros, telhas, portas e janelas) (Fig. 2).

Três destas unidades foram ocupados por três famílias. Nessas unidades não há rede de distribuição de água, rede coletora de esgoto e fornecimento de energia elétrica. Os dejetos são arremessados nos quintais dos sobrados, a água é ligada clandestinamente bem como a energia elétrica.

No Conjunto Rui Lino algumas famílias tiveram que deixar as casas, pois estavam ocupando casas que foram vendidas de forma ilegal. Os moradores reclamam da segurança do conjunto e afirmam haver vandalismo.

No Conjunto Cabreúva foram encontradas duas unidades habitacionais abandonadas (Fig. 3). Segundo os moradores, elas não puderam ser entregues às famílias, pois a rede de esgoto estava localizada inadequadamente. Esse conjunto possui 3 tipologias de construção: casas do tipo geminada em alvenaria, isolada em alvenaria e isolada em madeira (Fig. 4), diferente dos outros conjuntos que geralmente possuem apenas uma tipologia.

No Conjunto Jacarandá os moradores reclamam da falta de segurança e, conseqüentemente, o elevado número de furtos e assaltos. Eles afirmam que há muitos conflitos entre facções. Lá existe uma espécie de “toque de recolher”, a partir das 19h e só podem transitar no Conjunto quem mora lá. Pessoas de outros bairros e ou Conjuntos não podem entrar depois desse horário.

Figura 2. Unidades abandonadas e saqueadas no Conjunto Andirá.



Figura 3. Unidades habitacionais abandonadas no conjunto Cabreúva.



Fonte: foto de Paloma Herculano, 2017 (Arquivo da pesquisa).

A tipologia predominante é casa térrea ou sobrado geminado. De um modo geral nenhum morador se mostrou insatisfeito com o fato das casas serem geminadas. Ao se fazer as visitas aos conjuntos, a infraestrutura foi avaliada conforme análise visual e opinião¹⁵ dos moradores, referente aos aspectos apresentados a seguir.

Fonte: foto de Paloma Herculano, 2017 (Arquivo da pesquisa).

De forma geral todos os conjuntos estão localizados em áreas periféricas elevando, desta forma, os índices de violência e roubos.

¹⁵ Relatos e observações dos moradores referentes ao questionado.

Figura 4. Tipologias das habitações no Conjunto Cabreúva.



Fonte: foto de Paloma Herculano, 2017 (Arquivo da pesquisa).

Iluminação Pública

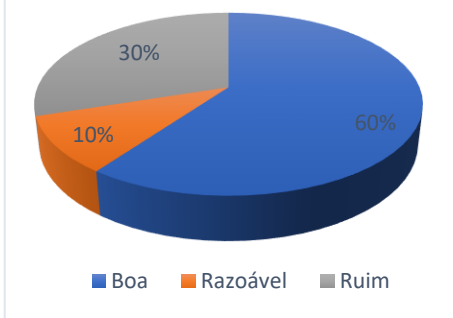
De acordo com a resolução normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, Capítulo 1 (art. 2º, XXXIX) a iluminação pública é definida como “serviço público que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual”.

Pelo fato de as visitas terem sido feitas no período diurno, a avaliação visual do funcionamento do sistema de iluminação restringiu-se a observação do estado físico dos postes, lâmpadas e fiação aparente. Desta forma, pediu-se para que os moradores qualificassem a iluminação pública, dos seus respectivos conjuntos habitacionais, como boa (conjunto iluminado por completo e manutenção periódica dos postes e lâmpadas queimadas eventualmente), razoável (alguns pontos sem iluminação) e ruim (longos trechos e/ou áreas comuns, como praças e parques, sem iluminação e manutenção periódica).

Observou-se que a maioria dos Conjuntos Habitacionais possui

estrutura de iluminação em bom estado. E referente ao ponto de vista dos moradores, ilustrado pelo gráfico 1, detectou-se que a maioria dos conjuntos (60%) possui boa iluminação, e apenas 30% tem uma iluminação ruim (Gráf. 1).

Gráfico 1. Qualidade da iluminação pública.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Fornecimento e qualidade da água

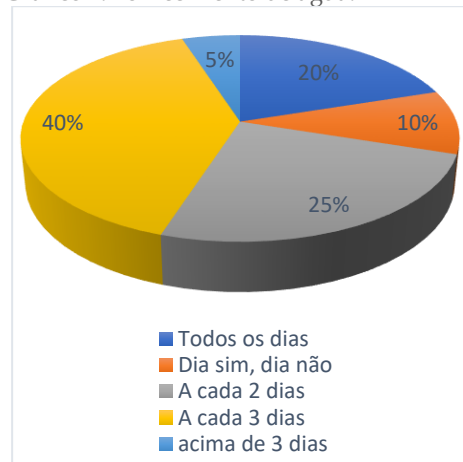
É senso comum, que todos devem ter direito a água, porém é importante ressaltar a condição na qual a mesma deve se encontrar. Neste sentido para D'ISEP (2010, p.59):

“A água a que se tem direito é a água com qualidade – portanto, potável; em quantidade – logo, suficiente à sobrevivência humana, prioritária – o que

justifica a prioridade do acesso do ser humano, em caso de penúria hídrica”

Questionou-se aos moradores, então, qual a frequência do fornecimento de água e a sua qualidade sendo a mesma qualificada como boa (inodora, incolor e insípida), razoável (períodos em que a água chega às residências com coloração turva) e ruim (longos períodos do ano em que a água chega às residências com coloração turva).

Gráfico 2. Fornecimento de água.

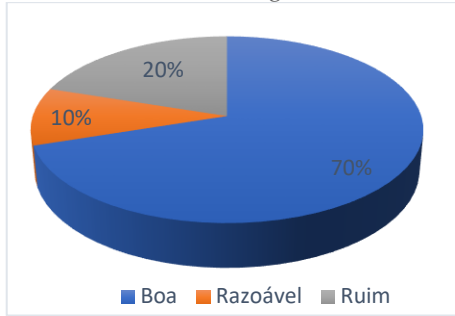


Fonte: Elaborado pelos autores.

Obteve-se, de acordo com o gráfico 2, que a maioria dos conjuntos (55%) tem fornecimento regular e suficiente de água para a demanda domiciliar exigida (for-

necimento até três vezes por semana), e que a maioria (70%) considera que a água fornecida é de boa qualidade gráfico 3.

Gráfico 3. Qualidade da água.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Rede de Esgoto

De acordo com a “NBR 9648 - 1986: Estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário”, a definição de Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) é:

Conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar somente esgoto sanitário a uma disposição final conveniente, de modo contínuo e higienicamente seguro.

Quando uma unidade habitacional não está conectada a este sistema, há um descarte indevido

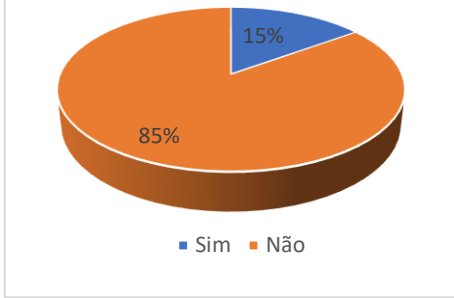
dos dejetos produzidos pela mesma, podendo acarretar, assim, prejuízo ao ambiente e à saúde da população. Tal situação foi verificada no Conjunto Andirá, quando se constatou a ocupação indevida de três sobrados inacabados e sem as respectivas conexões com o SES do conjunto.

Fora este caso específico, pôde-se constatar que 100% das residências estão conectadas ao SES dos seus respectivos conjuntos. Ressalta-se que o Residencial Topázio, além de possuir um SES, trata todo o esgoto produzido em uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) construída dentro das dependências do próprio condomínio.

Pontos de Vazamento de Água e Esgoto

É comum observar em algumas localidades pontos de vazamento de água ou esgoto acarretado por diversos fatores como: canalização danificada, desperdício, erros na execução da obra ou dimensionamento da tubulação, dentre outros.

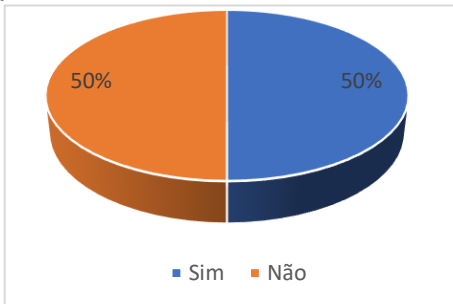
Gráfico 4. Ocorrência de vazamento de água.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Este problema relacionado à água antecipa o processo natural de desgaste de calçadas, causando desconforto aos usuários do sistema de distribuição, bem como o problema relacionado ao esgoto, sendo que este último causa maior incômodo pelo forte odor.

Gráfico 5. Ocorrência de vazamento de esgoto.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos conjuntos avaliados, constatou-se que raramente (15%) há ponto de vazamento de água (Gráf. 5), ao contrário da ocorrên-

cia de pontos de vazamento de esgoto que somam metade dos bairros analisados (Gráf. 6).

Coleta de Lixo

No que se refere à coleta de lixo residencial, todos os moradores questionados afirmaram que a periodicidade em que o caminhão da coleta passa nas ruas é suficiente e atende a demanda requerida.

O gráfico abaixo mostra que na maioria (85%) dos conjuntos, o lixo é recolhido até três vezes por semana.

Gráfico 6. Coleta de lixo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Drenagem de águas pluviais

A drenagem urbana é o con-

junto de medidas que tem por objetivo minimizar os riscos a que as populações estão submetidas, reduzir os prejuízos causados por inundações e possibilitar o desenvolvimento urbano de forma harmônica, articulada e sustentável (SANTOS JUNIOR apud PORTO et al., 2009).

Alguns empreendimentos do PMCMV são do tipo demanda fechada, ou seja, as residências são doadas às famílias que estão instaladas em área de risco. Em Rio Branco, o desastre natural que predomina é a cheia dos rios e igarapés que ocorre, geralmente, no primeiro trimestre do ano.

Figura 6. Pavimentação de tijolos no residencial Rosa Linda.



Fonte: foto de Paloma Herculano, 2017 (Arquivo da pesquisa).

Ao realocar as famílias que tiveram suas casas invadidas pelas águas da enchente, espera-se que as mesmas não sofram mais tal transtorno. Apesar de não ter sido mencionado pelos moradores a ocorrência de inundações acarretada principalmente pela elevação do nível do Rio Acre, 50% dos conjuntos do Programa já tiveram registros de alagamento por deficiência na drenagem de águas pluviais (Fig. 6).

Sistema viário: calçadas e pavimentação

Atinente a este aspecto, foi possível identificar que pratica-

mente todos os Conjuntos possuem calçadas e pavimentação asfáltica. Referente a este último há exceção apenas do Residencial Rosa Linda (que se subdivide em Rosa Linda I, II e III) onde as ruas são pavimentadas com tijolos (Fig. 6).

Figura 7. Pavimentação asfáltica degradada e drenagem deficiente no Conjunto Abunã.



Fonte: foto de Paloma Herculano, 2017 (arquivo da pesquisa).

Porém, deve-se destacar que ao combinar estes dois aspectos, a falta de manutenção dos mesmos é muito expressiva. Comumente viam-se trechos de calçadas degradados, ruas esburacadas e até mesmo partes em que já não era mais possível notar resquícios de tais obras.

Mobilidade e acesso aos equipamentos públicos e comunitários

Foi verificada a existência e distância do Conjunto aos principais equipamentos, porém não

foi analisada a capacidade destes equipamentos de absorverem todo o público do Conjunto ou daquele bairro. Assim, existem creches dentro ou na vizinhança imediata em 70% dos conjuntos, porém apenas 10% têm escolas de ensino infantil nas proximidades do conjunto.

Em 60% dos conjuntos visitados, há escolas de ensino fundamental I (1º ao 5ª ano) e em 50% há escolas de ensino fundamental II (6º ao 9º ano) no mesmo bairro, próximas ao conjunto. Em 80% dos conjuntos existem escolas de ensino médio que atendem aos bairros próximos (Quad. 2).

Existem postos policiais nas proximidades em 60% dos conjuntos. Em 55% dos destes, existem praças, parques e quadras de esportes dentro ou nas proximidades. Apesar disto, estes equipamentos, em sua maioria, estão degradados, com equipamentos quebrados e sem manutenção.

Quanto aos postos de saúde, mesmo atendendo aos bairros próximos, ainda assim continuam distantes dos conjuntos, e com não há outros serviços como supermercados, bancos e comér-

cios nas proximidades, os moradores tem que se deslocar a longas distâncias, sendo necessário o uso do transporte coletivo que por sua vez tem limitações quanto a qualidade, fazendo com que algumas pessoas optem pelo uso do transporte individual. Tudo isso colabora para que situações de mobilidade urbana se agravem.

Por fim, o transporte público entra em 25% dos conjuntos, o restante passa apenas nas ruas principais que dão acesso a entrada do conjunto. A maioria dos moradores entrevistados relatam a demora dos ônibus, fazendo com que tenham que esperar por muito tempo nas paradas de ônibus, que em sua maioria estão em boas condições e apresentam bancos e cobertura.

Quadro 2. Equipamentos públicos próximos aos Conjuntos Habitacionais.

Equipamento	Existe	Não existe
Creche	70%	30%
Escola de Ensino Fundamental I	60%	40%
Escola de Ensino Fundamental II	50%	50%
Escola de Ensino Médio	80%	20%
Postos de Saúde	55%	45%
Postos Policiais	60%	40%
Praças, Parques ou Quadra de Esportes	55%	45%
Transporte Coletivo	25% (dentro dos conjuntos)	75% (nas proximidades)

Fonte: Elaborado pelos autores.

As principais vias que dão acesso aos conjuntos apresentam-se em boas condições, em algumas vias de maior tráfego, existem até ciclovias. Recentemente houve também a construção de microterminais de integração o que possibilita o deslocamento das pessoas de um bairro para outro sem precisar ir ao centro da cidade. Porém, devido a localização destes conjuntos, estas medidas são insuficientes para melhorar a mobilidade urbana e acesso a alguns tipos de equipamentos, principalmente aqueles de comércio, serviços e lazer.

Conclusões

Apesar do Programa ter proporcionado moradia para milhares de famílias em situação de risco ou que nunca tiveram oportunidade até então de ter sua casa própria, diante de inúmeras divergências entre os projetos e sua execução, bem como entre os objetivos e o resultado, além de obras inacabadas/abandonadas, percebe-se um problema de gestão e falta de definição clara do papel e responsabilidade de cada ente envolvido.

É preciso que algumas estratégias do programa sejam repensadas, desde a etapa de projeto com a escolha do material de construção e métodos construtivos empregados na execução das obras das unidades habitacionais. É importante que haja, por parte dos órgãos públicos, uma fiscalização mais rigorosa, como também um maior controle social em todas as etapas, da execução a pós ocupação, já que os principais pontos negativos observados nas visitas foram a falta de manutenção dos espaços comuns ou baixa qualidade das edificações.

Outro aspecto importante, diz respeito ao fato da maioria dos empreendimentos, principalmente os de faixa 1, estarem localizados em áreas periféricas, deixando, dessa forma, a população isolada e sem acesso a diversos equipamentos públicos, bem como ao local de trabalho. Esta segregação sócio espacial termina por contribuir também com os índices de violência registrados tendo em vista o domínio do território pelas facções criminosas.

Por fim constata-se que as mesmas críticas do Movimento pela Reforma Urbana nos anos 80, aos conjuntos habitacionais construí-

dos pelo BNH, se aplicam em décadas recentes ao PMCMV: empreendimentos situados em via de regra, em periferias desqualificadas e desurbanizadas com péssima qualidade arquitetônica e urbanística. Os mais pobres continuam sem atendimento e a classe média baixa cada vez mais jogada para as bordas da cidade em bairros monofuncionais, com pouca e precária infraestrutura e distantes das oportunidades de trabalho, reproduzindo um modelo clássico no Brasil de expansão periférica e segregação sócio-espacial.

Referências

- ALVES, Josélia S.. *Reclamar ou agradecer: a precária urbanização de favelas do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC*. II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas. 2016. Rio de Janeiro - RJ.
- AMORE, Caio Santo. "Minha Casa, Minha Vida" para iniciantes. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. *Minha Casa, Minha Vida...E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em 6 estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ANDRADE, L. Política; AZEVEDO, S. Política; BANCO NAC. HABIT. BNH; BANCO NAC. HABIT. Relatório; BOLAFFI, G. Habitação; Estado de S. Paulo (2 e 10/12/86); Folha de S. Paulo (26/5/85, 10/12/86); Globo (26/11/86); Jornal do Brasil (26/11/86); SOUSA, B. BNH; TRINDADE, M. Habitação
- ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. Como o Governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida. In: *Correio da Cidadania*. ed 664, jul/Ago, 2009
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL *Resolução Normativa nº 414*, de 9 de setembro de 2010. Disponível em : <<http://www2.aneel.gov.br/cedoc/bren2010414.pdf>>
- CARDOSO, Adauto Lúcio. *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CARVALHO, Aline W. B.; STEPHAN, Italo Itamar C. *Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico*. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 283-307, abr 2016.
- D'ISEP, Clarissa F. M. *Água juridicamente sustentável*. São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://sapiencia.pucsp.br/bits>
- tream/handle/7301/1/clarissa%20ferreira%20macedo%20d%20isep.pdf>
- FREITAS, Eulesina L. *Hollandia de. Como qualificar conjuntos habitacionais populares*. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2004.
- HOLZ, Sheila ;MONTEIRO, Tatiana V. A. *Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil*. Diezaños de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/158.htm>> Acessado em: 04/07/2017
- MEIRELES, E.; CASTRO, C. M. P. de. *Provisão do Programa Minha Casa, Minha Vida em São José do Rio Preto, SP: inserção urbana e adequação socioeconômica e ambiental - um estudo de caso do conjunto habitacional Nova Esperança*. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 219-

233, jul./set. 2017.

MOTTA, L. D. (2010). *A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade*. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>>

Acessado em: 04/07/2017

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das*

finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ROLNIK, Raquel. *Cidades: da especulação à Reforma Urbana*. Disponível em: <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/construir-cidades-de-especulacao-e-mercado-a-reforma-urbana/>. Publicado em 14/10/2018 e atualizado em 15/01/2019. Acesso em: 20/02/19.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense - EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS JÚNIOR, V. J. dos. *Avaliação da fragilidade no sistema de drenagem pluvial urbana: o caso da bacia hidrográfica do córrego das Melancias em Montes Claros - MG*. 2014. Revista Monografias Ambientais - REMOA v.13, n.5, dez. 2014, p.3986-3997

Sites:

NBR 9648 - 1986: Estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário <<http://pt.scribd.com/doc/61140917/NBR-9648-Estudo-de-concepcao-de-sistemas-de-esgoto>>

PROGRAMA Minha Casa Minha Vida. Disponível em: <<http://www.minha-casa.org/2014/03/diferenca-faixas-do-minha-casa-minha-vida.html>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

PROGRAMA Minha Casa Minha Vida. Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavidago.v.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

PROGRAMA Minha Casa Minha Vida. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx/saiba_mais.asp>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PROGRAMA Minha Casa Minha Vida. Disponível em: <<https://www.sienge.com.br/minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

<<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida-fgts/Paginas/default.aspx>> Acessado em: 04/07/2017

<http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-documentosgerais/Carta_de_Credito_FGTS_E_OUTROS.pdf> Acessado em: 04/07/2017

<<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>> Acessado em: 04/07/2017

Arquitetura moderna e Estado na capital do Pará: contribuições para a construção do campo historiográfico

Arquitectura moderna y Estado en la capital de Pará: contribuciones a la construcción del campo historiográfico

Modern architecture and state in the capital of Pará: contributions to the construction of the historiographic field

Celma C. S. P. Vidal

Doutora em Teoria e História da Arquitetura pela Universidad Politécnica da Catalunã (2005). Professora Associada IV da Universidade Federal do Pará na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Tecnologia da UFPA.

E-mail: celma_chaves@hotmail.com

RESUMO

A experiência de modernidade na capital do Pará apresenta um processo de modernização urbana inscrito no contexto de transformações nacionais que se verificam a partir da década de 1930, a despeito das ideias de decadência que se difundem sobre a cidade nesse período. Nas pesquisas desenvolvidas sobre a arquitetura de iniciativa estatal produzida até meados da década de 1970, foi possível levantar, mapear e redesenhar parte dessa produção, estabelecer conexões do contexto local com ideários externos, articular elementos para uma compreensão ampliada entre obras, o campo arquitetônico e profissional e os interesses institucionais. Esse estudo apresenta parte dos resultados das pesquisas em andamento, num esforço por sintetizar as formas e os processos em um percurso histórico e cultural que abrange diferentes etapas da história política e econômica dessa parte da região amazônica, e especificamente de Belém, tendo como consequência momentos em que se identificam com clareza uma concepção de modernização e modernidade que deixaria suas marcas no espaço da cidade contemporânea. Neste texto, abordam-se esses processos em alguns edifícios públicos, analisando aspectos de sua arquitetura e sua extensão no contexto local. Associa-se também nas pesquisas em desenvolvimento a construção de uma historiografia, cujos contornos metodológicos e epistemológicos em constante desenvolvimento, buscam superar narrativas fragmentadas e parcial da história urbana e arquitetônica de Belém. Busca-se, ainda as inserir na perspectiva mais ampla das temáticas que se desenvolvem no campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo da Região Amazônica, integrando-se assim, à rede de pesquisadores que compõem os artigos deste livro.

Palavras-chave: Arquitetura moderna; Estado; Historiografia; Modernização; Belém.

RESUMEN

La experiencia de modernidad en la capital de Pará presenta un proceso de modernización urbana inscrito en el contexto de transformaciones nacionales que se verifican a partir de la década de 1930, a pesar de las ideas de decadencia que se difunden sobre la ciudad en ese período. En las investigaciones desarrolladas sobre la arquitectura de iniciativa estatal producida hasta mediados de la década de 1970, fue posible levantar, mapear y rediseñar parte de esa producción, establecer conexiones del contexto local con idearios externos, articular elementos para una comprensión ampliada entre obras, el campo arquitectónico y profesional y los intereses institucionales. Este estudio presenta parte de los resultados de las investigaciones en marcha, en un esfuerzo por sintetizar las formas y los procesos en un recorrido histórico y cultural que abarca diferentes etapas de la historia política y económica de esa parte de la región amazónica, y específicamente de Belém, teniendo como consecuencia momentos en que se identifican con claridad una concepción de modernización y modernidad que dejaría sus huellas en el espacio de la ciudad contemporánea. En este texto se abordan estos procesos en algunos edificios públicos, analizando aspectos de su arquitectura y su extensión en el contexto local. Se asocia también en las investigaciones en desarrollo la construcción de una historiografía, cuyos contornos metodológicos y epistemológicos en constante desarrollo, buscan superar narraciones fragmentadas y parcial de la historia urbana y arquitectónica de Belém. Se busca, aún insertarlas en la perspectiva más amplia de las temáticas que se desarrollan en el campo disciplinario de la Arquitectura y Urbanismo de la Región Amazónica, integrándose así, a la red de investigadores que componen los artículos de este libro.

Palabras clave: Arquitectura moderna; Estado; la historiografía; la modernización; Belém.

SUMMARY

The experience of modernity in the capital of Pará presents a process of urban modernization inscribed in the context of national transformations that take place from the 1930s, despite the ideas of decadence that spread over the city in that period. In the researches developed on the architecture of state initiative produced until the mid-1970s, it was possible to raise, map and redesign some of this production, to establish connections between the local context and external ideas, to articulate elements for an expanded understanding between works, the architectural field and professional and institutional interests. This study presents some of the results of ongoing research in an effort to synthesize forms and processes in a historical and cultural course that covers different stages of the political and economic history of this part of the Amazon region, and specifically of Belém, in which a conception of modernity and modernity that would leave its marks in the space of the contemporary city is clearly identified. In this text, these processes are approached in some public buildings, analyzing aspects of their architecture and their extension in the local context. The construction of a historiography is also associated in the researches in development, whose methodological and epistemological contours in constant development, seek to surpass fragmented and partial narratives of the urban and architectural history of Belém. It is also sought to insert them in the broader perspective of the themes which are developed in the disciplinary field of Architecture and Urbanism of the Amazon Region, thus integrating the network of researchers that make up the articles in this book.

Keywords: Modern architecture; State; Historiography; Modernization; Belém.

Introdução

A partir da década de 1930, um processo estatal e privado de modernização das estruturas urbanas começa a ocorrer de forma paulatina na cidade de Belém, no norte do Brasil. A gestão do presidente Getúlio Vargas (1930-1945) estabelece prioridades que alcançam capitais de norte a sul do país. É nesse período que a capital do Pará apresenta um movimento crescente de mudanças em seus espaços, que se inicia com a construção de novos edifícios, incluindo ações que incidem nos aspectos infra estruturais da cidade como o sistema de transporte.

Esta década apresenta projetos políticos, econômicos e culturais, que concorreram para ações que se concretizariam no espaço de cidades capitais da América Latina - especialmente no Brasil e no México - onde vanguardas, modernidade e modernização estabelecem, principalmente sob os auspícios do Estado, o lócus da nova tradição, mas também de uma nova cultura urbana (GORELIK, 2004).

Na Amazônia brasileira, pro-

jecto de modernidade urbana e arquitetônica já se anunciava numa das primeiras experiências de modernização pós-industrial implantada na região oeste do Pará, o projeto de Henry Ford para o replantio da hevea brasiliensis com o objetivo de reaquecer a economia da borracha. Cria-se a cidade de Fordlândia, com peças e materiais transportadas em navio ao coração da Amazônia paraense, cuja construção inicia-se em 1928. Esta iniciativa contou com efetiva participação do Estado que ampliou sua presença por meio da criação de novas instituições e do subsídio dado aos projetos norte-americanos (Chaves, 2016, p. 35). Essa medida indicava uma das direções das políticas que iriam ser pensadas também para a cidade de Belém, principalmente a partir de década de 1940. Iniciava-se assim um novo momento dessa modernização, que se consumaria com os chamados “Acordos de Washington” assinados em 1942.

A chegada ao poder do governador Magalhães Barata (em dois períodos, 1930-1934 e 1943-1945) e as sucessivas administrações

municipais buscariam recuperar o status de “cidade moderna” derivado da economia da borracha, ainda que oscilando entre empréstimos e dívidas. Coloca-se então na capital do Pará os signos mais claros da conexão entre modernização e urbanização, principalmente a partir dos anos 40 quando a cidade começava a recuperar população (PENTEADO, 1968), e apresentava sinais de um revigoramento econômico, estimulado, em grande parte, pelas políticas públicas implementadas após os Acordos, e uma reedição sem êxito da exploração dos seringais (CHAVES, 2016). Entre 1950 e 1960 a população da cidade cresceu quase cem por cento, de 208.706 para 359.988 habitantes (PENTEADO, 1968, p. 207), concentrando os investimentos nas áreas urbanas.

Neste período, os governos municipais e estaduais permaneciam agindo diariamente na conformação e manutenção da infraestrutura, serviços de transporte e sistema viário da capital. Durante a Segunda Guerra Mundial como decorrência dos acordos, propostas e investimentos nacionais e

americanos alteram pontualmente a paisagem da cidade ou, pelo menos alimentam a expectativa de ações futuras em parte das cidades. As iniciativas de caráter pontual em vários bairros de Belém desde a década de 1930 tentavam mascarar a séria crise dos serviços públicos, em 1942, a atividade comercial surgida com a segunda guerra e a presença de militares norte-americanos na cidade, fomentariam alguns avanços: construção do porto, da base aérea de Val de Cans, incremento da população, fatores que impulsionaram um repensar a cidade e seu desenvolvimento (Chaves, 2017 apud Chaves & Lima, 2018). Entretanto, passado esse momento esfuziante, as condições financeiras degradam-se novamente (Belém, 1948; Pará, 1950) e o ritmo das mudanças arrefece (CHAVES e LIMA, 2018).

Na década de 1950, com as políticas desenvolvimentistas, a Amazônia entrou no circuito do capital nacional e internacional com a embrionária exploração e exportação das reservas extrativistas. As iniciativas do pós-Segunda Guerra tendo como aliado

o capital norte-americano, e os planos e projetos econômicos durante as décadas de 1960 e 1970, como os PDAs, Plano de Desenvolvimento da Amazônia, incidiram diretamente no crescimento urbano e nas iniciativas públicas e privadas em um novo momento de modernização urbana.

Essa modernização ocorreria principalmente nas áreas centrais da cidade em episódios de modernidade que tiveram nos primeiros edifícios da avenida Presidente Vargas suas expressões iniciais na década de 1940. A partir dessa década, os estudos no campo dessa produção que incorporam referências da arquitetura moderna em sua vertente racionalista, registram diferentes vias expressivas adotadas alinhando-a à ideia de modernidade, inicialmente como um projeto estatal, mas rapidamente encampada pelas atividades privadas, fomentadas por regulamentos e normas instituídas pelo poder público a fim de modernizar e verticalizar a área central da cidade (CHAVES, 2016). Desenvolvem-se a partir do “eixo de modernização” da Avenida Presidente Vargas,

avançando na direção da Avenida Nazaré e seu prolongamento, a Magalhães Barata, seguindo em direção à Av. Tito Franco, atual Avenida Almirante Barroso (MIRANDA; CHAVES, 2015). Tratam-se das primeiras expressões dessa arquitetura, na qual se colocavam em jogo os investimentos iniciais das empresas construtoras com o propósito de aliar ganhos financeiros aos impulsos modernizadores.

Será, no entanto, durante os anos das décadas de 1960 e 1970 que o “Novo Centro” expande-se em direção às áreas do seu entorno, indicando que os valores do moderno nos edifícios públicos haviam, em certa medida, ocupado seu lugar na cidade.

As bases de uma construção historiográfica

A investigação e (re) conhecimento do valor da arquitetura produzida entre as décadas de 1940 e 1970 em Belém, como parte das experiências de modernização e modernidade na cultura arquitetônica local, apresenta resul-

tados que subsidiam a construção historiográfica. Nessa construção, a ideia de “campo” (BOURDIEU, 1983) local, nacional e internacional, em articulação com a recepção e produção dessa arquitetura, estruturam suas bases conceituais. O estudo sobre os exemplares modernos por meio de pesquisa histórica e documental, tanto quanto as análises de sua materialidade como objetos arquitetônicos são compreendidos em associação com a cultura urbana. A arquitetura pública moderna em Belém, a partir de escolas e edifícios institucionais, tomados como unidades culturais e como séries tipológicas na sua relação com o lugar (WAISMAN, 2013 apud Carvalho, 2013), mostra-nos a concepção de arquitetos e engenheiros em assimilação e tradução da arquitetura moderna brasileira.

Trata-se de entender e situar o binômio modernidade-modernização no curso das pesquisas que se realizam, tratando-o para além do receituário eurocêntrico, de modo a construir novas formas de interpretar esse processo, entre elas, a desconstrução da ideia

de um moderno “consolidado” na cidade de Belém, capaz de revelar a complexidade das expressões dessa arquitetura em suas diferentes dimensões: arquitetônica, social, cultural, política.

Nesse sentido, retoma-se a advertência de Gorelik (2011) quanto à necessidade de “pôr em questão a naturalidade das series em que a ideia de modernidade – mais especificamente de arquitetura moderna – costuma vir inscrita”, especialmente a “[...] a que mostra a arquitetura moderna como epifenômeno estrutural da sociedade e da economia [...]” e “aquela que atribui à representação da arquitetura moderna uma expressão ideológica determinada: progressista, internacionalista, radical” (GORELIK apud MÜLLER, 2011, p. 11).

Portanto, torna-se pertinente pensar neste percurso de construção historiográfica, que terminologias como “movimento moderno” ou “racionalismo” adquirem sentido apenas quando postas em relação aos fenômenos analisados, pois escondem conceitos contraditórios em relação às histórias que se pretende con-

frontar com eles (TAFURI, 1980). Nos estudos realizados, busca-se ressaltar o caráter contraditório e plural da história, as “experiências e expectativas” (KOSELLECK, 2006) dos grupos sociais envolvidos, enriquecendo as interpretações e questionando classificações, que na construção de uma historiografia devem ser tomadas como pontos de partida, mas nunca como o único ponto de chegada (CHAVES, 2018).

Dessa forma, o percurso historiográfico no campo arquitetônico evidencia as “tramas históricas” (VEYNE, 1998) que constituíram esse processo de modernização, relacionado a tensões e a forças na construção da cidade e da arquitetura, e que materializam esses processos.

Particulariza-se nessa construção historiográfica, o contexto como um método que exige mais histórias entrelaçadas entre si, mais abordagens históricas integradas, relacionando o trabalho intelectual aos desenvolvimentos de modos e relações de produção (TAFURI, 2011 apud CHAVES, 2018).

Percursos e aproximações ao moderno estatal

A partir das situações registradas, do levantamento dos edifícios modernos na capital paraense, consideramos seu processo de desenvolvimento em três eixos principais. O primeiro, na avenida 15 de Agosto (atual avenida Presidente Vargas), incentivado pelo governo local, sob os auspícios da modernização varguista a partir de 1930, quando as diretrizes de governo central e estadual estimularam a renovação e reestruturação da atividade comercial e residencial nessa avenida. Como resultado dessas diretrizes, edifícios públicos e privados começaram a despontar a partir do final da década de 1930. O primeiro construído pelo Estado foi a sede dos Correios e Telégrafos em 1938, projeto atribuído ao arquiteto Silveira Landim seguido do edifício do antigo IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), projeto de Edmar Penna de Carvalho de 1949.

O segundo eixo desse processo de modernização arquitetônica se

desenvolveu nos bairros de maior poder aquisitivo, nos quais o poder público e a iniciativa privada, almejando um novo status político e burguês respectivamente, introduzia referências modernas em um entorno com linguagem predominantemente eclético em terrenos que pertenciam ao Estado. Inicia-se em direção às avenidas Nazaré e Serzedelo Correa a expansão de casas e edifícios com autoria de engenheiros e arquitetos locais e estrangeiros que na cidade se estabeleceram.

O terceiro eixo apresenta-se nas áreas de expansão de Belém, em função da construção de novas vias em direção à saída da cidade, ao longo da avenida Tito Franco (atual avenida Almirante Barroso), onde a arquitetura de referências modernas pôde ser implantada com maior liberdade compositiva em função da disponibilidade e amplas parcelas de terrenos nessas áreas, ainda pouco adensadas.

Ao traçar esse percurso, e no intuito de entendê-lo a partir de premissas que se articulavam no interior da história local, no sentido que nos afiança Marina

Waisman (2013), adotamos ao longo da pesquisa, algumas categorias explicativas, que, ao nosso ver, permitem compreender dialeticamente as condições externas e internas de manifestação do moderno. Por isso, considerar a história do espaço construído que se produziu no Pará e em Belém desde a década de 1930, ponto em que se identificam os ideais de transformações, nos exige percorrer um espectro variado de situações, entre o campo da profissionalidade, das aspirações sociais coletivas e políticas, das condições econômicas e geográficas, que balizaram esse processo de modernidade arquitetônica.

Entendemos esse processo associado ao que Gorelik (1999, 2011) aponta como a expressão de um ethos cultural, uma vontade ideológica de uma cultura para produzir um determinado tipo de transformação estrutural, e não uma arquitetura moderna como epifenômeno estrutural da sociedade e da economia. Essa realidade nos convida a pensar o moderno a partir do ponto que vê como importante tanto as circunstâncias, os ideários, a movi-

mentação dos atores no espaço social, quanto os objetos materializados no espaço físico, buscando a não naturalização dos fatos históricos, mas o entendimento das tramas e motivações que o fizeram surgir (CHAVES, 2016).

Ao interagir entre prerrogativas materiais, tectônicas e estéticas, no campo ampliado das relações entre seus protagonistas, no embate entre os grupos sociais e as normas cultas, entre as formas simbólicas que a conformam como um campo social e cultural, interpreta-se a arquitetura moderna ao longo desses anos, constituem um espaço fértil para situar algumas questões que se apresentam no desenrolar do espaço moderno e sua pertinência para as cidades amazônicas.

Um poder econômico aliado a um poder simbólico (Bourdieu, 1999) foi se constituindo na busca por legitimar expressões culturais, o que Stevens (2003) identifica claramente às correntes modernas que se desenvolveram e difundiram ao longo da segunda metade do século XX. Correlaciona-se assim, ao fato de que

mesmo em uma sociedade fragilmente estruturada, institucional e economicamente, o espaço moderno pôde se estabelecer nos meios sociais abastados, um campo arquitetônico criado e alimentado pelas relações profissionais, de amizades e de afinidades entre as classes.

Em que pese as dificuldades econômicas e a frágil institucionalidade – entre 1940 e 1949 Belém teve mais de dez prefeitos – renovava-se a vontade ideológica para produzir um determinado tipo de transformação. Assim, a cidade antecipa e acolhe a ideia de modernidade na qual formas se expressam antes que os processos (GORÉLIK, 1999; VICENTINI, 2004), evidenciando que, embora tenha havido um distanciamento histórico-temporal dos países e regiões que não experimentaram um processo de industrialização em relação aos centros onde essas ideias haviam sido impulsionadas, também houve nas produções arquitetônicas desses países, incluindo o Brasil e a região amazônica, a adoção de ideais e aspirações aos princípios modernos (CHAVES, DI-AS,

2016).

Durante a década de 1930 o programa de construções públicas como escolas, agência de correios e hospitais, deixaria a experiência eclética definitivamente excluída desse projeto de modernidade, ao encontro de novas expectativas, em um ideal de “[...] conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSSELLEK, 2006, p. 314).

A partir de 1964, quando se inaugura o curso de Arquitetura na cidade, simultaneamente abre-se um curso de “adaptação” para que os engenheiros pudessem se habilitar a projetar edifícios de “caráter monumental”, como estipulava a lei nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933. Assim, novos pintores-arquitetos e novos engenheiros-arquitetos são formados (SOBRAL, 2002), agregando ao quadro de profissionais da cidade um fazer arquitetônico associado ao repertório moderno transmitido na escola de Arquitetura, que, embora de forma tímida, iria

repercutir na nova produção da arquitetura local.

A modernização estatal (1930-1972)

A história urbana de Belém em inícios da década de 1930, nos mostra os indícios de uma transformação que se anunciava. Deve-se não apenas à “Revolução de 30”, mas o fato de que, naquele ano, assumia como interventor federal no estado do Pará Magalhães Cardoso Barata, que cumpriria com fidelidade a política de modernização do presidente Getúlio Vargas, junto com o intendente municipal nomeado por ele, Abelardo Condurú (1936-1943). Aqueles anos eram de limitações financeiras para investir no melhoramento da cidade, mas existia um ponto comum que unia as intenções coletivas e individuais no campo profissional e cultural (BOURDIEU, 1995): recuperar aquela Belém conhecida de outrora, que a economia da borracha havia possibilitado.

Recuperar significava embelezar, construir edifícios de linhas

modernas, realizar trabalhos de alargamentos de vias, edificar com as novas técnicas construtivas, ou seja, construir uma nova história a partir dos novos espaços que a modernização da cidade exigia. Para isso, se articulavam experiências e expectativas, no sentido de Koselleck: na “tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, definindo o tempo histórico”.

Gestores e grupos sociais em posição privilegiada naquela Belém da década de 1930, formulam ações futuras (expectativas) a partir da avaliação do passado (experiências) (KOSELLECK, 2006, p, 313), construindo uma nova temporalidade, em um espaço ainda marcado pela presença de um passado eclético.

A partir da década de 1940 na avenida Presidente Vargas – importante via que interliga o centro antigo de Belém à cidade em expansão –, erguem-se os primeiros edifícios de grande porte na cidade. Um dos primeiros foi o edifício sede dos Correios e Telégrafos, cuja autoria atribui-se a Archimedes Memória, construção

iniciada em 1939 e inaugurada em 15 de novembro de 1942. Este e outros como o edifício sede do IAPI, de 1949, faziam parte da política nacional de modernização dos edifícios públicos adotada na Era Vargas.

O incentivo às novas construções nessa avenida e nas ruas adjacentes impulsionaram o desenvolvimento dessa área que foi denominada de “Novo Centro”, para onde novas diretrizes administrativas e urbanísticas foram pensadas. A iniciativa mais direta, embora de menor efetividade, foi a lei nº 3450 de 6 de outubro de 1956, determinando que qualquer construção situada na avenida Presidente Vargas obedeceria a altura mínima de doze pavimentos e as situadas em avenidas e ruas mais importantes de seu entorno imediato com dez pavimentos. Prevendo e esperando que se construíssem os edifícios mais altos, estabeleceu que em todas as construções fosse obrigatória a instalação de escadas de emergência. Embora esta lei determinasse uma verticalização compulsória do centro da cidade, isto acabou não acontecendo, en-

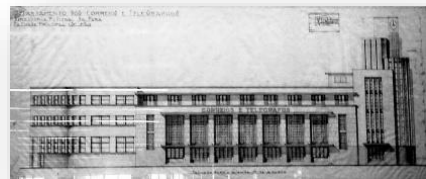
tre outros fatores pela falta de capital local para investimento na construção, o que viria acontecer, de certa forma, somente na década de 1960.

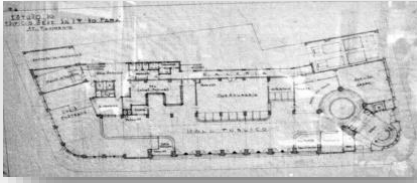
Durante o período da administração do presidente Getúlio Vargas e do governador Magalhães Barata, o Departamento de Obras Públicas do Estado do Pará seguia a política central no que se refere à construção, à intervenção urbana e à divulgação de suas realizações. A predominância de uma prática populista, associada à escassez dos recursos financeiros para os serviços de infraestruturas, não estimulava um conjunto de ações vinculadas a projetos de longo prazo, mas eram realizações elaboradas no dia a dia de atuação deste órgão, que a partir de 1937, passaram a ser regidas pelas bases políticas do Estado Novo.

A Direção de Obras Públicas estadual seguia as diretrizes modernizadoras que a administração central impulsionava a partir do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o projeto da escola Vilhena Alves, de 1938, aprovado entre outros quatro projetos por questões de

economia, como informava o próprio governo local, está nesse grupo. De autoria do engenheiro José Galma Malcher, fazia parte de um programa pedagógico adotado em várias capitais do Brasil aliando modernidade arquitetônica com métodos inovadores da pedagogia de Anísio Teixeira.

Figuras 1, 2, e 3. Sede dos Correios e Telégrafos de Belém, inaugurada em 1942 e Desenhos do projeto original da sede dos Correios e Telégrafos em Belém.





Fonte: Arquivo LAHCA e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).

A construção de edifícios para estruturar uma imagem clara da ideologia do poder vigente era uma das estratégias da política do Vargas e, especificamente, nesse caso, fazia parte da política de uniformizar os edifícios institucionais e expressar a coesão e uma imagem homogênea e centralizadora do governo. Foi o caso do então Departamento de Correios e Telégrafos presente nas principais capitais brasileiras nas décadas de 1930 e 1940. Nesse período, foram construídas 141 agências, cujos projetos eram elaborados na capital federal, Rio de Janeiro, e enviados às respectivas sucursais.

O projeto da sede de Belém (Figuras 7, 8), assim como de outras capitais como Belo Horizonte e Curitiba, alude a essa vontade de transpor o tradicional, em uma

fachada de corpo central simétrico, mas que em seu todo conforma um conjunto tripartido, como três edifícios distintos. O corpo central reaviva os arabescos de inspiração marajoara, nas grades de portas e janelas, motivos que já tinham aparecido no projeto de Archimedes Memória para o Ministério da Educação e Saúde, mas emolduradas por uma superfície limpa e geométrica. Esse foi um dos dois únicos edifícios que o poder público promoveu nesta avenida na década de 1940, suscitando a crítica geral pela ineficácia do Estado em construir novas sedes institucionais ou revitalizar as que tinham sido construídas na administração anterior, então funcionando precariamente.

A partir de 1940 o discurso sobre a modernização na cidade está estreitamente vinculado com as políticas do governo dos Estados Unidos na região amazônica durante a Segunda Grande Guerra e as expectativas geradas com os investimentos para a retomada da economia da borracha. Como parte dos Acordos de Washington a cidade recebe novos

investimentos, constrói-se a base aérea de Val de Cans, novas vias são abertas no caminho entre o centro da cidade e o aeroporto e a presença constante de militares norte-americanos movimentam o comércio, apesar da crise das infraestruturas públicas (CHAVES, 2016).

No marco das intenções do governo nacional e local de planificar o crescimento da cidade, uma regulamentação proposta pelo prefeito nomeado por Magalhães Barata, engenheiro Jerônimo Cavalcanti – cujo mandato duraria menos de seis meses, entre fevereiro e agosto de 1943 – foi desenvolvido: o Plano de Urbanização de Belém. Embora não tenha sido aplicado por falta de recursos financeiros e a saída precoce do prefeito, os problemas da capital apontados no seu diagnóstico foram, de certa maneira, levados em conta pelas sucessivas administrações estaduais e municipais que adotaram medidas para afrontar as graves questões urbanas da capital.

Figura 4. Sede do antigo IAPI, 1958, projeto de Edmar Penna de Carvalho.



Fonte: Chaves (2014).

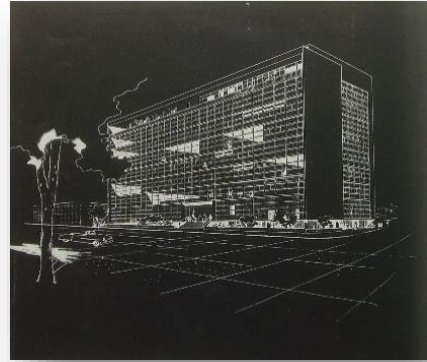
A iniciativa de construções modernas ao longo da avenida 15 de Agosto foi uma das diretrizes do plano de Cavalcanti. Decidiu-se por sua ocupação a partir de 1945 com as novas expressões da modernidade, aliando sentido político e econômico que a incluiria definitivamente no circuito imobiliário da cidade, ao mesmo tempo em que demarcaria a expansão das construções verticalizadas modernas nas áreas centrais de Belém.

Em 1958 inaugura-se o edifício

sede do IAPI, hoje Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), projeto do arquiteto Edmar Penna de Carvalho. Esse prédio, atualmente em completo abandono, é o único dentre as edificações estatais que apresenta estrutura vertical, com referências claras à arquitetura do modernismo da chamada “escola carioca”, que vinha sendo implantada no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1930 e 1940.

Na década de 1970 constrói-se em Belém a sede central do Banco do Brasil na mesma avenida. O projeto, ao que parece, seria do arquiteto carioca Paulo Antunes Ribeiro, com obras realizadas no Rio de Janeiro e Salvador, não corresponde exatamente à obra construída. As diferenças são evidentes na fachada principal e nos acessos. Foi um dos últimos edifícios modernos construído em plena ascensão da verticalização desta avenida.

Figuras 5 e 6. Perspectiva e Sede do Banco do Brasil.



Fonte: Revista Arquitetura e Engenharia n. 28, 1953; e Chaves (2014).

Em direção às áreas de expansão da cidade, na então avenida Tito Franco, hoje Almirante Barroso, o engenheiro Camilo Porto de Oliveira projeta e constrói o edifício do Departamento de Estradas e Rodagem (1957), inaugurado em 1959, atual SETRAN (Figura 8). É a materialização de uma demanda política e de pro-

fissionais por uma renovação estética e pela maior funcionalidade e eficiência dos órgãos públicos, e para concentrar as atividades do órgão em um edifício único (CARVALHO, 2013).

Outra obra significativa para o conjunto das iniciativas estatais foi o conjunto residencial do IAPI, também de autoria de Edmar Penna de Carvalho. Os blocos apresentam uma volumetria regular e uniforme marcados, entretanto, por elementos que procuram adequar-se à condição local (cobogós, cobertura em telhas de cerâmica) com a finalidade de amenizar as inclemências do clima. A implantação das unidades, separadas alternadamente, dá-lhes movimento e contribui para a geração de espaços de ventilação entre os blocos.

Em contraposição aos blocos, observam-se, na escola que faz parte do conjunto, um projeto elaborado em 1950, outros elementos que evocam as singularidades das obras de Niemeyer: as marquises de formas livres, os pilotis como suporte estruturante dessas formas e como produtor de espaços livres, o jogo de coberturas

que em momentos adota a solução do telhado borboleta. A rampa que dá acesso a um dos blocos de salas de aula foi, em seu momento, uma inovação.

A renovação e modernização dos espaços escolares se iniciou na administração do interventor Gama Malcher, entre 1937 e 1956. A escola Vilhena Alves foi construída em 1938 e a Escola Benjamin Constant, entre 1935 e 1938. Em fase posterior, mas ainda anterior à instalação do Curso de Arquitetura, é o projeto e construção da Escola Municipal Benvenida de França Messias (Figura 9), cuja inauguração se deu no ano de 1951, como parte do conjunto de habitação social do IAPI.

A Escola Deodoro de Mendonça (Figura 10), projeto de 1968-1969, inaugurada em 1972, é de autoria de Jorge Derenji e Milton Monte, egresso da escola de arquitetura em 1966, depois professor no mesmo curso, e de Jorge Derenji, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1963 e professor do recém-inaugurado Curso de Arquitetura do Pará. Construída no governo de Alacid da Silva Nunes

(1966-1971), adota um programa arquitetônico mais extenso, priorizando as instalações e diretrizes definidas pelo Plano de Educação do governo federal e estadual (CARVALHO, 2013).

Figura 7. Sede do Departamento de Estradas de Rodagem, 1957-1959, projeto de Camilo Porto de Oliveira.



Figura 8. Escola Municipal Benvenida de França Messias, 1951.
Fonte: Chaves (2006; 2018).

vista do IAB/RJ, Domus) ou das visitas que realizava à cidade de São Paulo, para conhecer o “brutalismo paulista” de Vilanova Artigas. Composto por dois corpos em concreto aparente, um superior de fachadas com janelas em brises, e um inferior que alterna com textura também em concreto, o edifício prima pela busca da verdade construtiva, princípios que se associam ao brutalismo.

Figura 9. Escola Deodoro de Mendonça, 1968-1972, projeto de Milton Monte e Jorge Derenji.



Fonte: Chaves (2006; 2018).

O brutalismo e o que o próprio Derenji chamava de “plasticismo paulista” tiveram um peso importante em suas decisões projetuais, por meio das revistas (Re-

Figura 10. Sede do Tribunal de Contas do Estado do Pará, 1972, projeto Paulo Chaves Fernandes e Paulo Cal.



Construída quando o curso de arquitetura já estava em funcionamento há oito anos, a sede do Tribunal de Contas do Estado do Pará (1972) (Fig. 11) é de autoria dos arquitetos Paulo Chaves Fernandes e Paulo Cal, ambos egressos da primeira turma de arquitetos. Da estética do brutalismo evidencia-se o concreto aparente e o vidro em cortinas, que faziam parte da concepção original do edifício, em uma estrutura onde se distinguem claramente os dois materiais.

Observa-se a intenção dos autores de explicitar a verdade dos materiais, ao mesmo tempo que, em contraposição a esses, o edifício propositalmente elevado do

chão parece flutuar em lâminas de água que o contornam, e uma fina cortina de água cai por uma das paredes de vidro advertem de sua combinação entre o brut e o léger (CHAVES, MIRANDA, 2016). No final da década de 1970, outros edifícios públicos são projetados seguindo a tendência moderna, como os edifícios sede da Assembleia Legislativa e o Palácio da Justiça, embora, ao que parece, não foram construídos a partir dos projetos divulgados no relatório do governador Alacid Nunes.

Considerações finais

Apresentamos nesse texto, parte do legado da arquitetura moderna pública em Belém até o final da década de 1970, a partir das obras que consideramos referenciais para a história local. Algumas dessas obras se apresentam relativamente bem conservadas e preservadas, enquanto outras, principalmente aquelas localizadas em áreas e terrenos de maior valor imobiliário, como as casas de Camilo Porto de Oli-

veira, incluindo as casas Bittencourt e Belisário Dias, já apresentaram modificações de seus elementos originais, seja por acréscimos ou por substituição. Outras casas, embora não estejam ameaçadas de destruição, são objetos de constante assédio por entes privados com ofertas de aquisição como a casa Gabbay, onde ainda vivem os proprietários originais. No município contíguo a Belém, Ananindeua, em condomínio privado, localizam-se a casa Bendahan, cuja situação apresentava-se há alguns anos em situação de quase arruinação, e a casa Chamié, melhor preservada e conservada, embora também apresente alterações no projeto original.

Das obras públicas, algumas vêm sofrendo alteração ao longo dos anos como o edifício do Tribunal de Contas e a Escola Deodoro de Mendonça, seja por intervenções externas ou pela ação de agentes naturais e falta de manutenção. A Escola Benvida de França Messias, tombada em nível municipal, é uma das mais preservadas atualmente, mesmo com intervenção que incorpora

elementos alheios ao projeto original, mas encontra-se em estado precário de conservação.

Esse breve estado da questão da arquitetura, principalmente em Belém, que é onde se concentra a maioria das obras, é resultado de estudos ainda em desenvolvimento, abrangendo edifícios produzidos por arquitetos e engenheiros, mas também de autoria anônima, demonstrando a apropriação do repertório moderno em obras localizadas em vários bairros da cidade. Ainda resta muito para entender esse período da história urbana da cidade, muitas vezes deixado em um plano secundário em prol dos feitos da “Era Lemos”, e vista como uma época de decadência e desmonte do construído anteriormente.

Pesquisar, levantar e analisar essa produção é um passo importante para a construção de uma historiografia sobre o moderno em Belém e na Amazônia. Nesse sentido, o Laboratório de Historiografia e Cultura Arquitetônica (LAHCA) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA têm desenvolvido nos últimos

dez anos pesquisas nessa direção, contribuindo para a constituição de um campo de estudos da história urbana e arquitetônica da cidade, como elemento indispensável da compreensão dos processos que se deram principalmente a partir da segunda metade do século XX. A história desses edifícios é parte da história cultural,

material, política e social da cidade de Belém, e cabe a nós, pesquisadores e pesquisadoras, estudantes e professores, trazer à luz os testemunhos dessa história, já que os processos de apagamento da mesma se dão muito mais rápido do que a construção de uma base historiográfica.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *La miseria del mundo*. Madrid: Ediciones Akal/Fondo de Cultura Económica da Argentina, 1995.
- CARVALHO, Bárbara Moraes de. *Arquitetura pública moderna: Uma caracterização entre tipologia e lugar na cidade de Belém*. 121 f. Dissertação (Mestrado), PPGAU/Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- CHAVES, Celma. *La arquitectura en Belém 1930 - 1970: una modernización dispersa con lenguajes cambiantes*. Tese (Doutorado). Escuela Superior de Arquitectura de Barcelona: Universidad Politécnica de Cataluña. Barcelona. 2004, 287p.
- CHAVES, Celma. *Belém e os sentidos da modernidade na Amazônia*. Revista Amazônia Moderna, Palmas, v.1, n.1, p.26-43, abr.-set. 2017.
- CHAVES, Celma. *Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém*. Arqitextos, São Paulo, ano 08, n. 094.06, Vitruvius, mar. 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.094/161>>.
- CHAVES, Celma. *Moderнизация, inventividade e mimetismo na arquitetura residencial em Belém entre as décadas de 1930 e 1960*. Revista Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, n. 4, p. 145-163, fev. 2008. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco8-pdf/02_art10_risco8.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.
- CHAVES, Celma. *Experiências do moderno em Belém: recepção, construção, destruição*. Vírus. On line. IAU/USP, São Carlos, 2016.
- CHAVES, Celma; DIAS, Rebeca. Barbosa. Ribeiro. *A construção da historiografia da Arquitetura moderna na Amazônia: estudo da Arquitetura residencial em Belém*. In: 4º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015, CD-ROM.
- CHAVES, Celma, MACHADO, Izabelle. *Moradias modernistas em Belém (PA): Documentando um novo modo de vida*. In: 3º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. CD-ROM.
- CHAVES, Celma; MIRANDA, Cybelle Salvador. *As permanências do moderno e as referências brutalistas em obras dos primeiros arquitetos formados na UFPA*. Artigo apresentado no II Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia, Palmas: UFT, 13 a 16 de março, 2017.
- CHAVES, Celma, SILVA, Izabella. Santos. *Percursos da modernização: a arquitetura do "Novo Centro" na Avenida Presidente Vargas em Belém*. In: 3º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. CD-ROM.
- CHAVES, Tulio Augusto Pinho de Vasconcelos. *Isto Não É Para Nós? Um estudo sobre a verticalização e modernidade em Belém en-*

- tre as décadas de 1940 e 1950. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2011.
- CHAVES, Tulio Augusto Pinho de Vasconcelos. *O plano de urbanização de Belém: cidade e urbanismo na década de 1940*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Belém: UFPA, 2016.
- GORÉLIK, Adrian. *O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização*. In: MIRANDA, W. M. (Org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- GORÉLIK, Adrian. Prefácio. In: MÜLLER, L. *Modernidades de provincia: Estado y arquitectura en la ciudad de Santa Fe: 1935-1943*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2011.
- GORÉLIK, Adrian. *Das vanguardas a Brasília. Cultura Urbana e Arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MÜLLER, Luis. *Modernidades de provincia: Estado y Arquitectura en la ciudad de Santa Fe: 1935-1943*. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 2011.
- MARTINS, N. S. *Esta terra é minha*. Imagens do Pará. São Paulo: Edigraf, 1944.
- PENTEADO, Antonio Rocha. *Estudos de geografia urbana*. Belém: Ed. UFPA, v. 2, 1968.
- STEVENS, Gary. *O Círculo Privilegiado*. Fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Brasília: Editora UnB, 2003.
- SILVA, José Carlos Boução da. *O Edifício Manuel Pinto da Silva: uma intervenção no patrimônio de Belém*. Monografia (Especialização), Faculdade de História: UFPA, 2010.
- TAFURI, Manfredo. *Por una crítica de la ideología arquitectónica*. In: TAFURI, M.; DAL CO, F.; CACCIARI, M. *De la Vanguardia a la Metrópolis: Crítica radical a la arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.
- VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: UFPR, 2004.
- WAISMAN, Marina. *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- Site:
<http://atat-pa.blogspot.com.br/2013/05/arquitetura-moderna-na-sede-campes-tre.html>

URBAN95: Boa Vista, a cidade para as crianças e a inovação tecnológica na Amazônia Setentrional

URBAN95: Boa Vista, la ciudad para los niños y la innovación tecnológica en la región Amazonas Septentrional

URBAN95: Boa Vista, the city for children and technological innovation in Northern Amazonia

Graciete G. da Costa

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pesquisa e Pós-graduação da FAU/UNB (2011). Professora do Magistério Superior do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima.

E-mail: graciete.costa@ufrr.br

RESUMO

O Estado de RORAIMA está ligado diretamente às Experiências de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo na Amazônia, considerando a sua localização geográfica estratégica, na área de tríplice fronteira entre o Brasil, Venezuela e Guiana, no extremo Norte do País. O Programa URBAN95, em andamento, trata de uma parceria entre a Universidade Federal de Roraima - UFRR, a Cia Cultural Bola de Meia, a Prefeitura Municipal de Boa Vista, através do Centro de Ciências Tecnologia e Inovação (CCTI), o Grupo Arnaiz & Partners, e a Fundação Bernard Van Leer, para desenvolver “A Cidade para as Crianças”, em Boa Vista-Roraima, Brasil. As Experiências de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo na Amazônia traz uma provocação ao programa, que trabalha o meio urbano na perspectiva de uma criança de 95 cm, a altura média de uma criança de 3 anos, aplicada em consonância com o projeto de consultoria da Fundação Bernard Van Leer. O âmbito de formação do Centro Tecnológico Territorial está aberto a todos os tipos de conhecimentos e qualificações universitários e, portanto, não só inclui o conhecimento do território como tal, mas também os processos de governança de uma política pública como um complemento básico ao desenvolvimento de uma cidade em medida envolvem seus participantes em todo o ciclo de uma política pública, da identificação do problema a avaliação da solução. Os processos de formação do C.T.T.I são contínuos, para que não terminem num período específico, a sua formação, grupos de alunos e temas são desenvolvidos em ciclos de 6 meses cada. O primeiro ciclo no município de Boa Vista terá o tema Urban95 “A cidade para as Crianças” e foram disponibilizadas 50 vagas para universitários. As atividades do CCTI seguem um Plano de Trabalho organizado em áreas, onde ao longo das 27 semanas os alunos da UFRR, ao mesmo tempo em que aprendem conceitos, coletam dados em campo, processam estes dados utilizando geotecnologias, discutem com seus grupos e desenvolvem propostas reforçam seu aprendizado obtido na universidade em aplicações práticas na cidade em que vivem. Esse artigo mostra as perspectivas de melhoria da cidade a partir dos olhares de estudantes de diversas áreas, usando como base informações territoriais que são coletadas em campo e analisadas com um conjunto de tecnologias.

Palavras-chave: URBAN95; “A Cidade para as Crianças”; Inovação Tecnológica; Consultoria; Amazônia Setentrional.

RESUMEN

El Estado de Roraima está conectado directamente a las Experiencias de investigación en Arquitectura y Urbanismo en la Amazonia, considerando su ubicación geográfica estratégica, en el área de triple frontera entre Brasil, Venezuela y Guyana, en el extremo Norte del país. El Programa URBAN95, en marcha, se trata de una asociación entre la Universidad Federal de Roraima - UFRR, la Cia Cultural Bola de Meia, el Ayuntamiento Municipal de Boa Vista, a través del Centro de Ciencias Tecnología e Innovación (CCTI), el Grupo Arnaiz & Partners, y la Fundación Bernard Van Leer, para desarrollar "La Ciudad para los niños", en Boa Vista-Roraima, Brasil. Las experiencias de investigación en Arquitectura y Urbanismo en la Amazonia traen una provocación al programa, que trabaja el medio urbano en la perspectiva de un niño de 95 cm, la altura media de un niño de 3 años, aplicada en consonancia con el proyecto de consultoría de la Fundación Bernard Van Leer. El ámbito de formación del Centro Tecnológico Territorial está abierto a todos los tipos de conocimientos y cualificaciones universitarias y, por lo tanto, no sólo incluye el conocimiento del territorio como tal, sino también los procesos de gobernanza de una política pública como un complemento básico al desarrollo de una ciudad a medida involucra a sus participantes en todo el ciclo de una política pública, de la identificación del problema a la evaluación de la solución. Los procesos de formación del C.T.T.I son continuos, para que no terminen en un período específico, su formación, grupos de alumnos y temas se desarrollan en ciclos de 6 meses cada uno. El primer ciclo en el municipio de Boa Vista tendrá el tema Urban95 "La ciudad para los niños" y se dispondrán de 50 plazas para universitarios. Las actividades del CCTI siguen un Plan de Trabajo organizado en áreas, donde a lo largo de las 27 semanas los alumnos de la UFRR, al mismo tiempo que aprenden conceptos, recolectan datos en campo, procesan estos datos utilizando geotecnologías, discuten con sus grupos y desarrollan propuestas refuerza su aprendizaje obtenido en la universidad en aplicaciones prácticas en la ciudad en que viven. Este artículo muestra las perspectivas de mejora de la ciudad a partir de las miradas de estudiantes de diversas áreas, utilizando como base informaciones territoriales que son recolectadas en campo y analizadas con un conjunto de tecnologías.

Palabras clave: URBAN95; "La Ciudad para los niños"; Innovación tecnológica; consultoría; Amazonia Septentrional.

SUMMARY

The State of Roraima is directly linked to the Experiences of Research in Architecture and Urbanism in the Amazon, considering its strategic geographical location, in the triple border area between Brazil, Venezuela and Guyana, in the extreme north of the country. The URBAN Program95, in progress, is a partnership between the Federal University of Roraima - UFRR, the Bola de Meia Cultural Center, the City Hall of Boa Vista, through the Technology and Innovation Science Center (CCTI), the Arnaiz & Partners Group, and the Bernard Foundation Van Leer, to develop "The City for Children" in Boa Vista-Roraima, Brazil. The Research Experiments in Architecture and Urbanism in the Amazon brings a provocation to the program, which works the urban environment from the perspective of a child of 95 cm, the average height of a child of 3 years, applied in line with the Foundation's consulting project Bernard Van Leer. The scope of training of the Territorial Technological Center is open to all types of university knowledge and qualifications and therefore not only includes knowledge of the territory as such but also the governance processes of a public policy as a basic complement to the development of a city in measure involve its participants throughout the cycle of a public policy, from identification of the problem to assessment of the solution. The C.T.T.I training processes are continuous, so that they do not finish in a specific period, their formation, groups of students and subjects are developed in cycles of 6 months each. The first cycle in the municipality of Boa Vista will have the theme Urban95 "The city for the Children" and 50 vacancies for university students were made available. The activities of the CCTI follow a Work Plan organized in areas where during the 27 weeks the UFRR students, while learning concepts, collect data in the field, process this data using geotechnologies, discuss with their groups and develop proposals reinforce their university learning in practical applications in the city in which they live. This article shows the perspectives of improvement of the city from the looks of students of diverse areas, based on territorial information that is collected in the field and analyzed with a set of technologies.

Keywords: URBAN95; "The City for the Children"; Technologic innovation; Consulting; Northern Amazonia.

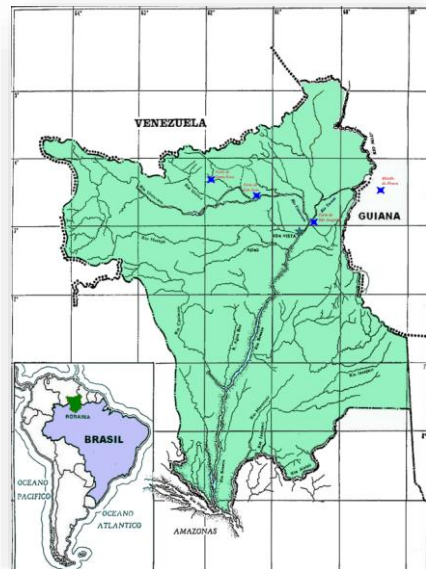
Introdução

O Estado de Roraima é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado na Amazônia Setentrional, no extremo norte do País, e faz fronteira com a Venezuela e Guiana Inglesa. Tem parte do seu território localizado no planalto das Guianas. Roraima limita-se com a Venezuela, ao Norte e Noroeste; Guiana, ao Leste; Pará, ao Sudeste; e Amazonas, ao Sul e Oeste. A população do Brasil está em 208.494.900 habitantes no ano de 2018, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A busca de informações sobre a tríplice fronteira entre o Brasil, Venezuela e Guiana, o crescimento das cidades e as novas tecnologias disponíveis para os cidadãos impulsiona o poder público para cada vez mais estar aptos e prover formas de participação da população na criação de territórios mais inteligentes, onde haja previsão de demandas da sociedade e planejamento das políticas públicas mais ágeis e eficazes.

O acesso a essas novas tecnolo-

gias requer uma transferência de conhecimento sobre como potencializar o uso das ferramentas em prol de atingir a excelência no desenvolvimento, destes territórios, a formação de jovens capazes de alcançar o seu uso generalizado. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é apontar perspectivas de melhoria da cidade de Boa Vista/RR a partir dos olhares de estudantes de diversas áreas, usando como base informações territoriais que são coletadas em campo e analisadas em um conjunto de tecnologias.

Figura 1. Mapa do Estado de Roraima, localização de Boa Vista.



Fonte: IPHAN. PROCESSO Nº 1504-T-02. Estudo Histórico, Rio de Janeiro, 2011.

Essas experiências, em andamento, durante a formação universitária, além de ensinar novas habilidades aos estudantes cria um vínculo com a cidade na qual eles estudam e/ou residem e facilita a compreensão do seu papel profissional na sociedade.

URBAN95: A cidade para as crianças

“A Cidade para as Crianças” desenvolvida no Centro Tecnológico Territorial de Boa Vista é fruto da parceria das instituições executoras: Instituto Arnaiz, provendo os métodos e materiais de formação e condução do Centro Tecnológico Territorial. O Instituto sediado em Madrid na Espanha, faz parte do Grupo Arnaiz & Partners que há mais de 40 anos atua no desenvolvimento de cidades em todo o mundo, nas áreas de tecnologia, engenharia, arquitetura, fortalecimento de governança e desenvolvimento territorial.

A Fundação Bernard Van Leer

investe nos profissionais, logística e conhecimento sobre a construção de cidades com foco na primeira infância. Com mais de 50 anos de atuação, já investiu meio bilhão de dólares em todas as regiões do planeta. As parcerias da fundação já orientaram políticas públicas em mais de 25 países, levaram a inovações na prestação de serviços e treinamento, amplamente adotados por governos e organizações sem fins lucrativos, e geraram ideias revolucionárias que mudaram a maneira como as partes interessadas, dos pais aos formuladores de políticas, pensam sobre os primeiros anos de uma criança.

“A Cidade para as Crianças” – que traz uma provocação aos participantes para pensarem o meio urbano na perspectiva de uma criança de 95 cm, a altura média de uma criança de 3 anos. Essa temática aplicada está em consonância com o projeto Urban95 da Fundação Bernard Van Leer.

A Cia Cultural Bola de Meia intermedia a gestão do Centro Territorial Tecnológico e intervenções em campo voltadas ao engajamento de comunidades.

Organização Social com mais de 30 anos que se dedica a preservação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, através de estratégias de envolvimento do cidadão por meio de sua cultura local.

Prefeitura Municipal de Boa Vista possui o protagonismo na implantação do CTT no município e infraestrutura de salas e computadores no Centro de Ciências, Tecnologia e Inovação (CCTI). A Prefeitura de Boa Vista desde 2013 tem sido destaque no cenário mundial sobre as políticas públicas de cuidados com a Primeira Infância, além buscar o reconhecimento como a Capital da Primeira Infância no Brasil.

O Centro Territorial Tecnológico é uma iniciativa colaborativa entre instituições executoras e apoiadoras, sendo assim as colaborações são fundamentais para seu sucesso. É de suma importância que Universidades, iniciativa privada e população atuem em prol das atividades do CTT, entretanto algumas são chaves para o sucesso deste projeto, a saber:

A Universidade Federal de Roraima apoia o projeto, suas atividades, concedendo abertura de seus espaços para convite aos alunos, estabelecendo relações institucionais concretas com o CTT por meios de convênios, concessões de estágios e cooperação técnica, além de fomentar a geração de conteúdo acadêmico como artigos e publicações acerca da contribuição do centro com a formação acadêmica dos alunos.

A Urbimatica é uma empresa privada sediada na Espanha, desenvolvedora e detentora dos direitos da Plataforma Urbithings que concede ao CTT gratuidade sobre o uso do sistema como ferramenta de busca, armazenamento, colaboração e compartilhamento de informações territoriais, além da expertise sobre uso de geotecnologias.

Figura 2. Apresentação do Programa UR-BAN95 no CCTI.



Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2018.

A Sociedade Civil participa nas oficinas de co-criação e nas palestras abertas ao público para que possam compreender os passos e seu papel na criação de uma cidade para as crianças.

Inovação Tecnológica na Amazônia Setentrional

De acordo com o Manual de Inovação, (2008), a Consultoria é o assessoramento temporário, prestado por pessoa física ou jurídica com reconhecimento técnico especializado.

Em Boa Vista as atividades do C.T.T. estão sendo desenvolvidas no Centro de Ciências Tecnologia

e Inovação (CCTI), espaço onde são realizadas atividades de formação de base tecnológica no município e tiveram no ano de 2018 a temática “A Cidade para as Crianças”.

O Centro Territorial Tecnológico de Boa Vista é o primeiro no Brasil, sua concepção e métodos são baseados na experiência do Instituto Arnaiz com projeto semelhante na Colômbia e de formações de universitários na Espanha e México. Esse centro está aberto a todos os tipos de conhecimentos e qualificações universitários e, portanto, não só inclui o conhecimento do território como tal, mas também o processo de governança de uma política pública como um complemento básico ao desenvolvimento de uma cidade, na medida em que envolve seus participantes em todo o ciclo de uma política pública, da identificação do problema a avaliação da solução.

Figura 3. Possibilidades de cruzamento de informações urbanas.



Figura 4. Alunos do Curso de Arquitetura da UFRR no URBAN95.



Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2018.

Os processos de formação do C.T.T. são contínuos, para que não terminem num período específico, a sua formação, grupos de alunos e temas são desenvolvidos em ciclos de 6 meses cada. O primeiro ciclo no município de Boa Vista teve o tema Urban95 “A cidade para as Crianças” e foram

disponibilizadas 50 vagas para universitários da UFRR.

Metodologia

Na maioria das disciplinas acadêmicas voltadas para esse tipo de pesquisa, as atividades de consultoria enriquecem, apoiam e melhoram a investigação, como seria o caso de algumas disciplinas de engenharia, áreas ligadas às Ciências, etc. Mas, em outras matérias acadêmicas, a consultoria é percebida como uma atividade, que pode ser considerada como uma atividade que desvia a atenção de pesquisas acadêmicas rigorosas. Isso pode ser verdade em algumas disciplinas, mas mesmo assim a pesquisa que é feita em tais disciplinas tem seu valor pelo aspecto prático que elas imprimem.

Estão aptos a ingressar no Centro Territorial Tecnológico todos universitários regularmente matriculados em universidades sediadas no município de Boa Vista. Cada universidade a seu critério poderá utilizar a carga horária do projeto como horas complementares.

tares ou de estágio, conforme regras próprias que serão validadas em comum acordo com todas as coordenadorias dos cursos.

Figura 5. Alunos do Curso de Arquitetura da UFRR no URBAN95.



Figura 6. Arquitetos e alunos do Curso de Arquitetura da UFRR no URBAN95.



Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2018.

Os participantes dispuseram de 06h semanais para o projeto, divididas em 2 dias na semana de 3h cada para a formação e ativi-

dades em campo e nas sextas feiras desejável participação nas oficinas de 3h. Ao todo foram disponibilizadas 50 vagas divididas em 4 grupos, sendo: A) 25 alunos, segunda e quarta das 9h às 12h (manhã); B) 25 alunos, terça e quinta das 14h às 17h (tarde); C) 25 alunos, segunda e quarta das 14h às 17h (tarde); D) 25 alunos, terça e quinta das 09h às 12h (manhã).

A equipe é heterogênea de participantes, que exercem as mesmas atividades, mas com olhar de suas profissões como por exemplo: os Economistas determinam as características econômicas dos projetos em curso que estão desenvolvendo o Município e avaliar o investimento público na cidade; os Engenheiros Civis avaliam a infraestrutura pública. Por exemplo, estradas, estradas, espaço público.

Os Engenheiros industriais conhecem empresas que executam atividade comercial e industrial no município; os Arquitetos estudam a existência das construções municipais e avaliam soluções de design urbano; a Propaganda e Marketing avalia a abordagem com a população.

Administradores de empresas apoiam na estruturação do centro e sua sustentabilidade futura; os Advogados estudam considerações de propriedade, regularização fundiária e processos administrativos internos; os Contadores possuem conhecimento para avaliar oportunidades e impactos nos recursos.

O Engenheiro Ambiental soma conhecimento dos valores ambientais no município; o Biólogo ajuda nas propostas que exige processos de proteção ambiental equilíbrio ecológico; o Engenheiro de Sistemas possui as ferramentas de usar e apoiar outros profissionais de carregamento de dados e posterior publicação.

O Geógrafo faz o trabalho monitorando as referências GEO que são feitas e os limites poligonais.

liza a capacidade tecnológica da instituição, que pode reter e utilizar as informações coletadas no URBAN95 para as atividades que favorecem o domínio de tecnologias e aquisição de novos conhecimentos na inovação continuada.

As atividades do CTT seguem um Plano de Trabalho de Pesquisa organizado em áreas, onde ao longo de 27 semanas os alunos ao mesmo tempo que aprendem conceitos, coletam dados em campo, processam estes dados utilizando geotecnologias, discutem com seus grupos e desenvolvem propostas reforçam seu aprendizado obtido na universidade em aplicações práticas na cidade em que vivem.

Figura 7. Andamento dos trabalhos no CCTI, com alunos da UFRR.

Andamento da pesquisa

A pesquisa foi iniciada em julho de 2018 com os alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Geografia, da Universidade Federal de Roraima – UFRR, e potencia-



Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2018.

Cada uma das 5 áreas, possui propósitos que irão direcionar os olhares e senso crítico para o tema do CTT 2018, envolvendo a construção de uma “Cidade para as Crianças”, baseada na proposta URBAN95 da Fundação Bernard Van Leer, sendo elas: Apresentação do Projeto; Formação Conceitual; Atividades Práticas; Oficinas de co-criação e Palestras de temas complementares.

As atividades do CTT são de 27 semanas e 162h: 25% (40h) do tempo para formação em: Tecnologias aplicadas às políticas públicas; + bases conhecimento sobre estrutura de Gestão Municipal; + Profissões e sua influência sobre o desenvolvimento social e econômico da cidade; + Uso dos dados aplicados a projetos; + Urban95 - A Cidade para as Crianças; 50% (80h) para atividades práticas de campo, em sala e uso de geotecnologias: 05% (8h) para análise da legislação aplicável; 05% (8h) para análise comparativa de dados e boas práticas em outros municípios; 15% (24h) para oficinas de co-criação; Palestras e oficinas complementares - abertas ao público.

Conclusão

A interdisciplinaridade presente no trabalho da tríplice fronteira entre o Brasil, Venezuela e Guiana, no extremo Norte do País, autorizou recorrer às diversas áreas como: Relações Internacionais, História, à Geografia, Cartografia dos Limites, Geopolítica, Sociologia da conquista, religião e não somente à Arquitetura.

A tríplice fronteira é marcada por uma dualidade própria de uma zona híbrida de individuais e coletivas, que atrai e repele, de forças centrífugas e centrípetas, que se for mais bem observada naqueles pontos focais de interação representam tanto os limites do território brasileiro, quanto uma porta para uma reterritorialização internacional.

Em Boa Vista, o Centro Territorial Tecnológico continua a fornecer conhecimentos aos universitários regularmente matriculados na Universidade Federal de Roraima. Cada curso da UFRR, a seu critério poderá utilizar a carga horária do projeto como horas complementares ou de estágio, conforme regras próprias que

Referências

- CAMARGO, A.C. et al. *Produção e disseminação de informação tecnológica: a atuação da Inova – Agência de Inovação da UNICAMP*. Transinformação, v. 19, n. 3, p. 265- 277, 2007.
- COSTA, Graciete Guerra da. *Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira*. Tese de Pós-doutorado defendida na Universidade de Brasília, 2014.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Estimativas de população residente no Brasil e Unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em 17 outubro 2018.
- Indicadores de Investimento em Educação INEP, 2013.
- Indicadores Educacionais INEP, 2014.
- MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia - Manual de inovação / Liliane Rank, Gustavo Emediato, Héctor Hemán González Osorio, coordenação. Brasília: Movimento Brasil Competitivo, 2008.
- UFRR, Universidade Estadual de Roraima. 3º Encontro Regional Norte de História da Mídia. Boa Vista-RR, 2014.

Áreas de Preservação Permanente Urbanas na região Norte: um grande parque linear nas margens da Lagoa dos Índios

Áreas de Preservación Permanente Urbanas en la región Norte: un gran parque linear en los margenes de la Laguna de los Índios

Urban Permanent Preservation Areas in the North: a large linear park on the shores of the Lagoa dos Índios

José M. M. Medeiros

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (2016). Professora efetivo da Universidade Federal do Tocantins.
E-mail: medeirosjose@gmail.com

Brenda B. Uliana

Graduada pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (2019).
E-mail: uliana.brenda.b@gmail.com

RESUMO

As áreas de várzea, conhecidas como “ressacas”, são áreas de preservação permanente marcantes na paisagem periurbana da cidade de Macapá, capital do Amapá. Essas áreas vêm sendo ocupadas de forma acelerada e espontânea, devido à falta de planejamento urbano. Os projetos de parques lineares ao longo de cursos d’água podem ajudar na recuperação das margens, trazer benefícios ecológicos, além de servir como uma opção de lazer para a população. Um trecho da Lagoa dos Índios, objeto deste estudo, foi recentemente aterrado para a ampliação da Rodovia Duca Serra, o que levou ao Ministério Público do Amapá mover uma ação contra o governo do estado, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta que visa a criação do “Parque Urbano da Lagoa dos Índios”. Objetiva-se investigar os conflitos da futura implantação de um parque linear nas margens da Lagoa dos Índios. A metodologia utilizada consiste em visitas de campo, revisão bibliográfica sobre planejamento de parques lineares, diagnóstico, mapas temáticos, entre outros. As medidas estão sendo tomadas lentamente pelo poder público, mas para que haja a recuperação do bioma das áreas alagadas é necessário um projeto paisagístico que ajude a conter essas ameaças e esteja adequado às características socioambientais amazônicas.

Palavras-chave: Parques lineares; Região Norte do Brasil; Paisagismo ecológico; Áreas de preservação permanente, Lagoa dos Índios, Parques Urbanos.

RESUMEN

Las áreas de várzea, conocidas como "resacas", son áreas de preservación permanente marcadas en el paisaje periurbana de la ciudad de Macapá, capital de Amapá. Estas áreas están siendo ocupadas de forma acelerada y espontánea, debido a la falta de planificación urbana. Los proyectos de parques lineales a lo largo de cursos de agua pueden ayudar en la recuperación de los márgenes, traer beneficios ecológicos, además de servir como una opción de ocio para la población. Un trecho de la Laguna de los Indios, objeto de este estudio, fue recientemente aterrizado para la ampliación de la Ruta Duca Serra, lo que llevó al Ministerio Público de Amapá a moverse una acción contra el gobierno del estado, por medio de un Término de Ajuste de Conducta que busca la creación del "Parque Urbano de la Laguna de los Indios". Se pretende investigar los conflictos de la futura implantación de un parque lineal en las márgenes de la Laguna de los Indios. La metodología utilizada consiste en visitas de campo, revisión bibliográfica sobre planificación de parques lineales, diagnóstico, mapas temáticos, entre otros. Las medidas están siendo tomadas lentamente por el poder público, pero para que haya la recuperación del bioma de las áreas inundadas es necesario un proyecto paisajístico que ayude a contener esas amenazas y esté adecuado a las características socioambientales amazónicas.

Palabras clave: Parques lineales; Región Norte de Brasil; Paisajismo ecológico; Áreas de preservación permanente, Lagoa de los Indios, Parques Urbanos.

SUMMARY

The várzea areas, known as "hangovers", are permanent permanent preservation areas in the peri-urban landscape of the city of Macapá, capital of Amapá. These areas have been occupied in an accelerated and spontaneous way, due to the lack of urban planning. Line parks projects along water-courses can help restore banks, provide ecological benefits, and serve as a leisure option for the population. A section of the Lagoa dos Índios, the object of this study, was recently landed for the expansion of the Duca Serra Highway, which led the Amapá Public Prosecutor's Office to file a lawsuit against the state government, through a Term of Conduct Adjustment the creation of the "Urban Park of the Lagoon of the Indians". The objective is to investigate the conflicts of the future implantation of a linear park on the banks of the Lagoa dos Índios. The methodology used consists of field visits, bibliographic review on planning of linear parks, diagnosis, thematic maps, among others. Measures are being taken slowly by the government, but for the recovery of the biome of flooded areas requires a landscape project that helps to contain these threats and is appropriate to the socio-environmental characteristics of the Amazon.

Keywords: Linear parks; Northern Region of Brazil; Ecological landscaping; Areas of permanent preservation, Lagoa dos Índios, Urban Parks.

Introdução

Durante meados do século XX, muitos rios urbanos foram retificados e canalizados. As margens eram drenadas e planejadas, para o aproveitamento dos solos para a expansão urbana, assim como o plantio. Com a perda das matas ripárias, as vazões naturais foram alteradas, e as águas passaram a escoar com maior velocidade, aumentando os riscos de erosão e inundações, trazendo grandes prejuízos para os ecossistemas. No entanto, verifica-se que, sobretudo em nosso país, a temática de integração dos aspectos socioculturais e biofísicos relativos às orlas urbanas ainda é pouco abordada, mesmo nas iniciativas do poder público.

É somente a partir da metade do século XX, no entanto, que surgiram teorias, paradigmas e conceitos, ainda vagos, sobre uma relação homem-natureza que respeitava o meio ambiente. Mas é principalmente a partir das décadas 1980 que várias metodologias e modelagens de espaços livres, sobretudo aqueles ao

longo de rios, foram estudadas e postas em prática.

Os projetos de parques lineares ao longo de cursos d'água podem ajudar na recuperação das margens que foram retificadas ou alteradas de alguma forma, e, além dos benefícios ecológicos, também trazem muitos benefícios para a recreação da população. No entanto, eles geralmente necessitam de grandes áreas verdes e investimentos, porém sua implantação é simples, sendo práticas possíveis de serem realizadas mesmas com as restrições existentes no meio urbano.

No entanto, verifica-se que, no Brasil, poucos são os projetos de recuperação de rios urbanos que têm sido criados com a abrangência dos exemplos internacionais. Existe uma grande dificuldade na implantação das propostas no contexto nacional. Na maioria das vezes, os planos são implantados apenas parcialmente, devido à falta de investimentos e à falta de vontade política.

É grande o número de áreas de várzea situadas nas zonas urbanas e periurbanas da cidade de Macapá, capital do Amapá, co-

nhecidas como “ressacas”. Estas áreas vêm sendo ocupadas de forma acelerada e desordenada, devido à falta de planejamento urbano. Conforme Medeiros (2016), os projetos de parques lineares ao longo de cursos d’água podem ajudar na recuperação das margens que foram retificadas ou alteradas de alguma forma, e, além dos benefícios ecológicos, também trazem muitos benefícios para a recreação da população.

A criação de uma legislação ambiental no contexto brasileiro, como a criação das Áreas de Preservação Permanente e seu aproveitamento no estudo de um futuro projeto para a Lagoados índios, na zona oeste de Macapá, foi inspirada em muitos conceitos advindos da metodologia de implantação de parques lineares. A característica principal dos parques lineares, segundo Ahern (1995), é a sua linearidade e que a rede formada pelos seus caminhos deve criar vínculos e conexões espaciais em várias escalas. Também são espaços predominantemente multifuncionais e que os objetivos devem levar em conta as questões ambientais e

econômicas.

“Os parques lineares estão se tornando ferramentas importantes para o planejamento de espaços livres urbanos e criação de políticas públicas voltadas à busca de uma melhor qualidade de vida para a população”. (MEDEIROS, 2016, p.68)

No momento contemporâneo, existe no planejamento, ativa prerrogativa de recuperação e preservação ambiental com enfoque nos recursos hídricos e nos corredores verdes, demonstrando que há uma contínua preocupação e inserção das questões ambientais na criação de espaços livres mais equilibrados.

Morfologicamente, portanto, os parques lineares caracterizam-se pela pequena dimensão no sentido da largura em relação ao seu comprimento. Segundo Macedo (2012), a finalidade de um parque linear está sempre centrada no aproveitamento formal e conservação de um corpo d’água ou de remanescentes de matas nativas, sendo que esses elementos

sempre balizam morfologicamente o logradouro.

Abordagem conceitual de parques lineares

Em termos teóricos, há uma clara tendência à utilização da Ecologia da Paisagem em projetos de parques lineares. Do ponto de vista histórico, há clara proximidade de criação de caminhos ao longo de rios, propostas já utilizadas empiricamente por Frederick Law Olmsted. Este projetista introduziu o conceito de *parkways* em 1865, conceituando-os como caminhos que ligam parques e espaços abertos entre si e com suas vizinhanças. Seus ideais visionários foram empregados com sucesso no final dos anos 1860 no Sistema de Parques para Boston, que ficou conhecido como “Boston’s Emerald Necklace”, o “Colar de Esmeralda de Boston”, de aproximadamente 7,2 km de extensão.

Olmsted enfatizava preocupações sociais e estéticas na maioria dos seus trabalhos porque eram as necessidades mais importantes

do seu tempo. No entanto, para o desenho do sistema de parques de Boston, ele também endereçou problemas de drenagem e qualidade da água. O “Emerald Necklace” tornou-se um dos projetos mais famosos de Olmsted, na qual as soluções ambientais e as necessidades de lazer e descanso da população foram relacionadas em uma solução única.

Como referencial para se entender as principais diretrizes para o planejamento de parques lineares, tomaremos como referência os estudos da Ecologia da Paisagem, dentre os quais, principalmente conceitos o conceito de “corredor” (Forman e Godron, 1986; Forman, 1995) e dos “corredores verdes” (Smith e Hellmund, 1993; Ahern, 1995; Fá-bos, 1995, 2004).

Na década de 90, Forman (1983, 1995) ilustrou as principais funções ecológicas desempenhadas pelos corredores: habitat, conectividade, filtro ou barreira, fonte e depósito. Os corredores, para esse autor, também são importantes na proteção da biodiversidade, no gerenciamento de recursos hídricos, como melhora

da qualidade da água e controle de cheias, no aumento da produtividade agroflorestal, na recreação, na coesão cultural e de comunidades e na diversificação de rotas para espécies isoladas em reservas.

Conforme Giordano (2000), na literatura internacional, o conceito de parques lineares está muito ligado ao conceito de corredores verdes, ou seja, um termo que está imbuído de conceitos da Ecologia da Paisagem. No livro *Greenways: a guide to planning, design, and development* (1993), Flink e Searns (1993) conceituam corredores verdes como espaços livres lineares que preservam e restauram a natureza em cidades, subúrbios e áreas rurais, provando ser o conceito mais inovador de proteção do solo nesta década.

Para que os corredores verdes cumpram melhor suas funções ecológicas, devem, preferencialmente, acompanhar os cursos d'água, pois assim auxiliarão no trânsito de espécies silvestres, assim como no equilíbrio do ciclo hidrológico, "contribuindo inclusive para o controle da permeabi-

lidade da cidade de forma fracionada e adequada" (BROCANELLI, 2007, p.225).

Várias metodologias têm sido desenvolvidas para conceber corredores verdes eficazes. Sensoriamento remoto, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e quantificação da fauna, flora, ambiente físico e perturbação antrópica são amplamente utilizados em análises baseadas em realizações de mapas temáticos. As pesquisas envolvendo a análise ambiental de uma área de estudo, em que são identificados vários condicionantes e realizados uma sobreposição de informações, ficaram conhecidos como "Métodos de Apropriação da Paisagem" (*Landscape Suitability Approach*) e têm forte tradição com planejamento ambiental (McHarg, 1969; Steinitz, Parker e Jordan, 1976; Smith e Hellmund, 1993; Searns, 1995; Giordano e Riedel, 2006; M'Ikiugu, Kinoshita e Tashiro, 2012, entre outros).

Um dos primeiros estudiosos a conceituar os corredores verdes foi Ahern (1995), na metade da década de 90. Ele faz uma contribuição importante, na medida em

que suas definições se adequam ao planejamento de parques lineares urbanos. A característica principal desses espaços, segundo Ahern, é a sua linearidade e que a rede formada pelos seus caminhos deve criar vínculos e conexões espaciais em várias escalas. Também são espaços predominantemente multifuncionais e que os objetivos devem levar em conta as questões ambientais e econômicas.

Morfologicamente, portanto, os parques lineares caracterizam-se pela pequena dimensão no sentido da largura em relação ao seu comprimento. Segundo Macedo (2012), a finalidade de um parque linear está sempre centrada no aproveitamento formal e conservação de um corpo d'água ou de remanescentes de matas nativas, sendo que esses elementos sempre balizam morfologicamente o logradouro. Sua configuração espacial estende-se pelo equivalente a muitas quadras e corta áreas significativas do tecido urbano. Ainda segundo esse autor, eles tornaram-se comuns recentemente no Brasil, levando ao surgimento de inúmeros espa-

ços livres públicos, ou ao menos à criação de estoques de terras para a criação de futuros parques. Conforme Macedo (2012):

Os parques lineares, típicos dos anos 2000, caracterizam-se pelo apelo conservacionista dos seus princípios geradores, que condicionam a sua existência, a princípio, à proteção de corpos d'água, em especial pequenos rios e riachos (MACEDO, 2012, p. 164).

Existem várias metodologias de planejamento de parques lineares, que dependem de diferentes fatores. Segundo Flink e Searns (1993), existem dois fatores-chave para o início de qualquer plano: uma completa investigação da área onde será implantado o parque linear e o futuro envolvimento com o público.

Eles sugerem um processo de planejamento de parques lineares composto por três fases principais: inventário e análise (levantamento dos recursos naturais e culturais do corredor), preparação do plano conceitual (definição de metas, objetivos e programa de ações recomendadas) e preparação do plano final (docu-

mento especificando e alocando todas as modificações propostas para a área, com detalhada estimativa de custos). Segundo Giordano e Riedel (2006):

As informações reunidas na fase de inventário devem ser reorganizadas conforme a técnica de sobreposição de mapas, proposta por McHarg, subsidiando, assim, a segunda fase do processo de planejamento, a de preparação do plano conceitual. Nessa fase, são definidos os objetivos (GIORDANO E RIEDEL, 2006, p.141).

Giordano e Riedel (2006) entram no detalhamento do planejamento dos parques lineares, detalhando as várias metodologias e as várias etapas desde o plano conceitual até a concepção do projeto executivo.

Os planos conceituais normalmente são apresentados de forma gráfica ou dissertativa e devem apresentar alternativas de desenvolvimento, considerando as vantagens e desvantagens de cada uma. Na fase de preparação do plano final, uma das formas de desenvolvimento para o parque linear

deve ser escolhida e apresentada, contendo sua localização exata, medidas de proteção e conservação dos recursos naturais, forma de acesso e infraestruturas disponíveis, especificações de manejo, estimativa de custos de implantação e estratégias de desenvolvimento (GIORDANO E RIEDEL, 2006, p.141).

Conclui-se que o desenvolvimento tecnológico e a utilização de técnicas computacionais avançadas em constante evolução revelam-se de grande interesse para a investigação e a elaboração de estudos de análise da paisagem. O refinamento e a continuação de pesquisas sobre esse tema podem ajudar projetistas e entidades governamentais locais a criar espaços ambientalmente equilibrados em suas comunidades.

Parques lineares da região Norte

A implantação de parques lineares ainda é pouco difundida no Brasil, por isso foi elaborado pelos autores, através de uma pesquisa de iniciação científica da

Universidade Federal do Amapá, em 2017, um “glossário de parques lineares” das diversas regiões do Brasil. Segundo Macedo (2012), as capitais da região Norte iniciam o século XXI aproveitando paisagisticamente os trechos de suas extensas orlas fluviais, que eram antes ocupadas por casario e instalações portuárias, de acesso bastante difícil ao cidadão.

Na cidade de Manaus, em 2007, a Secretaria de Meio Ambiente municipal decidiu instalar um parque linear ao longo do Igarapé do Mindu (figura 1 e 2) com caráter de corredor ecológico, tendo que promover um trabalho de remoção de muitas famílias que lançavam dejetos domésticos no rio.

Figura 1 e Figura 2. Imagem de satélite e entrada do Parque do Mindu.



Fonte: disponível em <<http://melhorespontos-turisticos.com.br/parque-municipal-mindu-manaus-ponto-turistico-de-manaus/>>. Acessado em 26/02/2019.

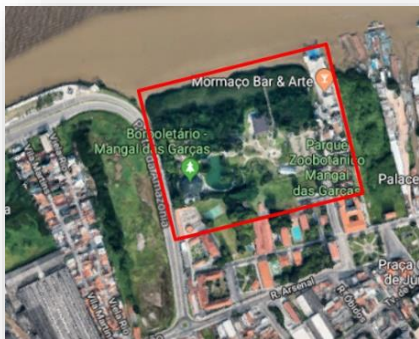
Já no estado do Pará, foram traçados calçadões associados a praias fluviais: Orla do Mosqueiro (2003), Orla do Outeiro (2005) e Orla do Icoaraci (2003-2004). Porém os melhores exemplos, no entanto, estão em Belém, cidade da qual durante duas gestões consecutivas foram implantadas diversas propostas paisa-

gísticas ao longo da orla da baía de Guajará, tanto pelo governo estadual quanto pela municipalidade. Esses projetos foram implementados junto à área central e cujo objetivo foi integrar a cidade com o rio, visto que ela se encontrava isolada das águas por uma barreira de construções. O parque Mangal das Garças, de autoria de Rosa Kliass, tem o caráter de parque temático, sendo um parque urbano de forte apelo cenográfico e turístico, com seus viveiros e fontes (Fig. 3 e 4).



Fonte: Google Maps, 2019. Acervo dos autores, 2018.

Figura 3 e Figura 4. Mirante e Vista aérea do Parque Zoológico Mangal das Garças.



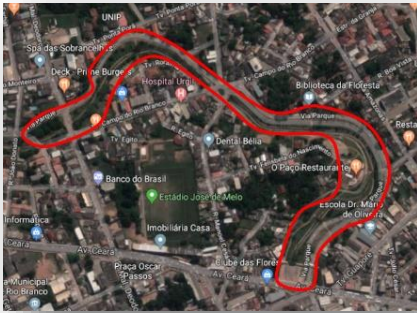
No estado do Acre, o Parque da Maternidade nas margens do igarapé da Maternidade (2002) cruza toda a cidade de Rio Branco, é um projeto de coordenação dos arquitetos Alejandra Devecchi e Eliane Guedes. O parque foi criado para evitar enchentes, conservar as águas e vegetação por meio de um corredor verde para proporcionar lazer e qualidade social do espaço público da cidade (Fig. 5 e 6).

Após a requalificação paisagística com áreas verdes, calçadas e ciclovias, o espaço se tornou um lugar de convivência e atração de pessoas e valorizou o entorno, sendo um destino também de compras e lazer (MEDEIROS, 2016). O projeto do parque possui

caráter de corredor ecológico, tendo que promover um trabalho de remoção de muitas famílias que lançavam dejetos domésticos no rio (Fig. 5 e 6).

Anauá.

Figura 5 e 6. Imagem de satélite e caminhos do Parque linear da Maternidade.



Fonte: Google Maps, 2019 e <<https://www.flickr.com/photos/vandimylen/4469291070/>> Acessado em 24/02/19.

Fonte: Google Maps, 2019 e <<https://br.pinterest.com/pin/342273640405677095/>> Acessado em 24/02/19.

No extremo norte do país, no estado de Roraima, o parque Anauá, em Boa Vista, é considerado o maior parque urbano da região Norte, criado em 1983, concentra diversas atividades culturais, de esporte, lazer, contemplação da natureza e entre outros (Fig. 7 e 8). Este parque ajuda a conservar as margens do Lago

Figura 7 e 8. Vista aérea e Barracão do Parque

dos Americanos e contém resquícios do bioma de savana, também conhecido como “lavrado”, sendo de fundamental importância diante das ameaças de expansão urbana e do agronegócio.

O Parque dos Povos Indígenas é o primeiro parque linear do estado de Tocantins (Fig. 9 e 10). Foi inaugurada a primeira de oito etapas do projeto em agosto de 2017, quando concluído, possuirá 17 km de extensão. O local funciona como um corredor ecológico e detém equipamentos de esporte, lazer e educação ambiental, além de valorizar a cultura local das etnias indígenas do Tocantins. Vale ressaltar que foram construídos túneis para passagem de animais para conectar com outros corredores verdes dos futuros parques lineares.

Figura 9 e 10: Parque dos Povos Indígenas e Pista de skate.



Fonte: disponível em GoogleMaps, acesso em fevereiro de 2019.

A maioria dos parques apresentados na Região Norte foram implantados a partir dos anos 2000 com objetivos semelhantes em atender demandas de preservação ambiental e de espaços públicos para a população. No entanto, verifica-se que sob um ponto de vista regional poucas são as políticas públicas que abarcam os projetos de recuperação

de rios urbanos de forma abrangente. Existe uma grande dificuldade na implantação das propostas nas prefeituras. Na maioria das vezes, os planos quando são implantados, são efetivados apenas parcialmente, devido à falta de investimentos e à falta de vontade política.

O parque Mangal das Garças, em Belém, tem um modelo de gestão diferente dos demais, pelo fato de ser mantido por iniciativa privada, ter o acesso controlado além de atrações pagas. A cidade de Macapá, apesar de ser cortada por vários canais urbanos, não possui um parque linear. A cidade é banhada pelo rio Amazonas, possui extensas áreas alagadas, e um grande potencial para implantação de parques lineares nas Áreas de Preservação Permanente de seus córregos e canais.

A criação de uma legislação ambiental no contexto brasileiro, como a criação das Áreas de Preservação Permanente e seu aproveitamento no diagnóstico da Lagoa dos Índios em Macapá, foi inspirada em muitos conceitos apresentados neste capítulo. No próximo item será feito uma aná-

lise das APP's na região amazônica.

Áreas de preservação permanente na Amazônia

Conforme Medeiros (2016), uma das principais críticas dos ruralistas ao Código Florestal brasileiro é a sua falta de embasamento científico para a definição das metragens das faixas de APPs. Porém, os ambientalistas afirmam que se forem realizados estudos nesse sentido, a metragem mínima a ser protegida para se garantir a preservação da biodiversidade seria muito superior às atuais vigentes na lei. Metzger (2010), por exemplo, alerta para o fato de que apesar de não haver base científica para definir as larguras das APPs, em muitos casos estas deveriam ser muito maiores do que as estipuladas na lei. O pesquisador se questiona se essa largura não deveria variar com a topografia da margem, com o tipo de solo, com o tipo de vegetação, ou com o clima e em particular com a pluviosidade local.

É importante ressaltar que o

conhecimento dos processos ecológicos atuantes nas zonas ripárias ainda é muito limitado. Conforme Lima (1996), os estudos das larguras de faixas de proteção ao longo de margens de cursos d'água não são conclusivos. Para esse autor:

“Os limites da zona ripária, do ponto de vista geomorfológico, não são facilmente delimitados; podem variar bastante ao longo da microbacia e, principalmente, entre diferentes microbacias, em função das diferenças de clima, geologia e solos [...] Não existe ainda nenhum método definitivo para o estabelecimento da largura mínima da faixa ripária que possibilite uma proteção satisfatória do curso d'água” (LIMA, 1996, p.312).

De acordo com o atual Código Florestal (Lei nº 12.651/12, art. 4º, I) as áreas de Preservação Permanente devem ser demarcadas a partir do leito regular do corpo d'água. Entretanto, esse conceito de regularidade de leito de rios não é aplicável para Amazônia, onde existem variações diárias e sazonais. A amplitude entre os níveis máximo (pico de cheia) e mí-

nimo (vazante) pode variar em até 20 metros.

Na versão anterior do Código Florestal a demarcação era feita a partir do leito mais alto do rio. Essa modificação da Lei, conforme Laurindo e Gaio (2014) representa um grave prejuízo ambiental, pois implica em redução das dimensões das APPs, desrespeitando o princípio da proibição de retrocesso ambiental adotado pela Constituição de 1988. Conforme estes autores:

“A diminuição do referido espaço ambiental protegido não se baseou em estudos técnicos e científicos, o que demonstra a ausência de justificativa constitucional para o referidamedida, por consequência, não se pode aqui invocar a aplicação dos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade” (LAURINDO E GAIO, 2014, p.08).

Na Amazônia as várzeas e áreas úmidas desempenham um papel ecológico fundamental no equilíbrio ecossistêmico local, além de proporcionar bens e serviços para o homem. Particularmente no estado do Amapá, é

grande o número de áreas de várzea situadas nas zonas urbanas e periurbanas das cidades de Macapá e Santana. Estas áreas vêm sendo ocupadas progressivamente, devido à falta de planejamento urbano e de políticas públicas adequadas para o produtor rural, agravado pelos altos índices migratórios de pessoas oriundas de outros estados da Federação brasileira.

Figura 11. Pressão urbana sobre áreas alagadas em Macapá, AP – Lagoa dos Índios.



Fonte: disponível em <www.uz7spotting.com.br>. Acesso em janeiro de 2017.

As áreas úmidas de Macapá e Santana, cidades tipicamente amazônicas, sofrem intensa ocupação urbana, apresentando expressiva deterioração da qualidade ambiental, devido, principalmente, ao lançamento direto nos corpos d'água de dejetos e efluentes domésticos não trata-

dos (Fig. 11). O Igarapé da Fortaleza (principal curso d'água que liga às principais ressacas de Macapá e Santana) e a Lagoa dos Índios possuem um significativo grau de degradação ambiental, onde a retirada das matas ciliares, erosão das margens, assoreamento intensivo e urbanização desordenada, trazem reflexos negativos para a qualidade da água.

Apesar dos assentamentos informais em áreas de APP compreenderem a principal tensão entre as agendas ambiental e urbana, é preciso reconhecer que os pobres não são os únicos atores (Maricato, 1996). A omissão do poder público e a ganância de proprietários fundiários e imobiliários também são responsáveis pelas ocupações em APPs.

Como afirma Romero (2001) uma consequência da expansão urbana no Brasil tem sido a redução de áreas com vegetação nativa devido às intervenções que desconsideram completamente os elementos naturais da paisagem. A prática da construção concretiza-se sem considerar os impactos que provocam no meio ambiente, repercutindo não so-

mente no desequilíbrio do meio, como também no conforto e na salubridade da população urbana.

Diagnóstico da lagoa dos índios – Macapá

O setor costeiro estuarino ou amazônico do Amapá é banhado pelas águas do rio Amazonas e se caracteriza por possuir planícies fluviais inundáveis denominadas localmente como "ressacas". A ressaca da Lagoa dos Índios é um ecossistema rico e biodiverso, drenado por água doce, ligada ao curso principal d'água, o Igarapé da Fortaleza, e influenciada fortemente pela pluviosidade.

O processo de ocupação das áreas de ressaca na cidade de Macapá teve início por volta da década de 1950. No entanto, é a partir da segunda metade da década de 1980 que este processo de ocupação se intensificou, fazendo com que a alteração na estrutura dessas áreas acontecesse de forma cada vez mais acelerada (Portilho, 2010).

Desde 1999 as áreas de ressaca

foram tombadas como patrimônio natural (Lei n. 0455/1999 revogada pela Lei n. 835/2004) e passaram a ser proibidas instalações de atividades poluidoras, usos do solo que intensificassem processos erosivos e atividades lesivas à biodiversidade. Além do mais, o Plano Diretor de Macapá-AP, Lei Municipal nº 029/2004, reconheceu as áreas de ressacas como patrimônio ambiental municipal e determinou várias ações de uso e conservação.

Ao longo do tempo as intervenções na Lagoa dos Índios, passaram de quase imperceptíveis a degradadoras, devido às atividades relacionadas com a expansão urbana desordenada, intensificadas nas décadas de 1980 e 1990 ocasionando diversos conflitos socioambientais (VARGAS e BASTOS, 2013).

Em decorrência dos impactos antrópicos em ressacas de Macapá e Santana, no início da década de 2000 foram realizados os primeiros estudos específicos para a caracterização e diagnóstico dessas áreas (TAKIYAMA, 2004; TAKIYAMA, 2012). Os diagnósticos apontaram que as

principais atividades que causam impactos ambientais nessas áreas são: ocupação desordenada do solo, queimadas intencionais, descarte inadequado de resíduos e pastagem para os búfalos. Outras atividades comuns nas áreas de ressaca são: a extração de argila para olarias, a caça e a pesca de subsistência, a piscicultura, a navegação, a extração vegetal e a recreação.

O primeiro instrumento legal de preservação das ressacas foi o Decreto 4297/2002, que delimita o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Amapá (PZEE-AP). A partir de 2004, quando entra em vigor um novo plano diretor de Macapá, houve diversos avanços na elaboração de legislação voltada para a proteção das áreas verdes. Entre diversas leis criadas, a mais recente é a Lei complementar 030/2004 que prevê projeto de parcelamento para áreas verdes, do qual as ressacas fazem parte (Thomaz, Santos e Ferreira, 2017).

Percebe-se um grande avanço na elaboração de critérios para ordenar o uso das ressacas e seus instrumentos legais de proteção,

entretanto, esses documentos pouco foram efetivados, sendo cada vez mais difícil investir em políticas públicas para remanejar pessoas dessas áreas. A implementação do Decreto (PZEE-AP) é exemplo dessa dificuldade de efetivação, como apresentado por Takiyama et. al:

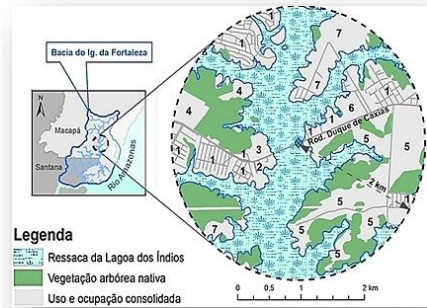
Em 2009, já com muito atraso, iniciaram-se as atividades de execução do projeto do ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO URBANO DAS ÁREAS DE RESSACAS DE MACAPÁ E SANTANA, ESTADO DO AMAPÁ pelo IEPA, financiado pelo Ministério Público do Estado do Amapá:(...) Já se passaram vários anos desde o sancionar da Lei Estadual 835/2004 e das Leis que instituem os Planos Diretores de Macapá e Santana e muito pouco se avançou nas ações de proteção das ressacas de Macapá e Santana (TAKIYAMA ET AL., 2012, p.81).

Em relação à Lagoa dos Índios, Bastos (2006), destaca que as atividades executadas no entorno desta vêm ocasionando seu assoreamento e alterando a morfologia de drenagens. Essa autora verificou o descarte de efluentes lí-

quidos e detritos domésticos produzidos pela presença de atividades de órgãos públicos e das habitações. Essa prática está relacionada à falta de monitoramento e fiscalização pelos órgãos ambientais, mas, sobretudo, pela ausência de infraestrutura urbana do município que não oferece serviços de saneamento básico (Bastos, 2006).

No entorno da área de ressaca da Lagoa dos Índios observou-se significativas modificações na ocupação do solo. De acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Macapá (Lei nº 029/2004) essa área era prevista como Setor Residencial. Em 2009, essa área não possuía edificações, mas ao longo do tempo passou a ser ocupada em decorrência da expansão urbana, que ocorreu de forma horizontal e desordenada. As análises da imagem de satélite demonstram que a região passou por um processo de desmatamento da vegetação nativa dando lugar ao bairro conhecido popularmente como "Marabaixo IV", uma expansão do bairro Marabaixo (Fig. 13).

Figura 12 e 13. Localização da área de estudo e Uso do solo na Lagoa dos Índios.



Fonte: Adaptado de Araújo, 2015.

Percebe-se na figura 13, na zona tracejada, a ocupação do bairro Marabaixo IV que se formou nos últimos anos. O fator da maior facilidade de acesso à zona leste pela rodovia Duca Serra induziu a expansão e ocupação sem o planejamento na área da Lagoa

dos Índios, e que ainda não há uma atualização do plano diretor, defasado desde 2014, e nem um plano de manejo para essa zona.

Através de visitas de campo foi percebido que os habitantes do bairro Marabaixo IV são em sua maioria de baixa renda. A infraestrutura do local é precária, contando apenas com uma iluminação pública nos principais acessos. Não existe rede de água encanada e de coleta de esgoto, a pavimentação é recente e está nas vias principais. Em relação ao abastecimento de água observou-se que a população perfura poços sem projetos ou licenciamento. Há ainda alguns loteamentos e casas de renda média-alta que invadem a área de ressaca com infraestruturas para lazer e atividades agrícolas.

Deste modo, os principais problemas ambientais encontrados na área em estudo da Lagoa dos Índios são gerados pela ocupação desordenada tanto de classe baixa quanto alta e pelo aterramento da duplicação da rodovia Duca Serra, que contribui tanto para o aumento de fluxo de veí-

culos, quanto para a expansão urbana em seu entorno. No item a seguir serão apresentados os resultados obtidos, referentes ao entendimento dos conflitos atuais que impedem a implantação de um parque linear nas margens da lagoa.

Resultados obtidos

A ressaca da Lagoa dos Índios funciona como uma bacia de acumulação de águas pluviais e sofre influência da bacia do Igarapé da Fortaleza. A Lagoa dos índios é a maior área de ressaca de Macapá, com aproximadamente 8.892 Km², é conectada a outras ressacas e sua extensão passa por vários bairros de Macapá e Santana.

Ao longo dos anos o fluxo de veículos ficou intenso na rodovia Duca Serra em consequência da expansão urbana para a zona leste, com a presença de vários condomínios residenciais e empresas. O governo do estado do Amapá tomou a medida de duplicar a rodovia para facilitar o escoamento em 2017, o que aterrou parte da área alagada.

O Ministério Público do Es-

tado do Amapá entrou com um recurso para a geração de um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta nº 025/2017 MP/PRO-DEMAC para amenizar os efeitos do aterramento (Fig. 8), em que o documento exige a implantação de um parque urbano ao longo das margens da Lagoa dos índios¹⁶.

Segundo o Ministério Público do Estado do Amapá, este será o maior parque urbano da região Norte, porém não houve até o momento a delimitação exata de seu perímetro. Estudos para a implantação estão sendo realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do estado, que deveria entregar um relatório técnico em janeiro de 2018, porém pediu mais tempo para elaborar tal documento.

Figura 14. Início do aterro da obra de duplicação da rodovia Duca Serra.



Fonte: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/para-reduzir-impactos-ambientais-com>>. Acessado em agosto de 2017.

Foi realizado no dia 16 de março de 2018 uma consulta pública sobre o TAC na quadra poliesportiva da Faculdade de Macapá (FAMA), a reunião estava marcada para 9 horas e iniciou apenas 10 e meia da manhã, sendo que houve falas de diversos parlamentares por longos períodos até ser falado sobre a proposta próximo de meio dia, momento em que muitas pessoas já haviam ido embora.

A intenção inicial do TAC era de implantar um grande parque urbano, porém, pode ter ocorrido uma falta entendimento sobre o que representa um parque, ora

¹⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/para-reduzir-impactos-ambientais-com-duplicacao-de-rodovia-lagoa-dos-indios-vai-virar-parque-ecologico.ghtml>> Acessado em agosto de 2017.

confundido com reserva ambiental, praça, e entre outros. A definição dos parques urbanos do Brasil é pouco precisa na atualidade, muitos parques de pequeno porte possuem características de praças de vizinhança (MACEDO, 2010). O mesmo autor afirma que parque urbano é:

Todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno. (MACEDO, 2010, p.14).

Os autores estiveram na consulta pública e perguntaram se havia intenção de implantação de um parque urbano como resultado do TAC, entretanto foi respondido pela SEMA que não, pois a proposta é de demarcação apenas de novas áreas de proteção, em que uma delas está na ressaca da Lagoa dos Índios.

A proposta foi apresentada pela Secretaria de Meio Ambiente - SEMA para a criação da Área de

Proteção Ambiental - APA da Lagoa dos Índios, APA Igarapé da Fortaleza e Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE Tacacá. A consulta pública teve caráter de sugestões para alterações nas áreas definidas como APA's, a delimitação dessas áreas estava prevista para agosto de 2018, de acordo com o secretário da SEMA na época, conhecido como Bernardino, entretanto até fevereiro de 2019 isso ainda não ocorreu.

O levantamento da SEMA foi secundário e foram realizadas algumas visitas de campo nas futuras áreas de proteção. Vale ressaltar que não foi explicada na consulta pública a real origem do TAC, o aterramento ocasionado pela duplicação da rodovia Duca Serra e nem quem é o responsável, o Governo do estado.

Foi elaborado um relatório técnico (SEMA, 2017) sobre o TAC, o documento apresenta um diagnóstico das áreas a serem protegidas baseado em bibliografias e visitas de campo para uma caracterização do meio biológico, físico, potencial para visitação pública, socioeconômico e da situação fundiária.

Neste diagnóstico foram apontados os seguintes problemas ambientais nas áreas de ressaca analisadas: Desequilíbrio ecológico nas ressacas; Risco de proliferação de doenças; Acúmulo de lixo doméstico; Risco de afogamento em épocas de fortes chuvas; Carência de infraestrutura; Risco de incêndio, principalmente nos períodos de estiagem (SEMA, 2017, p.18). Dessa forma, é necessária a implantação de infraestrutura e de planos de manejo para cada unidade ter sua conservação garantida (SEMA, 2017).

Apesar disso, é feita uma crítica sobre o desinteresse dos próprios órgãos públicos em realizar a gestão das ressacas “Verificou-se a falta de interesse dos órgãos públicos, para a grande problemática ambiental que atingem as áreas de ressacas localizadas no centro urbano da cidade de Macapá” (...) (SEMA, 2017, p.19).

Foi publicado no website do governo¹⁷ que a obra total da duplicação da Duca Serra está prevista para ser entregue no final de

2019, e a obra na área em estudo esteve parada desde 2018, apenas com o aterro, e agora está sendo construída uma ponte de duplicação orçada em 7,7 milhões prevista para entrega em agosto de 2019.

Figura 15 e 16. Placa de obra da ponte na rodovia Duca Serra. Obra da duplicação da ponte na rodovia Duca Serra.



¹⁷ Website do Governo do Amapá. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/ler_noticia.php?slug=2301/governo-inicia-construcao-da-nova-ponte-na-lagoa-dos-indios> Acessado em 23/02/2019.

Fonte: Website do Governo do Amapá¹⁸ e acervo dos autores, 2019.

Ainda sobre a mesma notícia, o orçamento para a obra da duplicação da ponte na rodovia também contempla outros elementos apontados:

“De acordo com a Setrap, a estrutura foi planejada para suportar a movimentação da água, mesmo em períodos em que a maré atinge níveis máximos de enchente, principalmente, no inverno. O projeto também prevê a revitalização de todo o entorno da Lagoa dos Índios, que mede 420 metros, onde serão construídas quatro pistas, ciclovia, área de contemplação, acostamento, sinalização e iluminação.”

Portanto, percebe-se que esta obra da ponte promete além de mais pistas de rolamento, maior acessibilidade para ciclistas e pedestres, o que é uma infraestrutura básica que tem sido implementada recentemente. O valor da infraestrutura da duplicação da rodovia Duca Serra nesse tre-

cho da Lagoa dos Índios é suficiente para implantar um parque urbano na área, mas a prioridade do Governo, a pressão de empresas e da população em geral está voltada à essa duplicação.

Em relação ao potencial da visitação, o relatório afirma que transformar as ressacas em UC's não deve afastar e sim integrar o homem à natureza e mostra a importância de implantar estruturas de visitação de baixo impacto para o turismo ecológico. É admitido que há carência de espaços públicos de lazer que integrem com a natureza e que “Pensar em estruturas com espaços de usos contínuos para esse público viabiliza a efetivação dessas UC's permitindo que se alcance seus objetivos de criação.” (SEMA, 2017, p. 21).

Para elaboração de um projeto arquitetônico de um parque urbano na Lagoa dos Índios deve-se perceber as características levantadas no diagnóstico realizado por este e os estudos anteriores, considerando os aspectos descri-

¹⁸ Website do Governo do Amapá. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/ler_noticia.php?slug=2301/governo-inicia-construcao-da-nova-ponte-na-lagoa-dos-indios> Acessado em 23/02/2019.

tos sobre planejamento ambiental de parques lineares. O projeto de um futuro parque linear às margens da ressaca da Lagoa dos Índios precisa ter um projeto paisagístico inovador e contemporâneo, mas sem desvincular-se das características locais que inspirarão a concepção de ideias.

Um parque nas margens de uma grande lagoa precisa permitir o convívio da população, desenvolvimento da educação ambiental e de expressões culturais. Deverá ser destinado à um público amplo e variado, desde a população de bairros adjacentes aos mais afastados, incluindo turistas de outros estados. Para o reordenamento espacial da área, seria importante a remoção das ocupações às margens da ressaca, que não respeitam afastamentos e usos compatíveis aos descritos pelas legislações ambientais.

Considerações finais

As áreas de preservação permanente são ecossistemas biodiversos e frágeis em termos de susceptibilidade a impactos antrópicos, e estes têm se intensificado

nas últimas décadas por falta de um planejamento urbano adequado.

Na Amazônia, a enorme quantidade de cursos d'água e áreas de várzea, somados ao modo de vida ribeirinho e a falta de suporte habitacional das capitais, tornam inevitáveis as ocupações humanas em áreas de proteção permanente. No Município de Macapá, o estudo de caso da Lagoa dos Índios exemplifica os conflitos socioambientais que ocorrem por toda Amazônia, desrespeitando as legislações ambientais e urbanas. Verificou-se escassez de estudos que abordam a quantificação da degradação ambiental e diagnóstico da situação atual das áreas de preservação permanente na Amazônia.

Há diversos problemas para a implantações de parques em Macapá como a falta de priorização de políticas públicas e recursos para tal, a gestão descontinuada a cada novo mandato, além da ausência de um planejamento urbano. Ocorre a falta de incentivos e fiscalização para usos sustentáveis das áreas de ressaca e também há mobilização social orga-

nizada para contestar as medidas do governo em propor obras de infraestrutura que degradem a área de ressaca da Lagoa dos Índios.

Os recursos destinados à implantação de infraestrutura da duplicação da rodovia Duca Serra não contemplaram a efetiva implantação de um parque urbano nas margens da Lagoa dos Índios. Não existe a previsão para a construção de equipamentos de esporte, lazer, recuperação do solo, vegetação, enfim, toda a infraestrutura paisagística necessária. Percebe-se que a administração pública tem priorizado apenas a mobilidade automotora, visando a interesses de grupos específicos, pois sabe-se que quanto mais se investe em alargamento de vias, mais se induz a compra de

veículos e congestionamentos.

É urgente a criação de novos parques lineares na região Norte devido a abundância de cursos d'água ainda recuperáveis, a carência de espaços de convivência e com problemas de drenagem urbana, em uma região de clima quente e úmido, com altos índices pluviométricos. A ressaca da Lagoa dos índios sofre ameaça de degradação pelas moradias em seu entorno e pelo grande fluxo de veículos pela rodovia Duca Serra. As medidas estão sendo tomadas lentamente pelo poder público, mas para que haja a recuperação do bioma é necessário um projeto paisagístico que contenha rapidamente essas ameaças e esteja adequado às características socioambientais amazônicas.

Referências

- AMAPÁ. Lei n. 835/2004 - Sobre a ocupação urbana e periurbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das áreas de ressaca.
- _____. Decreto 4297/2002 - delimita o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Amapá (PZEE-AP).
- AHERN, Jack. *Greenways as a planning strategy. Landscape and Urban Planning*. Volume, 33, Issues 1-3, Greenways, October 1995, p.131-155.
- ARAÚJO, Dayanne Dos Santos. *Diagnóstico Ambiental Da Lagoa Dos Índios, Macapá-Ap, Brasil*. Monografia, UEAP. MACAPÁ, 2015.
- BASTOS, Cecília Maria B., Conflitos ambientais urbanos em áreas de ressaca: Um estudo da comunidade Negra da Lagoa dos Índios em Macapá/ AP. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília -UNB.
- BROCANELI, Pérola. *O ressurgimento das águas na paisagem paulistana: fator fundamental para a cidade sustentável*. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2007.
- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Código Florestal brasileiro - dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.
- FÁBOS, Julius. *Introduction and overview: the greenway movement, uses and potentials of greenways*. Landscape and Urban Planning. Volume 33, Issues 1-3, Greenways, October, 1995.
- FÁBOS, Julius. *Greenway planning in the United States: its origins and recent case studies*. Landscape and Urban Planning, Volume 68, p. 321-342, 2004.
- FORMAN, R.T. *Corridors in a landscape: Their ecological structure and function*. *Ekologiya* 2, 375-385. 1983.
- FORMAN, R. T. *Land Mosaics: The Ecology of Landscapes and Regions*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1995.
- FORMAN, R. T.; GODRON, M. *Landscape ecology*. New York: John Wiley & Sons, 1986.
- FLINK, C. A.; SEARNS, R. M. *Greenways: A Guide to Planning, Design and Development*. Washington, DC: Island Press. 1993. 351p.
- GIORDANO, Lucília. *O conceito de corredores verdes (greenways) no planejamento para prevenção de inundações*. Artigo. I Fórum de Debates sobre ECOLOGIA DA PAISAGEM E PLANEJAMENTO AMBIENTAL: Riscos Ambientais nos Trópicos Úmidos: Movimentos de Massa e Inundações. Rio Claro: UNESP, 04 a 08 de Junho de 2000.
- GIORDANO, Lucília; RIEDEL, Paulina. *Técnicas de SIG e sensoriamento remoto no planejamento ambiental de parques lineares*. Revista Brasileira de Cartografia No 58/02, Agosto, 2006.

- LAURINDO, V.; GAIO, D. *As Áreas de Preservação Permanente do Novo Código Florestal e o Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental*. In: 3º Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, Belém, 2014.
- LIMA, Catharina Pinheiro. *A natureza na cidade, a natureza da cidade*. São Paulo, Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, 1996.
- MACAPÁ, Prefeitura Municipal de. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, 2004.
- _____. Lei complementar nº 029/2004. Institui as normas de uso e ocupação do solo no município de Macapá e dá outras providências.
- _____. Lei complementar nº 030/2004. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do município de Macapá e dá outras providências.
- MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. *Parques urbanos no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2010.
- MCHARG, Ian. *Design with Nature*. New York: John Wiley & Sons, 1969.
- M'IKIUGU, Martin; KINOSHITA, Isami; TASHIRO, Yoritaka. *Urban Green Space Analysis and Identification of its Potential Expansion Areas*. Artigo. In Procedia - Social and Behavioral Sciences 35, 2012, p.449 – 458.
- MACEDO, Silvio. *Paisagismo Brasileiro na Virada do Século: 1990-2010*. São Paulo: Editora de São Paulo; Campinas; Editora Unicamp, 2012.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MEDEIROS, José Marcelo. *Parques Lineares ao longo de corpos hídricos urbanos: Conflitos e possibilidades; O caso da Orla do Lago Paranoá*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2016.
- METZGER, Jean Paul. *O Código Florestal tem base científica?* Artigo. In: *Natureza & Conservação*, 8(1):1-5, 2010.
- PORTILHO, Ivone dos Santos. *Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP*. Artigo. In: VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra, Maio de 2010.
- ROMERO, Marta A. B. *A arquitetura bioclimática do espaço público*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SEARNS, Robert M. *The evolution of greenways as an adaptive urban landscape form*. *Landscape and Urban Planning*. Volume 33, Issues 1-3, Greenways, p.65-80. October 1995.
- SEMA. Relatório Técnico nº 1/2017: Comissão de estudos de Criação de Unidades de conservação das Ressacas – Portaria nº 126/2017. Macapá, 2017.
- STEINITZ, C., PARKER, P., JORDAN, L. *Hand*

drawn overlays: Their history and prospective uses. Landscape Architecture 9, 1976, p. 444-455.

SMITH, D. S.; HELLMUND, P. L. *Ecology of Greenways.* Minneapolis, MN: University of Minnesota Press. 1993. 222p.

TAKIYAMA, L.; SILVA, Q.; COSTA, P.; NASCIMENTO, S. *Qualidade das águas de ressaca Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio*

Curiaú. In: TAKIYAMA, L.R.; SILVA, A.Q. da (Orgs.). *Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú,* Macapá-AP, CPAq/IEPA e DGEO/SEMA, 2004.

TAKIYAMA, L.; SILVA, L.; JIMENEZ, A.; PEREIRA, A.; ZACARDI, M.; FERNANDES, F.; SOUTO, F.; SILVA, A.; SILVA, M.; SANTOS, C.; NETO, C.; SANTOS, C.

Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá. Relatório Técnico. Macapá, 2012.

VARGAS, M.; BASTOS, B. *Conflitos ambientais urbanos e processos de urbanização na Ressaca Lagoa dos Índios em Macapá/AP.* Cad. Metrop., São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 265-288, jan/jun 2013.0

